

"Se não puder mudar o mundo, conte sobre isso."
Provérbio eritrês



Estudava jornalismo na Espanha quando tive a oportunidade de ir pela primeira vez até a África. Conheci Marrocos e Mauritânia. Durante a viagem percebi que, nessa região, não paravam de chegar refugiados do Mali, país vizinho que estava em guerra civil. Com a impossibilidade de entrar no meio da guerra, voltei para casa decidida a fazer reportagem sobre histórias desconhecidas no interior africano. Assim cheguei ao misterioso Sudão.

Para entender todo o conflito, também fui à Etiópia, Sudão do Sul e Uganda. O fato de ser estudante, com pouco dinheiro, mulher, e deficiente física, utilizando um par de muletas para caminhar, além de ter feito todo o percurso sozinha, foram determinantes na construção deste relato e na visão que trago dessa viagem. No mais, eles são os donos das grandes histórias.

Jéssica Paula

Assim que cheguei ao campo de Bambasi, no oeste Etíope, o refugiado Al Bash logo veio em minha direção. Apoiou os braços na janela do carro em que eu estava e disse: “Eu sei por que você está aqui. Você está aqui por causa da gente. Quando voltar pro seu mundo, por favor, conte a eles que estamos aqui”. Este livro, então, é para todos eles. Que estão lá.





Pascal

Até março de 2010 o futebol era o único divertimento de Pascal Bruno. O campo em que ele jogava não era feito de grama e a bola tampouco se aproximava das que são feitas de couro sintético. Na falta de estrutura, tudo é inventado com a criatividade típica da região onde Pascal nasceu.

Na África Congoleza a alegria de crianças e adolescentes vem de improviso junto a duas hastes de madeira e uma bola feita de coco. Pascal vivia num vilarejo nos arredores da cidade de Goma, no Congo.

Foi num anoitecer daquele março de 2010. Pascal era zagueiro e se preparava para receber a bola em uma partida com os amigos, mas um apito soou. O som que todos ali temem escutar não é apito de juiz que marca falta ou impedimento. Mas o sinal que anuncia a chegada de rebeldes.

É assim que eles invadem as vilas. Quando ouvem o apito de longe, os moradores já não têm muito tempo para fugir. O número de invasores aumenta rapidamente. Eles saem de dentro da mata, num verdadeiro esquema de guerra para que ninguém esteja tão previamente preparado que consiga se salvar.

Pascal já sabe o que isso significa. Todos ali sabem. Com fuzis e metralhadoras, os rebeldes começam seu “show” atirando para o alto. A vila se desespera. Em uma

corrida pela vida, buscam pela família e tentam fugir para o meio do mato. Eles precisam ser rápidos. Os rebeldes são muito ágeis. Enquanto uns atiram, outros se encarregam de chutar as portas das cabanas. Algumas nem porta possuem, apenas uma cortina protege a vida de dentro de tudo o que vem lá de fora. Eles tiram proveito da fragilidade. Puxam crianças, pedem informações (ora sobre o líder da comunidade, ora sobre uma possível estadia das tropas inimigas do governo na vila). Roubam comida, panelas, pares de roupa e sapatos. Tudo o que lhes convém naquele momento.

A primeira reação de Pascal foi procurar sua família. “Você só olha em direção à sua casa”, diria ele mais tarde. Ele corre contra a multidão desenfreada. E contra o tempo. Uma verdadeira competição. Ao disparo de cada tiro, abaixa a cabeça, em uma mistura de susto com a tentativa de se proteger das balas sem direção. A força nas pernas finas parece sair de um lugar desconhecido para ele. O corpo magro esconde uma força embutida na anatomia de qualquer um naquela África.

O choro das crianças, o grito das mulheres aumentam a angústia e o medo. Bem ali no meio estão sua mãe e sua irmã. Ele continua na mais alta velocidade que pode. Tropeça em pessoas e pedras, abre a cortina que serve de porta da sua casa. Há apenas um cômodo. Varre o lugar com os olhos. De um lado pro outro, para se certificar. Já não há mais ninguém lá dentro.

Decide que o que tem de fazer agora é salvar a si próprio. Sempre olhando para o lado na tentativa de encontrar a família, ele continua sem parar. Os tiros também. Sem se dar conta, Pascal percorre uma grande distância. A vegetação rasteira que adorna Goma começa a ficar para trás e se transforma em grandes árvores. Só quando se embrenhou no escuro verde da mata, ele parou. Sozinho.

Pascal se agacha para o corpo se recuperar. O som da respiração ofegante aos poucos dá lugar ao silêncio da mata. O suor esfria e, ainda com as mãos nos joelhos, ele olha ao redor e não sabe mais para onde ir.

Não pode fazer o caminho de volta, os rebeldes ainda podem estar lá. Se embrenhar na mata desconhecida é um risco, mas existe a chance de encontrar algum vilarejo, ou pessoas de sua vila à procura de alguma ajuda. Foi essa a decisão que ele tomou. Pascal inicia, ali, dias de caminhada.



Em meio ao silêncio, quando ouve algum barulho o medo lhe sobe pela espinha. E então? Gritar? Pedir socorro? Poderiam até mesmo ser os próprios rebeldes por ali, que não perdoariam se o encontrassem, e logo o obrigariam a entrar para o time, ou teria sua vida em troca da súplica por liberdade. Pascal preferiu se calar. E por 90 dias continuou calado e faminto.

Como alimento, ele preparava um tipo de “farofa mais consistente” feita de farelos de amendoins, típica da região que envolve Congo, Uganda, Sudão do Sul e Sudão. (Se bem preparada, a farofa pode se transformar em uma massa parecida com panqueca). Também comia os próprios amendoins e algumas frutas.

Pascal não sabe ao certo quantos dias ficou enclausurado na floresta. Quando tinha sorte, encontrava outros vilarejos, como o seu era antes, ainda de pé. Podia perceber, então, que os rebeldes não estavam tão próximos da área, e entrava para pedir ajuda. Com o socorro dos moradores ele conseguia um pouco mais de comida e água. Outros também lhe ofereciam bebida alcoólica.

Apesar de ser acolhido por alguns dias nessas pequenas vilas, ele sabia que por ali não poderia ficar. Estava em busca não sabia de quê. Talvez de alguma cidade, com um pouco mais de estrutura. Os vilarejos pouco têm a oferecer para um forasteiro.

Nesses lugares, as cabanas são feitas de tijolos e rebocadas com argila. O teto é um emaranhado de capim seco que consegue fazer proteção para dias de sol e chuva. O interior, oco. O piso, se não feito de cimento grosso, é de terra batida. Não há móveis ou qualquer divisão de cômodos. O que eles têm, geralmente, são colchões finos que ficam empilhados durante o dia para abrir um pouco mais de espaço. Quando possível, algumas famílias conseguem a regalia de ter um para cada pessoa. No entanto, o mais comum é um colchão de casal ou dois de solteiro serem divididos entre todos. Às vezes, um único colchão pequeno tem de dar conta do recado de uma família com três pessoas ou mais. Nesses casos, pedaços de papelão envolvidos em trapos de lençóis ajudam a melhorar a composição da cama.

Normalmente uma cortina feita de lençol improvisa uma divisão, formando dois cômodos na casa. Uma sala/cozinha, e o outro se torna o quarto. A cozinha tampouco tem fogão ou armário. São umas poucas panelas empilhadas em um canto no chão, ao lado de alguma reserva de comida. Talher, ali, não passa de uma faca para cortar verduras e mandioca. Para comer, usa-se a mão.

Essas famílias comem o que produzem no quintal de casa, algumas ainda praticam escambo entre elas. Quando conseguem colher um pouco mais de milho, mandioca ou banana, levam os produtos à venda. Com o dinheiro, compram as coisas que só a cidade consegue oferecer: remédios, roupas, carne bovina e arroz.

Pascal não tinha de onde tirar sustento pelos vilarejos que passava. Os pequenos negócios instalados já tinham dono. E vínculo de empregado e patrão é raro por ali. Ele continuava caminhando por instinto.



O negro de olhar torto e roupa surrada partiu sem destino. A cidade de Goma, de onde Pascal zarpou, é cortada pela linha que estabelece fronteira entre os países Congo e Ruanda. Tornou-se conhecida pelas organizações não governamentais, as ONGs, e pela imprensa, por abrigar um grande campo de refugiados depois do genocídio de Ruanda em 1994. Poucos quilômetros ao norte de Goma está Uganda.

Pascal não se deu conta do quanto caminhou. Sem identificar ao certo, já havia cruzado as bordas congoleesas e entrou em Uganda. Nos vilarejos dali, comia o chapati, um tipo de massa, parecido com pão sírio, muito comum nessa região. O chapati normalmente é comido com carne. Mas na falta de tanta regalia, Pascal o comia puro.

“Você caminha e chora. Continua. Para em algum lugar. E chora de novo.” Assim foram seus dias de caminhada solitária. Quando atingiu a estrada, ganhou carona em um “grande caminhão”. O motorista, vendo que aquele andarilho nada carregava nas mãos, perguntou se ele ao menos tinha documentos. Pascal não foi sortudo como alguns conseguem ser. Às vezes, é possível levar consigo documentos, alguma comida ou pares de roupas. Ele não teve tempo para nada. Na verdade, não pensou em nada.

O motorista o levou até Campala, a capital de Uganda. Era a última parada do caminhão, e por certo Pascal encontraria alguma ajuda por lá. Foi entregue pelo caminhoneiro à Embaixada do Congo para providenciar algum documento. Mas a resposta que obteve foi a de que era necessário pagar taxas. Um passaporte lhe custaria dólares. Pascal mal tinha uns amassados francos congoleeses para conseguir o que comer. Mesmo depois de dizer isso ao funcionário, que o atendeu com pressa, ouviu um “só posso te desejar sorte”, e logo o próximo da fila era chamado. Nenhuma ajuda em dinheiro ou um abrigo para dormir. Em uma embaixada onde problemas com refugiados brotavam em progressões geométricas todos os dias, desejar sorte foi o máximo do esforço que eles se dispuseram a fazer.

Na saída, Pascal parou. Sentou-se em um canto da calçada esburacada por alguns minutos. Perdido como as balas que o fizeram correr de sua terra, puxou papo com o segurança da portaria. O funcionário prostrado, sem poder para acudir nenhum dos que rogavam por ajuda na fila que se forma religiosamente todos os dias úteis, ele se pôs a conversar.

Disse ser queniano, e não gostava de Campala porque é uma cidade absolutamente caótica onde carros, motos, vans, ônibus e pessoas brigam por espaços milimétricos nas ruas esburacadas e cheias de ladeiras. Pascal ouviu o segurança contar sobre as maravilhas do Quênia, prometendo ser um país melhor do que qualquer lugar em Uganda. Um país festivo, com belezas naturais, cheios de turistas, com mais oportunidades de trabalho, mas principalmente com ajuda de ONGs e campos que recebiam e ajudavam muitos refugiados.

Sem mais, Pascal se convenceu. Imaginou um paraíso, e percorreu 1.200 quilômetros feitos ora pelos próprios pés, ora espremido a animais na carroceria de algum caminhão. Quando os sapatos furados lhe machucaram os pés, ele os jogou fora. Chegou a Mombasa, no Quênia. Descalço.



Um dos locais mais visitados por turistas na África, e a segunda cidade mais importante do Quênia, Mombasa atrai ricos interessados em tirar fotos em cima de jipes com savana de plano de fundo. Ou interessados em apreciar as praias voltadas ao Oceano Índico, com areia branca e águas azuis cristalinas. Tudo muito caro em relação ao custo de vida local. Um conflito entre os resorts e a pobreza que transborda as fronteiras das periferias da cidade.

O paraíso oferecido a Pascal tinha comida simples, água e banho gelado. Era o *resort* dele. Por dois dias, foi o melhor que teve depois dos três meses que se passaram desde a invasão do seu vilarejo. Foi a ONG *Save the Children* que logo viu quem poderia resolver os problemas de Pascal. Providenciaram abrigo e alimento até que a Cruz Vermelha tivesse disponibilidade para entrar em ação.



A Cruz Vermelha é reconhecida em todo o mundo por seu trabalho humanitário, principalmente em áreas de pobreza e conflito. Fundada em 1863, no continente africano ela atua em todos os 53 países. Fornece medicamentos a preços acessíveis e tem uma forte presença nos campos de refugiados. Realiza transporte e realocação, além de estabelecer contato entre familiares que foram separados pelo conflito.

Foi a Cruz Vermelha quem buscou Pascal em Mombasa e levou até um campo com vagas para novos refugiados. No Quênia até existem vários desses lugares onde se colocam quem não tem documento, comida e sapato, mas a maioria está acima da capacidade. Pascal foi, então, levado para a Etiópia. O país fica do lado norte da fronteira queniana e abriga campos de refugiados importantes. Como, por exemplo, no oeste etíope, os campos de Sherkole, Togo e o mais recente, Bambasi. Todos construídos ao redor da “cidade QG”, Assosa. ▼

Há duas opções para se chegar a Assosa, ambas partindo de Addis Abeba, a capital etíope. Ou um voo diário de menos de uma hora e meia. Ou um ônibus, em uma cansativa viagem de um dia e meio. As condições das estradas no país são bem difíceis. Algumas muito esburacadas, outras congestionadas por caminhões que trazem produtos importados de países vizinhos (principalmente dos portos do Djibuti), e ainda há as que são feitas somente de terra. Os ônibus por ali encerram sua trajetória às 18h, por mais que falte apenas um trecho para chegar ao destino final. É lei nacional. Além disso, a maquinaria não ajuda. Os ônibus estão de fato caindo aos pedaços. Nem mesmo uma boa condição de estrada pode salvar a otimização de seu tempo de viagem.

Apesar disso, os etíopes enchem a boca para dizer que é o país verdadeiramente negro-africano. De todos, o melhor. Gabam-se do fato de que nunca foram colonizados e defendem como podem as tradições desse que é um dos países mais famosos e economicamente importantes do continente.

Desde o século IV a.C, os gregos reconheciam todas as terras escondidas do outro lado do mediterrâneo, com população de raça negra, como sendo a Etiópia. Os portos etíopes abrangiam a região onde hoje fica a Eritreia, e fazia uma importante conexão entre a Ásia, Oriente Médio e Europa. O império se destacou e, com exceção de um curto período em que os italianos ocuparam o território (de 1936 a 1941), sempre teve independência.

Graças à valorização de sua cultura, algumas características peculiares, únicas dessa nação, se mantêm até hoje por lá. Terra da Rainha de Sabá, a Etiópia é o único lugar onde se fala o aramaico, idioma oficial do país (que não é o mesmo que o aramaico falado por Jesus Cristo). Eles têm um calendário

próprio, o Juliano Ortodoxo, e comemoram o ano novo, ou *Enkutatash*, no dia 11 de setembro, quando começa a estação chuvosa. São seis anos a menos em relação ao calendário internacional que utilizamos. Todos os meses com 30 dias, e um décimo terceiro mês com cinco dias (ou seis nos anos bissextos). E não é só isso. Eles têm a própria maneira de contar as horas. Um dos grandes problemas dos turistas. E a primeira “trapalhada” dessa viagem, que começou em maio de 2013.



Escolhi a opção mais barata para ir até Assosa. O orçamento era apertado. Por 216,00 birr, o mesmo que US\$ 21,00, comprei a passagem de ônibus para o dia seguinte. No terminal, os vendedores de passagens ficam espalhados. É assim em praticamente toda a África. Quando há um guichê de atendimento, ele geralmente está fechado já que os bilhetes são vendidos aos gritos e próximo ao horário de saída dos ônibus. A rodoviária é nada mais que um pátio cheio de ônibus juntinhos uns dos outros, com um controle de funcionamento que só eles entendem. Justo por saber que o “tempo etíope” é diferente do “tempo internacional”, definição assim utilizada por eles mesmos, confirmei várias vezes o horário de saída. Apesar de perceber que os



funcionários não entendiam muito bem o inglês, confiei na resposta contundente que recebi: o ônibus partiria às 11h da manhã.

Pois, no dia seguinte, cheguei ao terminal às 10h30. Mesmo sabendo que eles nunca são pontuais, não queria correr o risco de perder a viagem por conta de qualquer imprevisto. Logo na portaria um funcionário avisou que o ônibus já havia partido. Mas pedi para que eu confirmasse lá dentro. Não acreditei, já que estava adiantada. Três rapazes, como sempre sem qualquer identificação, se juntaram em volta do táxi em que eu estava e me disseram sorrindo “a senhora está um pouco atrasada”. Contestei dizendo que sequer eram 11h. Então me explicaram que eram 11h do “*Ethiopian Time*”, o que significa que no “*International Time*”, ou para o resto do mundo, eu deveria estar ali às 5h da manhã.

Depois de ter feito a diversão dos funcionários, que adoram ver as confusões que os estrangeiros fazem com essa inusitada forma de se calcular o tempo, consegui trocar a passagem sem ter que pagar nada a mais. O taxista, muito generoso, me levou de volta ao hotel sem me cobrar nada. Alguma sorte no dia.

Aproveitei o “dia extra” para buscar mais informações sobre refugiados. Liguei para um funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), o único contato acessível à distância que eu tinha na cidade de Assosa, para dizer que chegaria dois dias depois do que havia previsto. Só então ele me alertou que era necessária uma autorização prévia da Arra, a Administração de Assuntos de Refugiados e Repatriados (na sigla em inglês, *Administration for Refugee and Returnee Affairs*), para poder visitar qualquer campo de refugiados na região. Achei estranho por ter conhecido pessoas que haviam visitado campos sem o menor problema, mas principalmente pelo tipo de exigência que ele começou a fazer. Disse que eu precisaria de uma carta da universidade onde estudo, autenticada pela embaixada brasileira para dar entrada à solicitação, o que tardaria semanas. Além disso, aquele dia, um 28 de maio,

era feriado nacional na Etiópia. Eu teria de esperar ao menos até o dia seguinte para tentar ser atendida por algum funcionário disposto a me ouvir. Perguntei se não havia nenhuma maneira de resolver isso na própria cidade de Assosa, mas o que tudo que ele disse foi um “*No. I’m sorry*”. Sinto muito.

Decidi que seria demasiada perda de tempo esperar tanto por uma autorização que eu dificilmente obteria, considerando ser uma estudante sozinha, sem empresa nem verba, querendo entrar em um campo de refugiados a quilômetros dali. Além disso, já tinha perdido um dia por mérito do tal “*Ethiopian Time*”.

No dia seguinte, estava eu de volta ao terminal de ônibus, agora na hora certa. Muito diferente da calma que encontrei no dia anterior, a estação estava um caos. Praticamente todos os ônibus partem por volta deste mesmo horário, às 5h da manhã.

“Assosa! Assosa! Assosa!”. “Gondar! Gondar! Gondar!”. Os vendedores de passagens gritam os nomes das cidades-destinos no meio do pátio. Na confusão, ainda no escuro da madrugada, desviando de caixas, galinhas, homens carregando enormes sacos e caixas nos ombros e em carrinhos de mão, um funcionário me aborda. Digo que quero ir para Assosa. Atravessamos todo o terminal, me sentindo num rali sobre muletas. É quase uma competição. Vamos ver quem passa primeiro por entre esses dois ônibus, pula três caixas, desvia de uma galinha, sem esbarrar na criança chorando e sem pisar naquela poça de lama. Conquistei a vitória e cheguei ao ônibus que deveria partir, segundo o motorista garantiu, “agorinha mesmo”.

As viagens por lá funcionam assim. Enquanto os carros não estiverem lotados, ninguém sai do lugar. Por isso, nunca cumprem as promessas de horários.

Entrei no ônibus e fiquei surpresa. Nas minhas piores expectativas, não imaginava que seria tão desconfortável. As poltronas são emendadas, como um

banco corrido. Um corredor faz a divisão. Do lado direito, em cada fileira cabem duas pessoas, e do esquerdo, cabem três. Nada de poltrona reclinável, de acolchoamento ou qualquer divisão entre os passageiros que viajam juntos. Vamos bem apertadinhos.

Somente às 6h da manhã o motorista liga o ônibus e acelera, ameaçando sair. Enquanto esperamos a chegada de mais pessoas, as bagagens vão sendo colocadas em cima, do lado de fora e amarradas por uma corda. Os passageiros carregam de tudo, animais, frutas, panelas, eletrodomésticos e pedaços de móveis. Mas há também aqueles que só carregam alguns poucos pares de roupas em uma sacolinha de supermercado. E só.

Tentamos encaixar tudo nos pequenos espaços que sobram sob os pés ou em uma tábua fina pouco acima das janelas. E partimos para aquela jornada, que já começara longa. Só depois das 7h da manhã.

Logo no início, animação com o serviço de bordo. Pão puro e uma garrafa de coca-cola para todo mundo. Mal pegamos o ritmo da estrada e já temos a primeira parada. Todos descem para um almoço com comida típica às 9h da manhã. Compram de tudo um pouco nas tendas na beira da estrada. E continuamos.

Mais alguns quilômetros e uma nova parada. Desta vez ninguém desce do ônibus e um aglomerado de crianças se juntam em uma disputa, desleal para os menores, para ver quem consegue vender cachos de banana, água, refrigerante, limões inteiros, limões cortados, pedaços de cana e até galinhas vivas. Antes de tomarmos distância, os passageiros jogam garrafas de plástico vazias e as crianças correm para conseguir pegar a maior quantidade. Essas garrafas serão reaproveitadas para armazenar e vender água e suco. Pausas assim acontecem todo o tempo durante a viagem. É normal também que o ônibus pare para pegar passageiros extras que vão em pé, no meio do corredor que a essa altura já está lotado de cascas de cana, caixas, garrafas e sacolas.

De início, alguns companheiros de jornada disseram que poderíamos chegar em Assosa ainda no mesmo dia. Mas no ritmo em que seguíamos, somando todas as feiras e paradas para fiscalização policial (onde os fiscais apenas apalpam algumas malas e o ônibus continua superlotado, sequer com cinto de segurança nas poltronas), chegar no dia seguinte seria lucro.



Às 18h paramos em uma cidadezinha, ao lado de um hotel. Ainda não havia escurecido e por mim deveríamos continuar a viagem, mas todos estavam calmos e entendiam que aquele era o procedimento normal. Há uma lei que impede os ônibus de grande porte, ao contrário de vans e carros de lotação, de seguirem viagem pela noite. No tempo africano as coisas acontecem sem pressa.

Me recordo bem do momento em que paramos em meio ao nada. Fiquei dentro do ônibus esperando, sem entender o que acontecia, enquanto todos desciam. Só depois percebi que estávamos em volta de uma área cheia de mangueiras e todos os passageiros saíram para colher os frutos e continuar o caminho chupando manga, deixando as cascas por ali mesmo, no chão do veículo. De quebra ganhei uma sacola cheia do rapaz que viajava a meu lado.




No dia seguinte, debaixo de chuva, e sem energia elétrica no hotel, que era até bem confortável e barato (US\$ 8,50 a diária), nos direcionamos para o fim da viagem. Às 6h da manhã partimos.

Mais algumas paradas e a paisagem ficou muito bonita. Com gramados de um verde forte e iluminado, rica em árvores e animais. É até possível brincar com os macacos babuíños que correm pela estrada atrás dos ônibus.

Meus companheiros de viagem estavam loucos para saber o que uma jovem fazia sozinha por aquelas bandas, já que os turistas sempre se concentram





no norte da Etiópia, onde estão os resquícios do antigo império e onde há um forte turismo religioso. Ou um pouco mais ao sul, onde ficam as famosas tribos do Ommo Valley. Mas nunca ali por onde seguíamos. Lugar onde há muita pobreza, imigrantes, refugiados, além de ficar próximo à fronteira com o problemático Sudão. De toda maneira, foi exatamente por isso que evitei dizer a eles ser jornalista, profissão muito malquista por aqueles que tentam esconder problemas humanitários capazes de destruir interesses econômicos e políticos.

Faltando poucos quilômetros para o destino final, um dos passageiros me chamou e pediu para que eu observasse o lado direito da estrada. Vi ao longe o que poderia jurar ser uma cidade. Pensei que já fosse Assosa, mas todos do ônibus tentavam me explicar, num inglês embaraçado, o que pude identificar graças a uma palavra-chave: “*Sudaneses*”. Os sudaneses. Entendi, então, que eram sudaneses que tinham “vindo morar aqui”, como disseram. Decifrei o enigma. Ali estava um campo de refugiados.

Apesar da vontade instantânea de pedir para descer ali mesmo, para visitar os campos precisaria da ajuda de alguma ONG. Esperei intermináveis oito quilômetros, e por fim Assosa.

Eram pouco mais de 9h da manhã e eu tinha tempo suficiente para procurar um hotel barato e encarar a missão de encontrar uma ONG “bom coração” que estivesse disposta a ajudar.



Assosa tem mais de 20 mil habitantes que sobrevivem, quando não da subsistência, do pequeno comércio e do trabalho para ONGs. Praticamente todos os carros da cidade estão a serviço das centenas de organizações voltadas ao trabalho humanitário com refugiados.

Por ali é difícil se perder. A avenida principal se encarrega dos restaurantes, hotéis e escritórios e abre caminho para qualquer outro ponto de Assosa.

Tudo muito simples. As ruas que não são de terra estão bastante esburacadas e o mais eficiente meio de locomoção, já que não existe transporte público, são os *ricksaws*. Os triciclos azuis, também muito utilizados na Índia. Cada viagem custa em média US\$ 0,25, por pessoa, dependendo da distância.

A rodoviária era, como já esperado, um pátio pequeno, de terra. Antes mesmo de estacionar, vendedores de banana, galinha e pão se aproximam do ônibus formando uma confusão entre passageiros e bagagens que começam a ser retiradas do alto do veículo. Tentei sair daquele emaranhado de gente o mais rápido possível para respirar e buscar por informações. Naquele mesmo instante avistei dois homens em um carro da Cruz Vermelha. Andei o mais rápido que pude em direção a eles, que já estavam saindo. “Stop that car”, gritei. “Pare aquele carro.” E o rapaz que me ajudava com a mala correu e parou o carro. Expliquei a eles que acabava de chegar e precisava saber o endereço da ONG.

O dia provou começar bem, e o motorista, que por sorte falava inglês, mandou colocar a mochila na carroceria, me levou até um hotel, esperou que eu deixasse a bagagem e preenchesse os documentos necessários. De lá fomos direto ao escritório da Cruz Vermelha.



Quem me atendeu primeiro foi o secretário Demalash Alemayehu, que logo me explicou a necessidade da tal autorização do Arra. Já fiquei preocupada e lembrei que o tal contato da ONU tinha dito: “Seria impossível conseguir entrar em um campo de refugiados sem a carta-autorização que deve ser retirada em Addis Abeba”.

Fui liberada para falar com o coordenador local da Cruz Vermelha, Ammanuel Watesso. O frio na barriga subiu. Ele era a única pessoa que poderia me ajudar. Além disso, estava diante da oportunidade de acompanhar o trabalho de uma das maiores, mais respeitadas e tradicionais ONGs internacionais.

Perguntei se havia alguma maneira de entrar sem essa carta, ou com outro tipo de autorização, pois eu já estava ali, depois de uma longa viagem e não queria voltar para a capital. Amanuel abriu um sorriso, disse que a autorização era imprescindível e que eu deveria buscar pelo escritório da Arra que ficava não em Addis Abeba, como haviam me dito antes, mas ali, a não mais que seis quadras do escritório da Cruz Vermelha onde eu estava. Abri o sorriso também.

Amanuel e sua equipe se colocaram à disposição para me ajudar. Ele ligou para o funcionário encarregado das atividades diretas nos campos de refugiados. Eles não vão diariamente, mas, por sorte, aquele era o dia que Mitiku fazia visita em todos eles. A ideia era conseguir a autorização enquanto Mitiku voltava de um dos campos para me buscar. Demelash me acompanhou até o escritório da Arra.

Expliquei a proposta do trabalho, que era um projeto independente e assegurei que não entraria nos campos sozinha, mas sempre acompanhada por alguém da ONG. O diretor responsável por conceder a autorização hesitou. Eu disse: “Depois de ter vindo sozinha de tão longe, com tantas dificuldades, é o senhor quem vai mesmo acabar com meu projeto?”. Dei um sorriso. Ele sorriu de volta. Olhou para o lado. Olhou para o outro. Devia querer ajuda de alguém para lhe salvar da enrascada. Então respondeu. “*Alright, lady*”. Tudo bem, senhorita. A autorização estava concedida.



Enquanto Mitiku não chegava, aproveitei para almoçar. Fui no “melhor” restaurante da cidade, no hotel Bamboo. A maioria daqueles que viajam até Assosa pelas organizações internacionais se hospedam lá. A diária é equivalente a US\$ 35,00, em média. É um prédio alaranjado simples, na avenida principal, perto de tudo, ponto de referência. Logo na entrada funciona o restaurante.

Pedi o cardápio e veio um problema. Estava todo em amárico. A outra

opção, em inglês, traduzia o alfabeto, mas não trazia nenhuma palavra que lembrasse os nomes dos alimentos comercializados no mundo ocidental. Difícil também era perguntar opção por opção para os garçons, que apesar de simpáticos não eram tão bem treinados no inglês. De fato, não culpo ninguém por não saber explicar em outra língua a composição dos pratos vendidos por lá.

A típica *injera*, eu já sabia que não queria. Ela é feita de uma massa que lembra panqueca, só que um pouco mais escura. Em uma bandeja grande, a massa, sem nenhum tempero além da pimenta extremamente forte, é esticada e por cima se coloca carne picada com molho, também muito apimentado. Então, é só rasgar um pedaço da massa, envolver a carne e comer. Tudo feito com a mão.

Passando o dedo pelo cardápio encontrei uma palavra mágica. *Spaghetti*. Mas para minha decepção, o macarrão era servido sem nenhum sal, muito óleo e toda a pimenta possível. Isso somado ao clima de Assosa, bem mais quente se comparado à capital (em média dez graus de diferença), provocou o primeiro mal-estar. Pensei em voltar para o hotel, mas logo Mitiku ligou dizendo que já estava chegando. O jeito foi deixar isso de lado, tomar um desses comprimidos efervescentes para estômago, bastante água e correr para o campo. ▼





Campo de refugiados ao longe



3

Mitiku

Mitiku Gebrehana é um homem engajado em ajudar pessoas. Aos 27 anos, trocou as salas de aula onde era professor de estudos sociais para trabalhar no contato direto com os refugiados, desde 2004.

É cristão religioso e praticante. Não tira o cordão com crucifixo pendurado no peito em momento algum. Sempre que passamos em frente a alguma igreja ele faz o sinal da cruz. Às vezes é um galpão, às vezes uma casa, às vezes uma árvore. Quase nunca com cara de igreja, mas ele sabe onde todas elas estão. A amizade começou para valer logo no primeiro dia. Eu tentando fazer ele entender o porquê de estar ali; ele tentando me fazer entender como pessoas conseguiam viver ali. No fim do dia, para comemorar os bons resultados, paramos num bar na volta do campo e tomamos uma *sprite*. Pronto, amigos para sempre.

Ao lado dele, as curtas viagens até os campos de refugiados eram sempre uma lição. Aulas de sociologia, geografia, religião, linguística, reflexões sobre a vida, reflexões sobre a morte. Quando eu tinha algum problema para resolver, quando ficava ansiosa, preocupada, angustiada, ele dizia com seu jeito calmo de falar, num sotaque gostoso de palavras bem marcadas, “*let God be with you*”. Deixe Deus estar com você. Estava escolhido o mantra da viagem.

Quando chega aos campos, os refugiados o cercam, o cumprimentam. Conversam um pouco sobre como anda a vida, mas logo perguntam se “é hoje que tem telefone?”. Isso porque Mitiku é conhecido por proporcionar o momento mais almejado da semana. Os dois minutos em que eles podem falar com a família.

Assim funciona um dos trabalhos da Cruz Vermelha. Uma vez por semana Mitiku leva um aparelho de celular e uma antena e dá oportunidade para cada um ligar para sua família. O trabalho mais difícil fica para os próprios refugiados. Eles só têm dois minutos para avisar que estão bem e tentar arrancar o máximo que conseguirem de notícias dos parentes restritos ao outro lado da fronteira. ▼

O campo de Sherkole é o mais antigo da região. Fica logo ali, depois da “*arbaa brigde*”, a quarta ponte. É só pegar a estrada, que no fim vira Sudão, e pronto. Ele está a ligeiros 48 quilômetros de Assosa.

Criado em outubro de 1997, é o campo da mistura. Abriga refugiados do Sudão, de Uganda, do Congo e, em grande parte, sul-sudaneses, num total de 56 comunidades desses diferentes países.

Mitiku me guiou pelas várias áreas do campo, que é dividido em oito blocos, de A a H, de acordo com a nacionalidade ou o período em que cada grupo de refugiados chegou ali. Cada cabana é dividida entre membros de uma mesma família. Se o refugiado chegou sozinho, então é reservada uma cabana apenas para ele. É a Acnur e a Arra que respondem sobre o controle e a estrutura do local.

A ONG *Save the Children* é responsável pelas escolas. Por todo o campo se vê estudantes de uniforme azul, para os que frequentam o ensino fundamental, e verde, para os de ensino médio.

Em uma área total de 126.900m², o que equivale a quase 31 campos de futebol, Sherkole é arborizado e rodeado por um gramado muito verde. Sob a sombra das grandes árvores, as cabanas são feitas de bambus e grama seca, que remetem às tradicionais construídas por eles mesmos nas vilas que agora já não existem mais. Quem cuida da construção e fornecimento de materiais para formar a estrutura do campo é a ONG norueguesa NRC, Conselho Norueguês para Refugiados (na sigla em inglês, *Norwegian Refugee Council*).

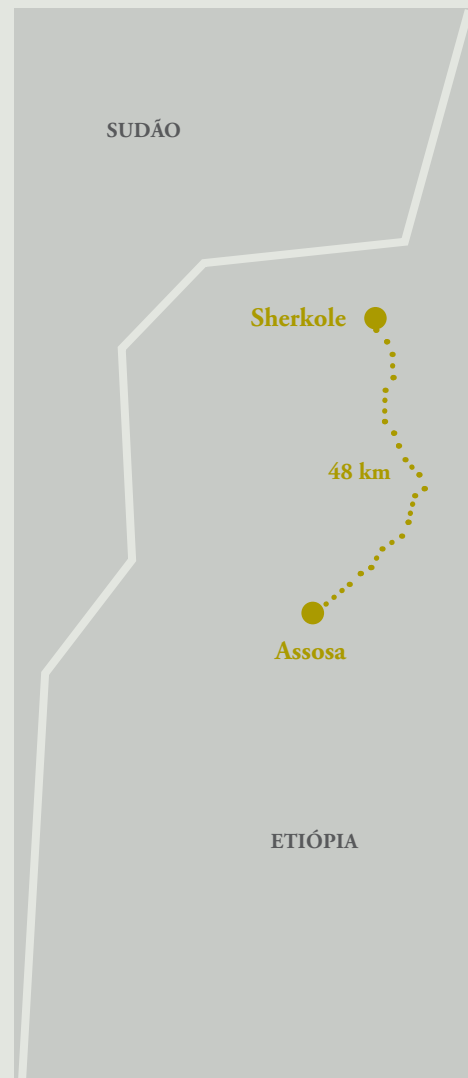
Os 9.742 refugiados (calculados na data da viagem) mantêm um contato amigável com os etíopes que vivem nos pequenos vilarejos já instalados ali

antes mesmo de os conflitos começarem. Alguns se misturaram ao comércio local. Vendem frutas, costuram roupas e montam gambiarras para puxar iluminação até algumas cabanas. Tudo por um preço simbólico.

Seguimos com o tour por Sherkole e avistamos uma tenda improvisada, à beira da rodovia. Sob a sombra, alguns homens conversavam. Ainda dentro do carro, acenei e cumprimentei, com um “tudo bem?” em aramáico, “*Danana?*”. Eles sorriram. Responderam “*Dananish*” (“tudo bem”, direcionado às mulheres) e me convidaram para descer e conversar com eles. Estrangeiro por ali é uma super novidade. Seria o entretenimento da tarde deles.

Desci do carro e sentei em uma mesa de bambu improvisada embaixo da tenda. Eles interagem como podem. Quando cheguei havia três homens e três crianças. Um deles estava bastante interessado em falar comigo. Algo nele me chamou a atenção.

Sua aparência afastaria muitas mulheres que caminhassem sozinhas em uma cidade grande. O corpo magro mostrava quase que perfeitamente o desenho de seus ossos. A camisa que lhe cabe, na verdade, é bem mais larga que seu número, preenchida por furos e rasgos, dava a impressão de ser ainda mais magro, mas não pôde escolher. Nem quer. Seria demasiada ambição. A calça clara estava





Pascal Bruno

manchada da terra vermelha típica da região. Seus pés, merecidamente, já não andavam mais descalços, uma sandália branca, pouco suja, os abrigavam. Graças a muitas roupas, casacos e sapatos que são recebidos através de doações que chegam de todas as partes do mundo. O bigode e a barbicha rodeavam seus lábios grossos. Eles escondiam um pouco dos dentes amarelados. Mas o cheiro de álcool, esse era bem nítido. Porém o que mais chamava a atenção eram seus olhos grandes, caolho um deles, mas redondos e muito avermelhados.

Foi assim que encontrei Pascal Bruno, sentado nessa tenda feita de bambu, com vontade de desabafar. A voz rouca que deixava escapar palavras truncadas em melodia arrastada, não escondia o bom inglês. Ele contou tudo.

Pascal se entrega à bebida desde que chegou a Sherkole, há três anos. “Eu não vejo nenhuma saída”, diz. “Não há um único dia que eu consiga deixar a bebida. Não há um único dia que eu pare de pensar no que aconteceu”. Na vida pelo campo não há muitas atividades para que Pascal possa “ocupar a cabeça”. Não há como conseguir emprego a não ser alguns bicos. Ingressar na universidade é desafio que já não tem forças para enfrentar.

Com 23 anos de idade, Pascal está desgastado. O olhar cansado e afetado pela bebida não comede sua tristeza, até nos momentos de riso. Está envelhecido na alma. Do lado de fora também.

Pascal conhece muita gente por Sherkole. Sabe um pouco da história de cada um. Os amigos são o divertimento. Mas o que ele mais gosta mesmo é de reunir uns companheiros pro tal “*African Whisky*”. A bebida alcoólica, eles conseguem comprar nas vendas mais próximas, ou improvisar moendo e fermentando a cana-de-açúcar, fácil de encontrar em pequenas plantações em volta do campo.

Mas ele mora sozinho e fica, grande parte das vezes, fechado em seu mundo. Ele recorda do momento em que os rebeldes chegaram na vila. O apito e os tiros ainda reverberam na sua cabeça. “Priiiiiiii”, “Bu bu bu”, assim tenta

reproduzir os sons que ecoam todos os dias dentro dele. Pascal fecha o olho e repete: “E não há um único dia que eu não pense no que aconteceu”.

Depois de anos ali, a tristeza dá lugar às piadas que eles fazem para contar as peripécias criativas que aprontam para conseguir o *whisky* e sobre a aventura que é tomar banho sob a luz da lua. Nem sempre assim tão romântico.

“Um dia uma criança de seis anos estava dormindo dentro da barraca enquanto a mãe buscava mais água para o banho. Ela demorou muito. Então, os vizinhos escutaram um choro estridente, pedindo ajuda. Foram ver o que se passava por lá, e quando entraram na barraca metade de sua perna já tinha sido engolida por uma cobra enorme.” Assim são as histórias que eles contam. Quicá com um pouco de fantasia ou exagero transmitido pela fala dramática dos refugiados, que se tornaram ótimos contadores de causos. A verdade é que os perigos por falta de estrutura, saneamento e energia elétrica num local aberto, à beira da rodovia, são reais e provocam medo em muitos dos refugiados.



Por conta desses problemas, Julian Asmoguicha consegue tirar um dinheirinho para ele e sua mãe toda semana. Junto a um amigo, ele anda equipado com serrote, corda fina, alicate e dois pedaços de madeira que também servem de martelo. Monta lamparinas, puxa fiação improvisada, faz uma gambiarra aqui, outra acolá. Corta madeiras e galhos de árvore para colocar como proteção nas portas, faz fogueiras e até mini-fogões. É um faz-tudo. Às vezes dá para tirar até 50 birr em um dia (US\$ 2,50). O que garante uma mistura para o almoço e algumas frutas para toda a família.

Em sua cabana vivem ele, a mãe e duas irmãs. Vizinha a eles, está a tia. O pai “desapareceu, simples assim”, conta ele. Julian não o vê desde a invasão de sua vila. Na correria pela vida, ninguém sabe se ele conseguiu viver.

Julian é menino esperto. Fala bom inglês. Conhece até um pouqui-

Julian Asmoguicha
(à esquerda) e amigo

nho mais sobre Brasil, ao menos o pouco que vai além de Ronaldinho e Pelé, que é sempre a única coisa que a maioria sabe dizer sobre o país. Um incômodo para o brasileiro que tem de passar dias de viagem ouvindo as mesmas histórias sobre futebol. Mas ele também sabe que a capital é Brasília e não Rio de Janeiro. Sabe o nome da presidente Dilma Rousseff e até de seu antecessor, Lula. E sabe de cor, é claro, o nome de todos os jogadores da seleção brasileira. Mas está perdoadado.

Quando o assunto é futebol, refugiado também dá palpite. Jean Lumumba estava quieto num canto da tenda, observando toda a conversa. De repente alguém gritou, apontando pra mim, “ela é irmã do Ronaldinho!”. Jean caiu na risada. Adorou a piada e se empolgou a conversar.

Quando olhei para ele, pensei que fosse algum funcionário da ONU. Cabelo muitíssimo bem aparado. Camisa longa, azul clara com listas brancas, limpa e bem engomada. Calça cáqui e bem passada. Meias



finas escuras e sapato bem engraxado, preto. Tudo, somado ao detalhe da caneta presa no bolso da camisa, eram bons disfarces.

Jean na verdade fora comerciante em Goma. Em seu mercado se podia encontrar tudo. Comida, bebida, almoço, lanchinho e utensílios para casa. Num entardecer de junho de 2012, ele estava, como todos os dias, na sua venda. Antes, olhava no relógio ansioso para descansar em casa. Sua mulher se encarregava dos serviços domésticos. A casa já deveria estar limpa assim como as roupas que aquele dia ela havia estendido no varal. As filhas pequenas deveriam estar voltando da escola.

Mas então chegaram alguns amigos/clientes procurando por bebida. Jean preferiu deixar o comércio aberto por mais alguns minutos. Estendeu mais uma meia hora de conversa. O tempo passou na risada. Até que ouviram o som do apito. Todos se calaram. Entreolharam-se como se quisessem confirmar. Estariam enganados? Os segundos de silêncio foram logo quebrados pelos primeiros tiros para o alto.

Jean saiu correndo. Não pensou no comércio. Saiu como um disparo de uma bala atrás de sua família. Correndo contra todos que fugiam, foi atropelado e barrado pelo fluxo de pessoas que corriam na direção contrária a ele. Caiu. Continuou. Se embolando nas roupas que ainda estavam penduradas no varal, ele já não encontrou mais ninguém em casa.

Jean não é diferente por ter camisa engomada. É mais um refugiado. Perguntei a ele se não iria ao escritório/cabana da Cruz Vermelha para ligar para os parentes, que foram espalhados no dia da invasão, as ligações já iriam começar. Apesar da voz grossa, respondeu com fala afrouxada: “Eu não sei onde elas estão”. ▼

A conversa foi cortada com o retorno de Mitiku. Ele me chamava para ir até a cabana da Cruz Vermelha para ver como aconteciam as ligações. Me despedi do grupo ouvindo promessas de que iam me visitar no Brasil para assistir à Copa de 2014.

Com a porta aberta e Mitiku por perto, os refugiados passam, observam e logo perguntam, “vai ter telefone hoje?”. Com a resposta positiva, a reação deles é simplesmente ficar ali. Esperando. Aos poucos a notícia se espalha. Enquanto isso, Mitiku, com a ajuda de Thomas, refugiado que se tornou funcionário da Cruz Vermelha naquele campo, ajustam dados, informações e esperam por um pequeno milagre. O tal do network, ou o sinal de rede para celular. Nas próximas duas horas essa será a palavra mais pronunciada.

É só se afastar um pouquinho de Assosa para o problema começar. Não há celular que consiga funcionar em volta daquela região. Mitiku geralmente leva uma antena. Mas precisa de umas rezas para fazê-la funcionar.

Aos poucos, eles vão chegando. Mitiku tenta ligar no primeiro número. A sul-sudanesa Angelina lhe entrega um papelzinho amassado, branco, com algo anotado em lápis. Ela começa a ler baixinho. Dita os números. Movendo apenas os olhos, observa fixamente o movimento dos dedos de Mitiku no celular. É quase como quando um jogador de futebol vai bater um pênalti. O meu coração dispara. Quero ver o que ela diz. O dela com certeza também está disparado. Ela aperta as mãos, o papelzinho amassa ainda mais. Mitiku leva o celular até o ouvido. Espera um pouco. Se chamar, passa o telefone para Angelina. Ele balança a cabeça. O semblante é negativo. E então responde, “*no network*”. Sem sinal.

Em uma expressão que parece dizer “tudo bem, fazer o que, né?”. Calada, Angelina abaixa a cabeça. Olha para o pedaço de papel. Dá meia volta. Mas fica por lá. Segundo Mitiku, pode ser que logo mais o sinal volte.

Mais alguns minutos e o indicador do celular mostra que desta vez pode ser que funcione. O próximo da fila já se apronta. Esse tem o número de cor. De novo o DDI é para o Sudão do Sul. Mas na hora de chamar, “*no network*”.

Thomas sugere que é melhor esperar um pouco mais. “Neste horário é difícil, daqui a pouco melhora”, diz ele, crente de que essa era uma boa justificativa. Outro refugiado, diz, lá do fundo do escritório, que é o vento. Na direção “errada”, atrapalha o sinal.

Àquela altura a cabana da Cruz Vermelha já estava cheia. Quase em superlotação. Era Thomas quem tentava organizar tudo. E explicar que o *network* não estava bom aquele dia. ▼

Thomas Loomar chegou a Sherkole quando menino. Seu semblante é sorridente. Mesmo calado e sério, ele está sorrindo. Sua fala é alegre. Seu sorriso branco, na boca larga, junto a seus gestos calmos, parecem estar sempre dizendo “relaxa que tudo vai dar certo”.

Mitiku o escolheu justamente porque Thomas lida muito bem com todos no campo desde que chegou ali, há 17 anos. Sua família ainda vive na vila em que nasceu, ao norte de Malakal, no estado do Alto Nilo. Ele fugiu sozinho, no auge da Segunda Guerra Civil Sudanesa, que resultou na separação entre Sudão e Sudão do Sul.

Os soldados do norte do Sudão invadiram sua vila para dizimar etnias do sul e se instalar de vez ali para não perderem território, já que o sul começava a sinalizar uma disputa pela independência.

Thomas tinha 12 ou 13 anos de idade quando teve de fugir. Os soldados vindos do norte recrutavam meninos com porte físico e idade semelhantes à dele para trabalhar em seus exércitos. Por muita sorte, toda sua família conseguiu sobreviver às invasões.

“Vivo muito feliz em meu novo lar, Sherkole”. Thomas convive muito bem com gente de tudo que é aldeia, sem contar com os que vêm da mesma região que ele. Entre eles, mesmo tendo aprendido amárico e árabe, o idioma falado é o dialeto de origem, o maban.

Thomas deve ter por volta de 29 ou 30 anos de idade. Nos vilarejos do Alto Nilo, não tem aquela invenção de homem branco que registra os filhos quando nascem. Seu primeiro documento foi a carteirinha de refugiado que as Nações Unidas providenciou como identificação e permissão para viver no campo. Até seus pais se confundem na hora de dizer a idade dos filhos.

Quando adulto, Thomas conheceu uma moça “alta, negra e bonita”, segundo descrições que ele mesmo forneceu. Ela veio de outra vila, mas também do Sudão do Sul. Não fosse a guerra, talvez jamais tivessem se conhecido. Se apaixonaram em Sherkole. Em Sherkole se casaram. E em Sherkole estão sendo criados seus três filhos. ▼



Continuamos na tentativa de conseguir fazer uma ligação que fosse. Angelina permanecia à espreita.

Além das chamadas por telefone celular, a Cruz Vermelha ainda mantém um serviço chamado *Tracing*, que se encarrega de entregar cartas para os familiares que ficaram distantes. Mas nem todas as tentativas são bem-sucedidas. Normalmente os endereços mudam por causa da reconstrução das vilas após as invasões.

Além disso, há empecilhos burocráticos. O processo acontece assim: o refugiado escreve a carta, entrega para Mitiku, com o endereço atrás. Mitiku coloca em um envelope e envia por correio até a sede da Cruz Vermelha Internacional em Addis Abeba. Dali, o comitê internacional, que tem poder para extrapolar as fronteiras, envia o envelope para a capital do país de destino. Só então a correspondência será encaminhada para os escritórios regionais da Cruz Vermelha responsáveis pelas respectivas vilas a que se destinam as cartas. Quando, por sorte, os familiares são encontrados, eles têm um tempo para responder, encaminhar para o escritório regional da Cruz Vermelha mais próximo e começar todo o processo de novo, dessa vez, de trás para frente. Tudo isso tarda, no mínimo, um mês e meio, se todos estiverem de boa vontade, principalmente os governos desses países. Às vezes o processo demora até seis meses.

O governo do Sudão, por exemplo, tem sido muito eficiente em atrapalhar esse processo. Acusada de colaborar com a troca de informações entre grupos rebeldes e “fugitivos que se escondem na Etiópia”, a Cruz Vermelha não consegue fazer as cartas chegarem aos familiares que ficaram no Sudão.



Naquele 4 de junho completavam três semanas que Angelina não conseguia falar com a família. Além do milagre do *network*, é necessário esperar que alguém esteja preparado do outro lado da linha, o que nem sempre acontece. Muitas das vezes, os únicos números de telefone que eles carregam no bolso são de vizinhos dos familiares. Outras vezes, os números simplesmente chamam e chamam, até cair.

Angelina continuou de prontidão. Entregou o papelzinho escrito à lápis. Dessa vez, foi Thomas quem discou os números. Ela ficava de cabeça baixa. Sem palavras. Só gestos. Quando a cumprimentam ela esboça um sorriso e acena com a cabeça. Simples. Firme. Apesar de ser cristã, se envolvia com uma manta rosada. De cor forte, típica da cultura muçulmana. Angelina é forte. De cara. De gestos. E de alma.

Thomas lhe entregou o telefone. Estava chamando. Ela esticou a mão esquerda. Levou o celular até o ouvido. Três segundos mais. Alguém responde do lado de lá. No lado onde, há três eternas semanas, poderia ter acontecido de tudo. Poderia, sequer, não existir mais. Vinda de um vilarejo do norte do Sudão do Sul, sua família não está segura vivendo lá. Um dia a mais é um dia em que se nasce de novo, mas também em que se morre de novo. Porque nesses lugares um dia é uma vida.

De repente Angelina grita um “alô”. Escuta um chiado. Insiste de novo. “Alô!”. Vai para o canto da cabana. Leva a outra mão ao outro ouvido para escutar melhor. Com a cabana lotada, fica difícil. Ela parece ouvir alguém. Diz metade de um “sim” e depois outro “alô”. Então abaixa o telefone. Olha para o aparelho. Se vira para Mitiku. E devolve o celular. Mitiku olha pra mim, balança o celular e diz. “*Yeah... No conection.*” Sem sinal. ▼

Depois dessa, fui respirar fora da cabana. Logo na porta encontro um rapaz alto, forte, cheio dos sorrisos. Conversava num grupo de amigos. De voz grossa, ele tem uma leve gagueira, que seria imperceptível, não fossem as tentativas de falar muito rápido e acabar se enrolando em alguma palavra. Um *gentleman*. Com uma postura quase de anfitrião em reunião de negócios, ele me cumprimenta, apresenta os amigos e vai logo querendo saber tudo sobre mim. Tudo num inglês quase perfeito, adquirido em 17 anos de Sherkole.

Esse é Simon Peter. Que carrega suas unhas pintadas de esmalte vermelho, porque “é a última moda de Sherkole e região”. Tento reverter a curiosidade que ele tinha sobre mim na que me abarrotava sobre ele. Quando pergunto sua idade, ele faz uma conta rápida com os dedos e diz, com cara de dúvida, “por volta de uns 22, mais ou menos”.

Principalmente com os sul-sudaneses é assim. A preocupação de sobreviver à guerra e de quebra conseguir água e comida para cada dia se sobrepôs às contagens do tempo. Sempre que perguntava a idade deles, eu ouvia um “ah, deve ser... talvez.. mais ou menos, por volta de...”.

Apesar disso, Simon foge a algumas regras. Vestido com o uniforme verde do ensino médio, ele quer investir nos estudos. Ao contrário da maioria dos jovens do campo, que não têm qualquer esperança de conseguir uma vaga na universidade, ele está convicto de que conseguirá entrar, no fim de 2015, para a faculdade de psicologia. “Quero ouvir os problemas das pessoas. Essa vida não é fácil.” Simon pede meu telefone. Vai dar um jeito de me ligar quando passar no vestibular da Universidade de Assosa.

Ele me convida para tomar um chá com sua tia e conhecer a cabana

onde vivem. Caminhamos por um longo corredor, sob uma sombra gostosa. Seu melhor amigo, Jermieh Jadan, nos acompanha. O caminho é feito de bambus e capins que formam um grande cercado. Cada cerca possui uma abertura, que é a porta de entrada para grupos de cabanas. Em alguns pontos, surgem outros corredores internos que se ramificam em caminhos para mais casas. Ainda que a trilha seja de terra e as armadilhas fabricadas pelas pedras e buracos cheguem a formar pequenos barrancos, o corredor é limpo, como chão de terra batida. Vamos devagar. Trocando conversas.

Em uma noite soldados do governo sudanês invadiram seu vilarejo. “Uma noite de 1996.” Aos seis anos de vida, Simon não tinha ideia de que vivia na zona mais disputada dos próximos 17 anos, no mínimo. A cidade de Malakal.

Naquela noite era junho. Disso ele se lembra. Os tiros ecoaram da mata. As cabanas ardiam em fogo quando Simon foi acordado pelos gritos de sua mãe. Coçou os olhos, perdido, mas o barulho de fora trazia uma informação contundente. Entendeu que precisava correr. “Só pensei: tem alguma coisa errada”, conta. Um dia ouviu os pais falarem sobre guerra. Noutro viu muitos soldados passeando por ali. Mesmo assim, Simon não entendia bem. Talvez porque ele tivesse seis anos de idade, talvez porque ele não devesse mesmo precisar entender. Mas não tardou muito, ele tornou-se especialista.

Em segundos a família estava a poucos passos de se enfiar na mata. Ao menos por aquele dia, estariam salvos. O pai de Simon traçou uma estrada invisível no meio da floresta fechada. Era a trilha para o escape. Antes de atingir o caminho, não evitaram olhar para trás. Mal o corpo da mãe se virou e um solda-



Simon Peter

do lhe prendeu pelos braços. Todos pararam no mesmo instante. Naquele momento a gritaria ficou ao fundo. Era a voz do soldado que estava em primeiro plano. Queria informações. O pai de Simon era acusado sem direito à réplica. Por ser líder da comunidade, deveria ter informações sobre rebeldes que pediam separação do sul do país, já que Malakal e arredores eram focos de insurgência. O soldado esbravejava contra o pai. Insistia em saber. A mãe começou a gritar em pranto. Não foi preciso tanto fôlego. O grito foi silenciado por uma bala no peito. Simon era só choro. A tia chegou a tempo de segurá-lo para que não avançasse em direção ao corpo da mãe. O soldado pediu pela derradeira vez. O pai não atendeu. Disse que não sabia. E também pagou com o peito.

A arma agora aponta para Simon. Sob a mira daquele homem de farda, ele espera a decisão de seu rumo. O pequeno fecha os olhos e as lágrimas se esparramam até o pescoço. A tia logo ao lado. Segundos que até hoje parecem durar para sempre. O soldado olha como quem analisa um animal a ser comprado para se juntar ao rebanho. Simon não contém o choro. Com a visão embaçada de tanta lágrima, vê a silhueta da arma se levantar. Ele não se move. Criou coragem de homem. O carrasco esboça um movimento, puxa o gatilho, aponta para a floresta e grita: “Agora corre!”. E atira para cima. Simon estava livre. Conseguiu escapar com sua tia.

O som do apito foi o despertador. Dali em diante Simon viraria gente grande de verdade. Um homem de seis anos correndo para salvar a si mesmo. “*It is the destiny of God*”. “É o destino de Deus e não fico me queixando. Precisamos aceitar isso.”



Subimos a estrada de terra para voltar à Cruz Vermelha. Mitiku anuncia: temos convite para uma festa de batizado. Adivinha o que tem para comer na comemoração? *Injera*, claro. Para beber, chá de menta. Disfarcei para driblar a

injera. Três bandejas grandes. Fiquei só num copinho de chá. E essa era a festa. Oito homens e uma mulher. No caso, eu. As mulheres fazem reuniões à parte, só para elas, a algumas cabanas dali.

Na frente de uma barraca vazia, os homens puxaram um toldo, feito de capim amparado com galhos de árvores e forraram o chão de terra batida com panos coloridos. Entrar ali sem tirar o sapato é falta de respeito. E ficar sem comer também. Na Etiópia, recusar comida é ofensa grave. Puxei um pedacinho da *injera* e passei em um molho que ainda não havia provado para não fazer a tal desfeita. Tratava-se de algo preparado com ervas, em um molho todo verde, misturado a qualquer coisa que lembra baba de quiabo. Como previsto, comi um pedacinho só.

Falamos sobre família, casamento e comida. Sobre política, a noção de governo é bem apropriada. Para eles, os coordenadores da Arra e a da Acnur são os presidentes do pequeno país Sherkole. E como todo governo, “os deputados e senadores do campo” não ficariam longe das críticas. Reclamações sobre arrogância e abuso de poder por chefes e integrantes de ONGs são frequentes. Nessa nação disfarçada de campo se constroem amigos e até inimigos para quem for mais temperamental, por assim dizer. Tem gosto para tudo. Fazem piadas de uns, zombam de outros. Um país muito povoado, onde gente de cantos distantes dependem, mais do que da ajuda internacional, uns dos outros. Os grupos étnicos são facilmente diferenciados por eles. Cada um sabe dizer qual é a tribo do outro só em uma passada de olhos.

Mais um pouco de chá quente sob 32 graus e já era pôr do sol. Voltamos para Assosa.



Em uma rápida volta pela avenida principal é possível ver muitos sudaneses pelas pequenas mercearias. Eles saem do campo de Bambasi e caminham



oito quilômetros até Assosa. Compram carvão, lenha, lenços, camisetas, verduras, frutas, uma mistura para o almoço. Alguns vêm munidos de cavalos e charretes para levar as mercadorias. Outros vêm com os filhos pequenos mesmo.

Não quero criar ou promover estereótipos. Mas, desconsiderando as inúmeras possibilidades “exóticas” de miscigenação, com alguns dias de convivência direta nos campos, é possível distinguir etíopes de sudaneses e sul-sudaneses. Dentro, é claro, do pequeno universo de Assosa. E, aqui, faço referência aos sudaneses que vieram das áreas de intenso conflito, os estados de Kodorfán do Sul e Nilo Azul.

Os etíopes são morenos. Cor marrom escura. Entre os três tipos a serem analisados é quem tem o tom de pele mais claro e estatura mais baixa. Enquanto isso, os sul-sudaneses são conhecidos por serem um dos povos mais altos do mundo. A etnia *Dinka*, por exemplo, tem muitos homens medindo, tranquilamente, mais de dois metros de altura. A pele sul-sudanesa é de um negro muito escuro e seus traços são fortes, expressivos. Os músculos sobressaem-se até nas

mulheres. Basta observar o movimento do corpo que elas utilizam para levar os baldes cheios d'água do chão até a cabeça. Magros, músculos definidos. Bíceps e tríceps de causar inveja em qualquer frequentador de academias ocidentais.

Os sudaneses têm centenas de características em comum. Mas há uma diferença crucial que é, literalmente, motivo de discórdia entre as duas nações. Aqueles que vêm do norte do Sudão cor de pele bem mais clara e traços mais leves. As mulheres só saem na rua se estiverem de véu. São muçulmanas. Pronto, já tem motivo de sobra para contendas.

Estes sudaneses “mais brancos” fazem parte das etnias ligadas à elite e ao governo, portanto não se tornam refugiados neste conflito. Já os que vivem nas redondezas de Assosa são tão negros quanto os sul-sudaneses. Prostram-se ali por desconhecerem a que lugar pertencem.

Em quinze minutos de carro, a avenida principal de Assosa desemboca em outro campo de refugiados, o mesmo que vi pela janela do ônibus assim que cheguei. O campo de Bambasi.

Achei uma pedra próxima à rodovia. Sentei para ver refugiado passar. Era saco de milho. Lenha. Muita farinha. Mais lenha. Criança carregada no colo. Criança carregando lenha. Às vezes dava para indagar uma conversa. Outros fugiam, com vergonha. Saía só um sorriso tímido. Mulheres carregam sacos maiores do que elas. Corpo envergado para frente, mercadoria atrás. Essa posição ajuda a andar melhor quando a carga é muito pesada. Ao menos é o que elas ensinam. “E você leva tudo isso, a pé, até Bambasi?”, pergunto a uma senhora de corpo finíssimo. Vestido roxo, estampa colorida. Lenço claro de bolinhas, que é para segurar o cabelo e proteger a cabeça do sol. Ela me responde como quem diz: você não sabe da missa a metade. “Hoje estou levando pouco”, sorri. ▼



Todos os dias ela passa pela
principal avenida de Assosa

Diferentemente de Sherkole, o campo de Bambasi tem apenas sudaneses. O Sudão é dividido em 16 estados. A maioria dos refugiados veio do estado do Nilo Azul e Korodfán do Sul. Cidades como Teiba, Bamza, Kurmurk e a capital, Ad-Damazin. Além dos milhares de vilarejos que existiam no meio do caminho. Agora todas vivem juntas em um descampado onde cabem 1.098 campos de futebol. Uma “cidade” de 12.782 refugiados.

As divisões são feitas da mesma maneira, com a diferença de que Bambasi é dividido em apenas três áreas. Além disso, não há árvores em volta das cabanas. Sensação térmica de martírio.

A estrada foi construída na parte alta do relevo. O campo fica um pouco mais embaixo. Por isso, logo que se chega, há uma vista privilegiada. Cabanas de lona branca a perder de vista. Não é cheio de labirintos como Sherkole, e por ser recente (foi construído em junho de 2012) ainda há muito o que ser feito.

O básico já existe. Escola com ensino fundamental, um galpão para atividades religiosas e outro que se transformou em hospital. Ainda há muita área livre. Até mesmo cabanas vazias. Mas como Mitiku explica, “infelizmente, não podemos prever quando muitos vão chegar”. Há de se estar preparado.





Por enquanto o trabalho de Mitiku nas terras vermelhas de Bambasi é melhorar a qualidade de vida de quem já chegou ali. Para isso ele conta com a ajuda de um jovem refugiado.



Aos 18 anos, Farahein Rogeli saiu às pressas de Ad-Damazin quando a cidade foi transformada em cenário de guerra, em 2011. Perdeu-se da família, e chegou ao campo com ajuda das ONGs e de pessoas que conheceu ao passar por outros vilarejos. Assim como Thomas, Farahein é um elo entre refugiados e a Cruz Vermelha. Em troca, recebe 15 Birr por semana. Foi escolhido porque conhece todo mundo ali e por ser um dos poucos que falam inglês. Nas horas vagas, joga tênis de mesa em uma tábua de madeira que ele mesmo ajeitou. Agora, vive um romance com uma moça que chegou não faz muito tempo no campo, quer se casar. Mas ela ainda não sabe.

Farahein entra no carro. Quando cumprimentou-me com as mãos, mal pude disfarçar o susto. Acredito que ele não faz ideia da força que carrega nos braços. Vamos conversando e ele explica que os últimos dias não andam fáceis. “Estamos tentando há duas semanas fazer o *network* funcionar. Daqui uns dias serão três semanas sem falar com eles.” Farahein deixou pai e irmãos em Ad-Damazin. A cidade se reconstruiu, mas ainda vive sob muita insegurança. Afinal não é nada menos do que a capital de um dos estados mais conflituosos da geopolítica atual. “De qualquer forma, quando conseguirmos sinal, terei apenas dois minutos. Você sabe. Não é suficiente. Não é suficiente mesmo”, diz.

Estacionamos o carro embaixo de uma grande árvore no meio do campo. Uma das poucas sombras por ali. Antes mesmo de descer, um homem, bem mais velho, se aproxima. Ao contrário de Farahein, as rugas no rosto não escondem o que já sofreu para chegar a Bambasi. Anda descalço. Calça de linho

já desgastado, barra dobrada, manchada de terra. Camisa branca de um tecido bem fino, mangas arregaçadas até os cotovelos. E um sorriso forte no rosto. Tem firmeza apesar de cambalear enquanto caminha em minha direção. São os calos dos pés que atrapalham o andado. Esse é Al-Bashi. Ele veio até mim. Apesar de a porta do carro estar aberta, ele cruza os braços e os apoia na janela. Sorri. Nada mais. Olha-me fixamente. Aponta o dedo indicador para mim, em um gesto muito firme, como quem sabe o que diz, e disse as frases que abrem e justificam a existência deste livro. “Eu sei por que você está aqui. Você está aqui por causa da gente. Quando voltar para seu mundo, por favor, conte a eles que estamos aqui.” Por alguns segundos, fiquei calada. Seu olhar estava fixado em meus olhos. Respondi que sim. Prometi que “o mundo de cá” iria conhecer toda essa história.



Ainda com aquele sorriso branco que iluminava seu rosto, ele continua. “O mundo deveria ser assim, *lady*. Somos como uma mão. Os cinco dedos estão todos ligados na mesma palma. Todos esses dedos são totalmente diferentes uns dos outros, mas com um dedo sozinho não podemos agarrar nada. Porém, se utilizamos os cinco dedos juntos, temos capacidade e habilidade para agarrar o que for preciso. Foi assim que chegamos até aqui.” E não é exagero nenhum dizer que é isso que os fazem sobreviver.

É. Lápis e papel para um refugiado poeta como Al-Bash faziam falta, pensei.



Tivemos de interromper a conversa para ir até o mercado do campo. Segundo as regras da Arra, eu não poderia sair sozinha, a passeio, por ali. Como Mitiku tinha seus afazeres, precisei acompanhá-lo.

Em meio ao mercado, a muvuca é grande. Os produtos comprados em





Assosa são vendidos a preços bem baratos. O lucro de alguns birrs já é suficiente. Querem mais ter um trabalho e uma forma própria de conseguir a *injera* de cada dia, do que roupa, lenços coloridos ou comida diferentes. Viver dependentes das organizações internacionais é o que mais os incomoda. O PAM, Programa Alimentar Mundial (WFP, *World Food Program*, na sigla em inglês), fornece farinha, óleo, sal e outros mantimentos para alimentação. É assim em todos os campos. Queriam ter o próprio trabalho. Uma horta no quintal, ou uma máquina para costura que fosse. A própria maneira de levar o sustento para a casa.

Alguns improvisam uma tenda. Bambus, lona e capim para fabricar uma sombra modesta. E madeira ou o próprio chão, forrado com grandes lenços, para expor os produtos. ▼

Do meio desse emaranhado de gente, sacos de lenhas, carvão e farinha, sai Radija. E aqui coloco apenas o primeiro nome, em respeito a seu pedido. O movimento da larga manta cor de rosa que contorna o rosto, os ombros e até seus joelhos, mostra que seus passos são ágeis. Os sudaneses são assim. Fortes de uma resistência que só se adquire tentando viver ali. A melanina impregnada na pele muito negra não deixa cisma de sua origem.

Saiu correndo do Sudão, porque correr foi a única coisa que conseguiu ao ouvir o primeiro estrondo. Sorte dela estar em casa quando a invasão à cidade de Ad-Amazon começou. Antes de pôr o par de pernas finas para se embrenhar na mata, ela já sabia que assim teria de ser. O conflito que começou em 1983 deixa o estômago e os pés dessa gente preparados.

Ao ouvir os tiros e gritos da vizinhança, Radija obedece ao marido. Em um saco, destes que se utiliza na roça para colher milho, cana ou carregar carvão e lenha, ela faz sua mala de ida. O marido a apressa. As mãos, tão firmes e ágeis, que mal se vê que elas na verdade tremem, e tremem muito pelo susto e pelo medo ao ouvir que os gritos e tiros ficam mais altos. Sabe, assim, que eles se aproximam. Tem de se apressar. Pega o que há de comida em casa. Escutar histórias de vilarejos vizinhos lhe serviu para que buscasse ao menos a farinha. Sentindo apenas a sombra do marido a seu lado, se pôs a correr. A direção seria decidida no meio do caminho. Pensou que deveria seguir o fluxo. Abriu a porta de casa. Não havia fluxo. Um verdadeiro formigueiro humano tomava conta das ruas.

Foi correndo para onde a distância dos tiros mandava. Seu bom ouvido tornou-se bússola. Quanto mais distante estivesse o barulho do caos em que se

transformou Ad-Damazin, mais ela estaria na direção certa. A anarquia na cidade não tinha dia para acabar. O governo sudanês quer o domínio sobre aquela área, que ainda é polo de fabricação de rebeldes. Radija ainda corria. Saiu das ruas da cidade e, na mais alta velocidade que seus pés puderam alcançar, tomou o rumo de uma estradinha de terra. A primeira alternativa que lhe apareceu. Pensou que estando longe do asfalto seria mais fácil salvar seu corpo dos rebeldes. E foi. Correu até chegar no nada. Era no nada que ela estava segura.

Ao deixar seu corpo perder velocidade, ela tomava consciência. O marido não estava mais a seu lado. Tudo que tinha era a pequena trouxa com alguns pares de roupa e a farinha. Algumas pessoas passavam a sua volta. Ainda era escuro, mas podia perceber a presença de pessoas que se trombavam em galhos no meio da floresta. Buscava seu marido em todos eles. Nunca mais o encontrou.

Sem saber, Radija chegou bem onde o deserto de pura areia bege cede espaço para os coqueiros, que é para Sudão virar Etiópia. Espalhados no meio da floresta mais verde que já viram, outras quatro pessoas seguiam na mesma direção que ela. Resolveram se juntar. E, por três semanas, sobreviveram porque trabalharam “como uma mão”, já dizia o refugiado poeta Al-Bash. Foram encontrados por alguma ONG, depois de serem vistos à beira de vilarejos. Assim chegaram a Bambasi.



Às duras condições de vida, Radija sempre esteve acostumada. Ao conversar, com fala mansa, bem baixinha, quase impossível entender mesmo as poucas palavras simples que lhe saíam em árabe. Em sua expressão, traços cravejados no rosto. Uma pele lisa de invejar atrizes de Hollywood que compram produtos caríssimos para chegar na mesma textura. Nenhuma lágrima. Com uma certa vergonha em falar com uma estrangeira, ela enrola a manta rosa em uma mão e a segura junto ao peito. Com a outra, passa os dedos nos contornos da porta

do carro em que estamos escoradas. Às vezes arriscava olhar para mim, mas olhava para baixo. Sorria de leve. Nada brusco. Se falamos sobre o hoje, é mais tranquilo. A boca consegue edificar minguadas palavras a mais. Mas se falamos sobre aquele setembro de 2011, a cabeça se abaixa e o vocabulário encurta. Poucas palavras para descrever o que aconteceu. Também, nem precisa de muitas. Radija aprendeu a usar o que é suficiente. Nas frases e na vida. “Se eu pudesse. Teria meu marido. Mas não sei...” Sem mais a dizer.



Continuamos o *tour*. Dessa vez, peço para conhecer o hospital. O trabalho médico em Bambasi é encarregado a uma simpática médica australiana Ruth Priestley, da ONG Médicos Sem Fronteiras. A estrutura do hospital está montada em um galpão de metal.

A doutora australiana é a única estrangeira do grupo. Enfermeiros e assistentes são etíopes. O trabalho deles se concentra em fabricar suplementos alimentares. A desnutrição em crianças é o grande problema de Bambasi. Má alimentação e estresse acumulado pela vida penosa dificultam a produção natural do leite materno.

Uma boa notícia me surpreendeu. Todos que estavam sentados aguardando atendimento esperavam para pegar o suplemento. Em campo de refugiado, a ausência de doenças graves é um privilégio.

As divisas do galpão são feitas de maneira bem simples. A maior parte dele estava totalmente vazia. Na entrada, uma espécie de recepção. Um funcionário faz a triagem. Apenas uma dos três áreas destinados à internação estava ocupado. Na cama logo ao lado da porta, havia uma mulher com dois filhos pequenos. O menor, ainda carregado no colo, sofria de uma forte gripe aliada à desnutrição.

Ao fundo havia uma outra criança. Essa com poucos meses de vida. Deitado na maca, o bebê mantinha o olhos fixados em um único ponto. Não se



Vizinha de Farahein



movia. A seu lado, a mãe com olhar caído esperava em silêncio. Disse um baixinho “*Assalamu aleikum*” para ela, o famoso cumprimento árabe que significa “a paz do senhor esteja convosco”. Ela devolveu com “aleicam assalamu”, quase imperceptível de tão baixo tom de voz. Assim como o bebê, a mãe permanecia estática. Limitava-se a manter as mãos apoiadas no próprio colo, voltadas para cima, como quem pede ajuda. O bebê deveria ser transferido para Addis Abeba em, no máximo, uma semana. Um caso grave de desnutrição.

Sáimos do hospital e deixamos Faharein em casa. Sua vizinha estava na portão de entrada da cabana. Ela fugiu com o filho e a mãe, durante a invasão à cidade de Kumurk. Não teve a sorte de trazer o marido. “Ele morreu tentando se salvar. Teve de ser assim”, ela mesma se consola.

Não é muito de conversa. Assim como a maioria das mulheres sudanesas, aprendeu a trabalhar muito mais do que a falar. Ao mesmo tempo, não se recusa a falar com ninguém. Apenas responde com precisão. Palavras curtas. Aqui, transcrevo nosso rápido diálogo:

– Quantos anos você tem? Dezoito.

– Como você chegou até aqui? Correndo. Muitos tiros. Muito fogo. E eu corri.

– E seus filhos? Perdi um. Tenho outro de seis.

– Quantos anos ele tinha? Era o mais novo. Uns dois anos.

– Morreu na invasão? (Balança a cabeça em sinal negativo). Foi doença ruim mesmo.

– Quer voltar para Ad-Amazin? Só se um dia voltar a ser paz.

– E Bambasi? Eu não escolhi. Mas é meu lar. Você pode ver como é aqui. Estamos bem... Sobrevivemos porque foi a vontade de Deus. Voltei para Assosa com vontade de conhecer o lugar onde tudo isso aconteceu.



No dia seguinte partiria para o Sudão. A equipe da Cruz Vermelha me confirmou que era tranquilamente possível atravessar a fronteira que fica a apenas 100 quilômetros de Assosa.

As pesquisas que fiz antes de partir para a África mostraram que só havia duas maneiras de entrar no Sudão saindo da Etiópia: ou um voo de Addis Abeba até a capital Sudanesa, Cartum, ou um ônibus que atravessa a fronteira norte da Etiópia, cruzando a cidade de Gondar. Essas duas opções eram inviáveis naquele momento. Como o voo não cabia no orçamento, restava o ônibus. Era o plano inicial mesmo. Mas para isso teria que sair de Assosa, enfrentar toda aquela viagem insana de ônibus de volta para Addis, e só então pegar outro ônibus, e seguir durante dois dias no mais puro desconforto, só para chegar até a fronteira. Ainda assim, estaria distante das cidades que sofreram invasões dos exércitos, que eram meu maior objetivo.

Porém, se cruzasse a fronteira que estava logo ali, ao lado de Assosa e ao curto alcance das lentes de minha câmera, não só chegaria ao Sudão em apenas uma hora e meia como cairia direto na cidade de Kumurk, no estado do Nilo Azul, que ainda é palco de um dos maiores conflitos da história do continente africano.

Entretanto, havia um pequeno empecilho. A presença de estrangeiros que não trabalham para organizações internacionais credenciadas ou que não possuam uma autorização especial do governo sudanês é expressamente proibida, “por segurança”, diriam as autoridades mais tarde.

A essa altura, o coordenador da Cruz Vermelha, Amanuel, ao lado de Mitiku, eram minha família. Amanuel me disse que seria possível cruzar a fronteira sem qualquer problema. Que, às vezes, a equipe internacional da ONG passa por ali, e na verdade é uma região, na medida do possível, tranquila. Mas alertou para ter cuidado com a vida do outro lado da divisa.

Nem deixei o medo que ele tinha chegar perto de mim. Estava decidida que iria até o Nilo Azul. ▼



Kumurk

Com pesar no coração, me despedi dos amigos que fiz. Pegaria uma das centenas de vans que saem de Assosa em direção a Kumurk todos os dias. Já esperando um verdadeiro caos no pequeno modelo de terminal rodoviário, saímos mais rápido do que imaginava. Por volta das 10 horas da manhã.

A rodovia já era caminho conhecido. É a mesma que dá acesso ao campo de Sherkole. Mal saímos da cidade, alguém grita no fundo da van. Fiquei sem entender. Absolutamente ninguém falava inglês. Nem os arranhões que arrisco no árabe adiantavam, sendo todos etíopes, falavam apenas amárico. Nossa comunicação era por mímica e sorrisos. Mas deu pra entender. O motorista parou e deu ré. Olhei pela janela. Havia dezenas de mangas no asfalto. Caíram da sacola de um passageiro que levava o produto para vender na tal feira. Os sacos cheios de produtos assim são levados em cima da van, que é para os viajantes caberem dentro dela. Três desceram para ajudar. Alguns minutos e pronto. Poderíamos seguir viagem. Abri um caderninho com o básico de árabe para ir treinando já que me alertaram da dificuldade que teria de encontrar alguém que falasse inglês pelas bandas do Sudão.

Na frente da van íamos eu, ao lado da porta, e uma mulher muito simpática, com quem teríamos tido uma

longa e ótima conversa durante a viagem se falássemos alguma língua em comum, além, é claro, do motorista.

De repente alguém grita de novo. Pensei: “Mais feira ficando pela estrada”. Mas dessa vez não. Era a parada obrigatória na vendinha improvisada, com um carrinho de mão e alguns bambus, onde tinha cana e, adivinha, mais manga. A colega do lado até ofereceu um pedaço de cana. Pensei em aceitar. Nos segundos em que hesitei por não saber como iria descascar cana dentro do carro, ela puxou um pedaço da casca com toda a força possível dos dentes. Com vergonha e medo de falhar nessa super operação, agradei e deixei isso para lá.

Agora sim seguimos. Andamos um tanto bom depois de tudo. Eu ainda com o dicionário de árabe nas mãos. De novo uma parada. Dessa vez, no *check point* da polícia. Uns poucos quilômetros adiante estava Sherkole. Ainda faltava muito para o destino final. Quase uma hora, se as frutas decidissem ficar paradas no teto da van.

Como em qualquer procedimento normal, os policiais pararam o carro. E eu fui o primeiro e principal alvo, claro. Pegaram meu passaporte. Olharam. Achei que tivessem lido algo, de tanto que o analisaram. Mas então vem o policial e pergunta, “de onde você é?”. Eu ri, porque bem no passaporte que ele segurava estava escrito bem grande. Mas respondi com paciência. Brasil. Ele olhou. Achou estranho. Chamou um colega. As pessoas na van começam a descer. Ele começa a falar comigo em amárico. Faço uma cara de que não entendi qualquer letra pronunciada por ele. Um passageiro tenta improvisar um “*where*”, em inglês. “Onde?”. Deduzi que queriam saber para onde eu iria. Disse com a naturalidade de quem diz que vai ali na esquina comer uma *injera*. “Estou indo para o Sudão.”

Disse a palavra mágica. Na mesma hora apareceram mais três policiais em volta da van. Continuaram com meu passaporte na mão. Mas o tempo todo pediam outro documento. Uma autorização para ir até o Sudão. Mesmo

imaginando saber do que se tratava, todos os etíopes tinham me garantido que, se eu tivesse o visto para entrar no país, tudo seria normal. Mas o enredo foi outro. O policial ordenou que a van fosse até o posto policial a poucos metros, em uma estradinha de terra, à direita da estrada principal. Nem passageiro, nem motorista e muito menos eu entendemos o que acontecia.

Estacionamos em frente ao posto policial. Apareceu um iluminado que falava um tantinho de inglês. Explicou que eu deveria ter uma outra autorização para continuar a viagem. Uma que deveria partir da boa iniciativa do próprio governo sudanês. Eu disse que tinha o visto. E só. A colega do meu lado tentou explicar a ele e ajudar no diálogo. Em vão. Os policiais pediram que eu descesse. O general responsável estava em horário de almoço. E eu teria de esperar. Como não podia atrasar a viagem dos outros passageiros. Desci com minha mala. Fiquei. E a van partiu.

O posto policial funciona em uma casinha nos fundos de um quintal de terra. Sentei sob uma sombra, do lado de fora em um banco de madeira que eles usam nas horas de descanso. Eu, minha mala e um jovem oficial, tentando especular. Estressada com a situação, deixei claro que não queria conversa. Ele se levantou. Foi procurar melhor companhia.

Depois de esperar por quase uma hora pela chegada do general, fomos para sua sala. Eu, ele e dois oficiais, apenas um falava inglês. Foram inúmeras perguntas. E eu tomando todo o cuidado para não escapular algo de jornalista.

“Nome completo”, o general pediu. Um dos oficiais tinha meu passaporte nas mãos e todas as informações. Mesmo assim, ele escreveu *Jeska*. Tive de soletrar. Idade, estado civil, profissão. Disse ser estudante. Eles estavam inquietos. O que fui fazer em Assosa? Porque eu queria atravessar a fronteira por ali? Nada os convencia. Disse que estava visitando a região e era amiga de um voluntário da Cruz Vermelha na cidade de Kumurk. De lá, subiríamos o Sudão para visitar o deserto e chegaríamos até o Egito. Não tivesse o estado do Nilo

Azul no roteiro, até eles estariam tão animados quanto eu.

Perguntaram quem era o tal amigo. Soletrei o nome que Amanuel me passou para procurar se precisasse ajuda. Tive de responder a essa pergunta, que eu me lembre, três vezes. E mais outras três de “por que ele não vem encontrar você aqui?”. Por três vezes contei toda a história repetida.

Ligaram para alguém. Pareceu tentativa de ajudar. Na verdade, perguntaram para a pessoa do outro lado da linha qual era a outra maneira de entrar no Sudão. Já queria descartar a fronteira que estava bem ali do lado. Mas eu estava disposta a tentar.

De uma coisa todos estavam cientes. Eu precisaria de autorização do governo se quisesse prosseguir neste caminho. O general mandou a escritã fazer uma carta onde explicava o que tinha acontecido, o porquê de terem me barrado e pedindo ajuda para a delegacia de polícia de Assosa, a mais indicada para tratar do assunto. Enquanto a escritã fazia a carta em uma salinha separada, eles queriam ter certeza de que eu era só uma turista mesmo.

Pedindo permissão, a qual se eu não aceitasse seria feita à força, revisaram toda minha mala. “Precisamos verificar se não tem nada que prove o contrário do que você está dizendo. Afinal, como vamos saber se você realmente é estudante e não trabalha para nenhuma organização, ou até mesmo é jornalista...” Fiquei calada na hora em que essa singela última palavra foi pronunciada. De fato não há ninguém tão interessado em visitar essas áreas quanto jornalistas e fotojornalistas de conflito. Mesmo os que vão a trabalho através das ONGs, na grande maioria das vezes, são barrados.

Retiraram todos os objetos. Desenrolaram todos os lenços. Tudo muito desajeitado. Anotaram o número de registro do computador e da câmera. Checaram as fotos. O cartão de “fotos perigosas”, onde havia registrado refugiados, estava comigo, guardado na bolsinha conhecida como “doleira”, própria para se esconder dinheiro e documentos sob a calça, durante viagens. Geralmente

a doleira passa despercebida quando se é revistado rapidamente. Folhearam o caderno de anotações. Também já estava preparado. Nada em inglês. Rasguei qualquer papel ou documento que lembrasse jornalismo. Estava tudo escaneado e no e-mail. Não encontraram nada. Sem qualquer habilidade, colocaram tudo de volta na mala. Eles mesmos sequer conseguiam fechar sozinhos. Fechei. Entregaram a carta em um envelope. Fomos até o lado de fora. Uma policial me acompanhou. Ela iria comigo até Assosa e ficaria a meu lado para resolver tudo e garantir, é claro, que eu não faria nenhum desvio de rota.

Fomos eu e ela, que segurava o envelope, até a beira da estradinha de terra, bem na entrada do posto policial. Estávamos esperando um ônibus. Cerca de 10 minutos. Outro policial ajudou a parar o primeiro ônibus que passou. Trocou meia dúzia de palavras com o motorista, que não gostou muito da ideia que lhe propuseram, mas não tinha muita escolha. Era ordem de autoridade. Deveria levar eu e a senhorita policial até Assosa.

Ela se apertou no primeiro banco de passageiros junto a uma mulher e uma criança. Eu sentei em cima de um elevado onde, internamente, fica o motor do ônibus. Além do envelope, a policial carregava um papelzinho amassado em que estava escrito o endereço da delegacia. Antes, ela ouviu as instruções, guardou pontos de referências. Porque sempre viveu em um vilarejo próximo ao *check point* policial, ela não conhece Assosa.

Não foi tão difícil. Algumas perguntas para quem passava pela rua e chegamos à delegacia. Fomos, sem trocar qualquer palavra no caminho. Afinal, só falo “tudo bem”, “obrigada” e “*injera*” em amárico.



Esperei 20 minutos no pátio da delegacia de polícia de Assosa, debaixo de uma mangueira. Os policiais que estavam por ali, com um certo “tempo livre”, eram até bem simpáticos. Quem dera eu pudesse ter conversado direito com eles.

Quem dera eu falasse amárico.

Chamaram ela primeiro. Conversou com o delegado por um tempo. Então me chamaram. Pediram para que eu sentasse. Além da moça que me acompanhava, estavam o delegado e um outro policial que eu conseguia diferenciar porque era careca.

Mais uma vez contei o roteiro decorado de minha saga para “ir até o Egito”. O delegado também não falava inglês, mas fazia um ligação atrás da outra. Eu só podia esperar. Segundo eles, falavam com o departamento de migrações em Addis Abeba, ou qualquer coisa do tipo.

Mais uns 20 ou 30 minutos e chega um “assistente”. Sua função era de tradutor, além de, segundo o que ele mesmo me disse, entender o procedimento a ser realizado. Um “advogado”. Antes não tivesse ido. Discutiam e discutiam. Quando eu perguntava o que estava acontecendo, sobre o que falavam, ele respondia “*be patient, stay calm*”. Seja paciente, fique calma. E mais nada. Novamente conversaram, novamente perguntei. Ele sorriu, e só. Não permaneceu calado. E assim ele reagiu todas as vezes que lhe perguntei. Não importasse o que fosse. Quanto mais nervosa eu ficava, mais ele sorria. E então ele disse, “quando as pessoas estão te ajudando, você precisa ser simpática com elas. *Be polite*”. Quando perguntei o que ele fazia, para onde trabalhava. Ela só sorriu. Outra vez disse “trabalho para uma organização”. Dava vontade de rir. Mas a raiva já ultrapassava o limite da calma.

Antes disso, chamaram um representante do governo sudanês. Foi o que disseram que ele era. Conversaram. Discutiram. E quando pensei que haviam chegado a alguma conclusão... Nada. Já eram mais de 6h da tarde. Hora de o expediente acabar. Disseram que iriam averiguar enquanto esperassem resposta do governo sudanês, e que representantes etíopes estavam tomando conta do caso, “fazendo tudo que era possível”. Sete horas na delegacia não foram suficientes. Por certo, nada seria feito. Tive de voltar para o hotel. O assistente

patife e o representante sudanês me acompanharam. Prometeram voltar no dia seguinte logo pela manhã.

No dia seguinte, já estava de malas prontas quando dois policiais, uma mulher e o careca chegaram para me buscar. Fomos para a delegacia. Ao sair, o ajudante do hotel, um menino de 16 anos, que me presenteava com um punhado de mangas todas a manhãs, me olhou com semblante aflito. Chateado, ele disse que nem criança: “Polícia mau”. Me deu um abraço e saiu. Por um momento, a comoção dele me fez sentir que polícia era mesmo coisa ruim.

Como ainda não eram nem 8 horas, fomos eu e os dois policiais, não fossem as circunstâncias, como amigos, comer bolo e tomar café. Voltamos para a delegacia e esperei horas. Quase 10h da manhã e nada do tal ajudante colaborador enviado de uma organização misteriosa aparecer. Só chegou quase no fim da manhã, para dizer “você não vai para Kumurk ao menos que pegue um avião em Addis Abeba, ou pegando um ônibus para Gondar. Se tentar passar por essa fronteira novamente, você será presa”. Curto e grosso.

É indiscutível, a espera e o estresse foram piores do que receber o “não”. Era hora de colocar o segundo plano em prática. Não tinha outro jeito. Teria de voltar a Addis Abeba.

Liguei para Kisut, um dos amigos que fiz em todos esses dias de Assosa. Foi ele quem me mostrou onde ficava o único *cybercafé* da cidade em que a conexão de internet funcionava, explicou que o único caixa eletrônico das redondezas não funcionava, e quem disse que uma passagem de avião dali até a capital não sairia mais do que 70 dólares, o que compensaria muito mais.

Comprei a passagem para o dia seguinte. Passei na Cruz Vermelha e aluguei o ouvido de Mitiku contando tudo o que havia acontecido. Analisamos rotas, o que seria possível fazer. “Não fique pensando, ‘se eu tivesse feito assim, se eu não tivesse’...”, ele disse. “Não desista, talvez tenha sido melhor assim. *Just let God be with you.*” Apenas deixe Deus estar com você. ▼



Próximo à estrada
para Kumurk



Em estrada na
Etiópia

Voltamos um pouco na história para explicar as próximas peripécias. Antes de partir para Assosa, estive em Addis Abeba, procurando o escritório da ONU para buscar mais informações. O prédio fica rodeado de hotéis quatro ou cinco estrelas e sedes de várias outras ONGs. Acabei almoçando por perto. No restaurante, sentei em uma mesa, sozinha, coloquei a mochila em uma cadeira ao lado e abri um mapa do norte da África oriental a fim de sondar meu futuro.

Na mesa ao lado almoçava um casal, o filho pequeno e um amigo. Vendo que eu estava sozinha, me convidaram para sentar junto a eles. Aceitei. Eles eram da Alemanha, trabalhavam para a embaixada. Quando contei que era brasileira, a mulher logo disse “oh, conheço uma brasileira. Ela trabalha para a embaixada de vocês, posso te apresentar”. Super simpática, a alemã me convidou para um jantar só de mulheres que ela mesma ia promover.

Foi assim que conheci a vice-cônsul da embaixada brasileira na Etiópia, Ana Milhomem. Mulher de cabelos curtos, cacheados e bem negros. Pele branca e corpo muito magro, de aparência extremamente jovem, principalmente se se levar em conta o cargo que ela ocupa.

Passamos horas conversando no jantar, matando saudade das esquisitices brasileiras. No fim da noite, recebi um convite especial. Poderia ficar na casa dela sempre que necessário. No início da viagem, fazia parte dos planos passar por Addis Abeba ao menos umas quatro vezes. Fui embora para Assosa prometendo que iria aceitar o convite. Junto a seu marido, o cônsul Rômulo Neves, eles formam o casal mais jovem, bonito e divertido que essa Etiópia já viu.

Depois de ser quase expulsa de Assosa, liguei para Ana pouco tempo antes de sair de lá. Passadas duas semanas com banho gelado (a noite na Etió-

pia é bem fria), sanitário sem descarga e sob a dieta do pão com carne moída, manga e refrigerante, (que é para dar sensação de satisfeita), estava mais do que disposta a aceitar o convite dela. Não seria apenas um canto para dormir. Ficar na casa de uma brasileira era, sem dúvida, o supprassumo de uma viagem nessas condições.




Addis Abeba é ocupada por desatinados 3,6 milhões de habitantes que brigam por espaço na rua, não por falta dele, mas pela carência de disciplina mesmo. Recordo-me de uma outra brasileira que uma vez disse, com seriedade, “tenho medo de dirigir em Addis, porque aqui se não pode atropelar as pessoas”. Por mais que essa frase seja engraçada e possa até gerar má interpretação, se alguém dirigir no ritmo de qualquer capital do ocidente, seria remota a chance de não atropelar alguém na Etiópia. Falta sinalização, sobram charretes. Quando menos se espera, tem alguém na frente do seu carro, carregando uma cabra nas costas.

O transporte público é feito por ônibus, mas eles são em quantidade irrisória perto do número de vans pintadas de azul e branco que circulam por toda a cidade. A maioria tem um peça aqui outra acolá, escapando pelo caminho. Apesar da falta de qualquer luxo, são transporte eficiente. Tem van a torto e a direito. É só abanar a mão e dizer para onde você quer ir. Ou prestar atenção nos cobradores que ficam com a cabeça para fora da janela do carro gritando o destino. Se a que você quer não passou dessa vez, aguarde só mais um pouquinho. Em poucos minutos vem uma outra com um novo rumo. É gritaria e expremensão de gente, mas cumpre sua função.

Encontrar uma calçada para caminhar é mais do que sorte. E não precisa se afastar nadinha do centro para desfrutar de ruas inteiras feitas só de terra. Em época de chuva, tudo se converte em lama. Os que arriscam caminhar nessas



Estrada próxima à capital etíope_



passagens andam como se estivessem em uma pista de patinação. Se tiver pouca sorte, pode ser que sua queda termine nas crateras que se formam nas margens das ruas, onde desembocam as águas da chuva, bem como esgoto e lixo. Para fugir do glamour que seria um tombo desses, cheguei a chamar um táxi para andar 500 metros.

O melhor é que os etíopes têm consciência de que todas essas dificuldades não são pretexto algum para violência. Esta aí uma cidade admiravelmente segura. São poucos os problemas com assaltos e até mesmo com furtos. O medo de sair à noite fica por conta dos buracos na calçada mesmo, qualquer um pode passar despercebido e torcer o pé. Isso sempre acontece com estrangeiros.

A primeira vez que vi Addis Abeba, ainda do alto, percebi algo diferente. Sobrevoávamos a cidade à noite. Olhei pela janela. As luzes estavam acesas. De repente, tudo ficou um breu só. Cogitei que havia algo na aeronave que causasse essa impressão. Em poucos segundos as luzes voltaram. Eu ainda observava do alto quando tudo se apagou de novo. Poderia ser o cansaço, pensei. Estava mesmo com muito sono, depois de horas de voo. Dessa vez fiquei atenta para ver o que acontecia. Luzes acesas. Mais uns minutos e ainda acesas. “Preciso mesmo dormir”, disse para mim mesma.

Na noite seguinte, ficamos sem energia no hotel. A dona do estabelecimento explicou o porquê. Autoridades dos 53 países africanos, além de convidados de outros continentes, celebravam os 50 anos da União Africana. “Por isso é que metade de Addis está sem água, sem internet e sem luz. Para que na sede do evento, água, luz e wifi sejam abundantes”, condenou a dona do hotel. Quem dera fosse esse um problema de fins de semana de festas nobres. Tudo isso independe da presença de eventos pomposos ou soberbos. Sistemas de luz e água passam por sérios apuros todos os dias na capital.

Nem mesmo morando em um setor privilegiado, Ana consegue escapar dos impasses da infraestrutura etíope. Mas é verdade que foi sorte. Tomei a



melhor ducha de que já tive notícia até hoje. Um chuveiro pelo qual não só saía água, mas saía água quente. Quando achei que não havia como melhorar, simplesmente tivemos arroz no jantar. Sem contar a salada que tinha até azeitona. Paraíso.

Dois dias de uma felicidade singularmente ímpar, e aqui peço licença poética para tentar expressar como o momento foi único. E peguei o ônibus para o Sudão.



Sequer havia amanhecido e estava eu de novo no terminal. Já não fui surpreendida pela custosa estrutura dos ônibus. Deve ser por isso que foi mais fácil persistir até o fim do dia. Como já esperado, paramos às 18 horas em Bahir Dar. Uma cidade cheia de turistas, mais do que eu esperava. O Lago Tana, formado por afluentes do rio Nilo, é o que há de mais vistoso na região, que acumula resorts e múltiplas opções de lazer em suas margens. No norte da Etiópia estão também as antigas igrejas de Lalibela, escavadas na rocha, e os obeliscos de Aksum, onde dizem estar guardada a arca perdida, trazida pelo filho do rei Salomão com a rainha de Sabá para construir uma Nova Jerusalém na África. ▼

Especulações à parte. Segui direto, pois não havia tempo para rodeios. Cheguei à cidade de Metema, cortada pela linha fronteira. Naquele momento, era o eldorado. O lugar tão sonhado de chegar.

Reza a lenda que no século XVIII, antes de Metema se tornar cidade, era parada oficial para peregrinos que iam de Darfur, no Sudão, até Meca. E com o tempo passou a se tornar assentamento oficial dos muçulmanos que caminhavam dias para cumprir promessas a Alá. Por isso seu nome significa, em árabe, último local ou terminação, pois era a última cidade das províncias muçulmanas. A cidade já foi cenário de inúmeras batalhas, além de ter abrigado importantes mercados de escravos.

A feição de Metema está longe de aludir às grandes facetas históricas de que já foi testemunha. Sem mais do que seis mil habitantes, é difícil imaginar que haja vida além da rua larga que corta a cidade. A mesma que, em poucos metros, culmina em uma ponte. Esta já é sudanesa. A travessia de um lado para outro é fácil justamente pelo intenso trabalho dos feirantes que carregam suas mercancias sem serem interrompidos. São eles quem giram a modesta economia da cidade, em qualquer um dos lados da fronteira. Sob um calor imerecido, suam por trocados diminutos que não lhes são suficientes para pagar nada além da *injera* de cada dia. Mas são mais livres que estrangeiro como eu, que não pode ficar “sambando” de lá para cá.

Estava temerosa de não conseguir chegar ao lado de lá novamente. Bem início de tarde, a quentura mesmo sob a sombra era um presságio do que estava por vir. Suando como eu, estavam quatro amigos sudaneses, três engenheiros e um médico, que voltavam de entrevistas de emprego na Etiópia. Pelo visto as coisas na terra da areia ardente não estavam nada fáceis.

Aproveitamos para transformar os birrs etíopes em libras sudanesas ali mesmo. Depois seria impossível trocar qualquer moeda que não fosse o dólar, a não ser que, com “sorte”, encontrássemos os famosos *black markets*. Os mercados negros.

O procedimento de migração foi rápido. Ao contrário da frustrante experiência na última tentativa de permear terras proibidas, tudo foi muito tranquilo. Fingi adorar as piadas repetitivas dos fiscais sobre Ronaldinho, Neymar e afins, e segui para o outro lado. Até que enfim, a bandeira do Sudão bem na minha frente.



Os quatro sudaneses tornaram-se companheiros. Estavam dispostos a me ajudar. E eu mais do que à disposição para ser ajudada. Eles também tinham pressa. Tudo porque ninguém queria dormir em Gedarefe, a próxima parada obrigatória.

Nos preparativos para a viagem, li no guia *Lonely Planet*. “Se você vai da Etiópia ao Sudão por terra, tem grandes chances de dormir em Gedarefe. Você não gostaria de estar tão longe.” ▼



Estrada para
Merema



Gedarefe

80



Isso só aumentava o mistério. Não havia qualquer certeza sobre o que me esperava em um dos países menos visitados no mundo. Pouquíssimas informações na internet. Nas páginas de livro, raramente já foi escrito este nome. Nos sites de busca sobre viagens, como o *wikitravel*, a primeira mensagem que se lê é animadora. *Warning*. “Alerta. Viajar no Sudão para além da capital Cartum e do nordeste do país é considerado perigoso. Duas guerras civis próximas à fronteira continuam a causar violência. Viajar para o estado do Nilo Azul e Kordofán do Sul é extremamente perigoso e altamente desencorajado, incluindo viagens para os países os quais fazem fronteiras, Chade e Sudão do Sul. Bandidos e grupos terroristas têm estrangeiros como alvo para ataques e sequestros, em especial nas regiões do Alto Nilo e próximo à fronteira etíope.” Para mim, mais sedutor impossível.



Pegamos uma van até Gedarefe. Por hora não estava mais sozinha, os quatro amigos me traziam segurança. Paramos em uma fiscalização. Quem é o alvo? Eu, claro, a única mulher do carro, que ainda “fazia questão” de andar sem véu. Coisa que mulher sudanesa que se dê ao respeito nenhuma faria. Além do calor ao qual eu não estava nenhum pouco adaptada, caminhar de muletas, mochila e ainda ter

de manobrar um véu, que não pára por conta do vento, não é tarefa nenhum pouco exequível. Até tentei, mas desisti. Óculos de sol e camiseta sem mangas. Receita completa para ser interrogada. O que você faz aqui? Quantos dias? Com quem? Para onde? De onde? Ronaldinho? Sempre as mesmas perguntas.

A desculpa era a mesma, nada de estado do Nilo Azul no roteiro divulgado. Iria para Cartum e, então, Egito. Turismo. E que sudanês precisaria saber que o itinerário seria exatamente o contrário?

Mais uns dez minutos de estrada e uma nova fiscalização. Bem mais pesada. Ao menos, dessa vez, não me senti tão privilegiada. Todos foram revistados. Tive de abrir a mala (até porque não fizeram isso na fronteira), revisaram as fotos armazenadas na câmera. Imagens de amigos, dança típica, comida e café etíopes. O cartão de inestimável valor ia dentro da calça. Na ausência de mulheres policiais, já que os homens não podem me revistar (e isso é sim respeitado), sabia que estava seguro. O fiscal até riu de algumas fotos. Ficou nisso.

Estávamos apreensivos. Queríamos alcançar algum ônibus a tempo de chegar à capital sudanesa. A sensação de que iria derreter a qualquer momento era suavizada quando me diziam “aqui está frio comparado a Cartum”. Mais tarde eu veria que era verdade. Em Gedarefe ao menos se respira.

Chegamos lá às 17 horas e não havia mais como seguir viagem. Assim como na Etiópia, não há transporte durante a noite no Sudão. O jeito foi “conquistar” um bom hotel e esperar até o dia seguinte.

Até aceitaria dividir quarto com os rapazes como se fazem nos hotéis das grandes capitais pelo mundo. Mas mulher no Sudão só divide quarto com homem quando este for seu marido. A primeira sacolejada que meu bolso sofreria em um dos países com custo de vida mais alto não só da África. O Sudão é 26º país mais caro do mundo. Não precisou muita pesquisa para perceber isso. Foi só buscar por teto em uma única noite em Gedarefe. O dobro do valor de uma suíte na Etiópia, por um quarto empoeirado e sem banheiro. Felizmente o dono

do estabelecimento mais do que modesto ajudou a preservar minha integridade física. “Aqui recebemos muitos soldados. Melhor que você fique com um banheiro só para você. Farei mais barato.” Paguei o mesmo preço, mas agora era “suíte”. Nada mau. Há lado bom para tudo nessa vida. Há até vantagem no calor, que não abaixa dos 40 graus. Nem se sofre para tomar o banho gelado. O sanitário, um buraco no chão, e fizemos um bolão para saber há quantos anos as roupas de cama haviam sido trocadas. Mas nada melhor pela cidade. O jeito foi dormir para esquecer.



Antes do amanhecer estávamos no terminal de ônibus. Como os etíopes. Com a diferença de que a terra não é vermelha, nem há morros para subir e descer. Tudo plano, esculpido em pura areia bege. Na paisagem agora, nada além de deserto.

Ao entrar no ônibus, uma grande surpresa. Os melhores que a África subsaariana já viu. Ar condicionado a pleno vapor. Poltronas individuais e, veja só o luxo, reclináveis. E ainda incluía o tradicional serviço de bordo, o mesmo da Etiópia. Dessa vez um bolinho com refrigerante de sabores sigilosos. Mas não fazia mal. Nada de cabras, cabritos e galinhas. Todos muito serenos em suas respectivas poltronas. Uma para cada um. Sublime.

Enquanto isso, podia enviar mensagens utilizando o chip que tinha acabado de comprar. Internet 3G durante todo o percurso, mesmo em plena rodovia cortando o deserto. Deu até para baixar música. Mostrei algumas canções brasileiras para Mohammed, um dos engenheiros que me acompanhava. Custou a acreditar que Ivete Sangalo existe de verdade, adorou Olodum e não conseguia parar de cantar “chorando se foi”. Enquanto isso eu ouvia uma música, de Chico César, cujo refrão diz “Deus me proteja de mim”. Acho que letra mais apropriada, para a ocasião, não haveria. Uma festa só no ônibus. Já ficou

o convite para o carnaval. Mostrei também uma música espanhola chamada “*Mi niña bonita*”, minha menina bonita. Carinhosamente, ele me chama assim até hoje.

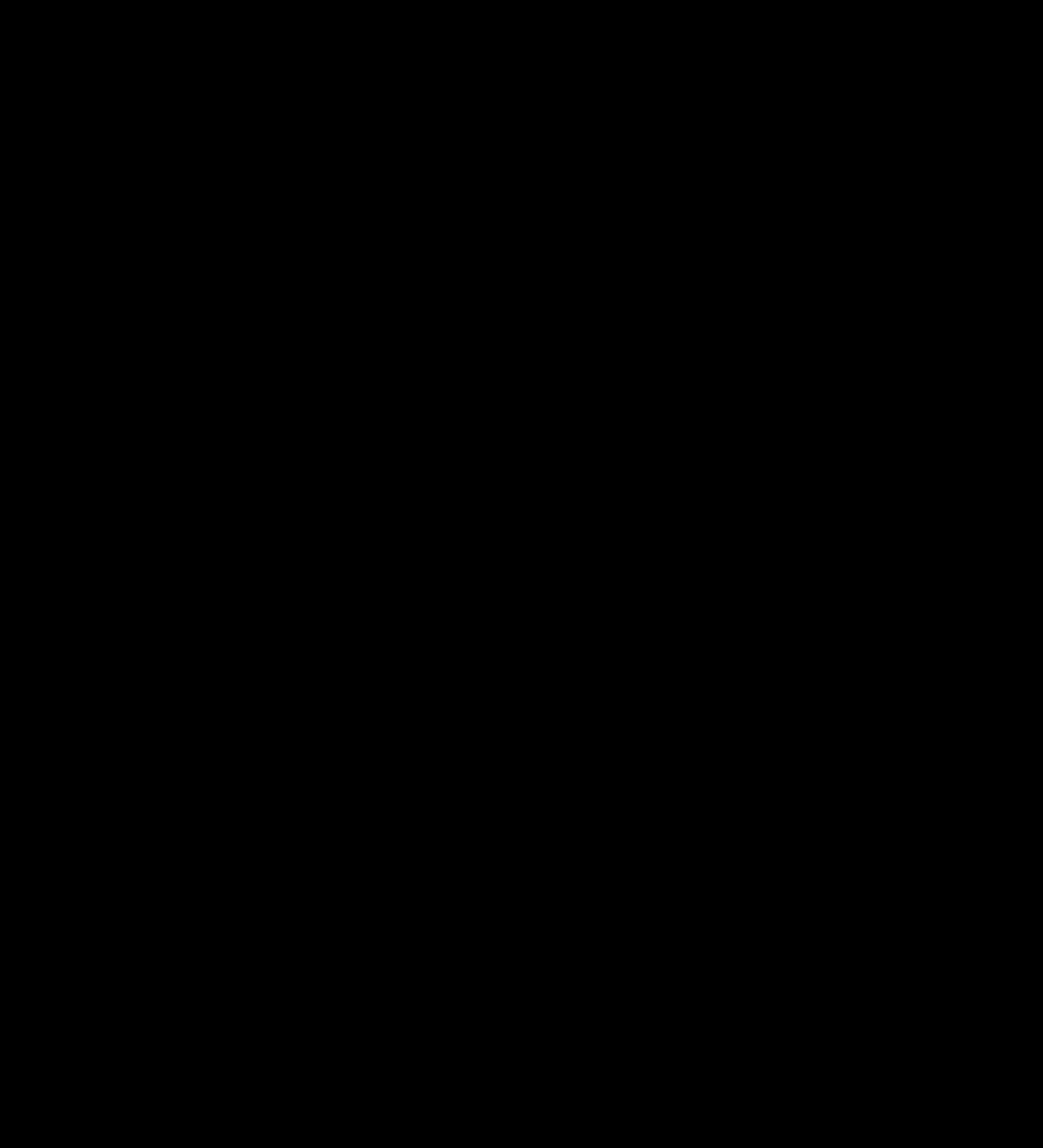
Ao sairmos do ônibus, o bafo quente impregnou. Qualquer preparação psicológica para o calor de Cartum é insuficiente em pleno julho, a época mais quente do ano. Não adianta nem orar por um ventinho refrescante. Até à noite ele é quente. E é esse mesmo vento o culpado pelo ar sudanês ser sufocante. No topo de um prédio no centro da cidade, um termômetro anunciava o fim dos tempos, 52 graus de temperatura.

Caminhar pela cidade, só com anos de treino. Por outro lado, andar de táxi em Cartum é tarefa para sudanês. Ao contrário do que alguns guias de viagens e livros de história nos fazem concluir, nem todos os frutos plantados pela colonização inglesa foram mantidos. Há 25 anos o ensino do inglês foi proibido nas escolas. Azar de quem não domina o idioma árabe. Era o caso. ▼



Parada para
concertar a borracha
da muleta que
derreteu no calor





Ele coordenava uma unidade militar das forças armadas de seu país. Era Brigadeiro. Em 30 de junho de 1989, juntou um pessoal do Comando Revolucionário para a Salvação Nacional e derrubou de forma ilegal um governo que era, até então, legítimo. Um golpe de Estado. Suprimiu todos os partidos políticos. Calou a imprensa. Deu certo? Foi reeleito três vezes. Depois de demonstrar que não gostava muito das etnias diferentes da dele, foi condenado pelo Tribunal Penal Internacional, no ano de 2009, por homicídio, extermínio, deslocamento forçado, tortura e estupro. Crimes contra a humanidade. E graças à estratégia política que utilizou nos últimos anos, foi condenado por ataques a civis e pilhagem (saques durante conflitos). Crimes de guerra. Senhor leitor, apresento-lhe o presidente do Sudão.

Este é Omar Hassan Ahmad Al-Bashir. Chefe do quarto país mais corrupto do mundo. Omar, que não é bobo nem nada, não reconhece o Tribunal. O Sudão não é signatário e, portanto, ele não precisa se agoniar enquanto estiver dentro de suas fronteiras. Não pode ser preso. Se bem que, mesmo fora das amarras fronteiriças, ele parece não estar nada preocupado. Em pouco mais de um mês depois do dia de sua condenação, ele realizou seis viagens internacionais. Na teoria, deveria ser preso assim que colocasse os pés em territórios estrangeiros. Mas o provocador ainda recebe apoio da União Africana e de alguns países da liga árabe. O que nos faz sentir ainda mais tolos. Às vezes penso que, nesse momento, ele está rindo de mim e de você, que provavelmente está bem zangado, como eu.

No ano de 1998, foi aprovada uma nova constituição. Apesar das promessas de mudanças, as novas leis davam mais autonomia ao presidente e havia

brechas, permitindo violações aos direitos humanos. Sem autorização especial, é proibido até mesmo tirar fotos de prédios públicos em Cartum. Tudo começou a ser dificultado para estrangeiros. Por conta do embargo sofrido pelos Estados Unidos, não há sistema de banco internacional. Impossível sacar dinheiro ou pagar contas no débito/crédito. Com o ensino do inglês cortado, só os mais velhos sabem arrANHAR algumas palavras básicas, aprendidas na época em que a língua fazia parte do currículo escolar. Se não quiser ter problemas na imigração, tem de pagar 70 dólares para ser registrado (se não tiver nenhum amigo sudanês para assinar o documento, são mais 30 dólares). A lei islâmica é inquestionável, mas mulheres estrangeiras ainda são aceitas sem o uso do véu na capital. Em outras regiões, podem ser mal interpretadas, mas não é obrigatório. Só é de extremo bom senso.



No primeiro táxi que peguei em Cartum, usar um véu teria sido muito bom. Expliquei onde queria ir. Cruz Vermelha. Fica em uma rua movimentada, não muito difícil de chegar desde meu hostel, era o que dizia o mapa.

Entre na van. Os táxis modelo convencional, como conhecemos, são mérito de quem anda pelas redondezas do aeroporto, que fica bem no centro e divide Cartum ao meio. Costumeiro mesmo é andar nessas vans. Algumas funcionam como lotação, outras como táxi particular. Além disso, os *rickshaws*, assim como na Etiópia, são muito populares.

No primeiro semáforo, o motorista me olhou. Quis pegar na minha mão. Tirei o braço de uma vez. Ele sorriu. Tentou novamente e sorriu de novo. Como o alcorão ensina aos homens, mulher descoberta é mulher de presente para você. Deve ter pensado que seria fácil. Se não estivesse tão brava, riria muito, assim como faço hoje.

Custamos a chegar à Cruz Vermelha. Quando perguntei se sabia onde

ficava aquele endereço, ele balançou a cabeça em sinal afirmativo. Chegamos em uma rua próxima. Mas descobri que, na verdade, ele não entendeu patavinas do que lhe disse. Paramos em frente a uma agência de viagens. Alguém ali deveria me entender. Ilusão. Duas moças olharam. Analisaram. Perguntaram. Continuaram sem saber.

Um pouco mais adiante, paramos novamente. Ele perguntava a pessoas aleatórias na rua, para saber se alguém entendia inglês. Encontramos uma moça muito bonita, olhos delineados por lápis bem preto, como aquelas típicas odaliscas que estamos acostumados a ver pela TV. Ela pareceu entender um pouco. Conversamos. Perguntou umas três vezes onde era mesmo que eu queria ir. Expliquei três vezes. Nada.

Já nos aproximávamos das 5 horas da tarde e o escritório logo fecharia. E ele querendo utilizar o mesmo método até encontrar. Impaciente, peguei o mapa. Analisei onde estávamos. Pedi, com gestos, para que ele seguisse. Pediria que me deixasse em qualquer canto que julgasse ser mais próximo da ONG. O ambiente daquele carro já não era aprazível desde o início. Mas as aventuras dessa viagem revelaram-se boas. Três quadras adiante e, de supetão, aparece a meu lado, quase tão bom quanto encontrar um brasileiro no deserto, o escritório da Cruz Vermelha.



Procurei saber de projetos que envolvessem crianças soldados. Segundo a ONU, no ano de 2008 havia mais de 6 mil meninos e meninas entre 7 e 16 anos de idade, servindo como espiões, cozinheiros, caçadores, saqueadores e escudos humanos. Depois, perderam as contas.

Não escondi que fiquei atônita ao saber que a Cruz Vermelha não trabalhava em mais nenhum projeto com crianças soldados, graças a problemas com o governo de Al-Bashir. Não bastasse, no início de 2014 a ONG recebeu ordens

da (veja a ironia) Comissão de Assuntos Humanitários para suspender os trabalhos em sua totalidade, sob o argumento de que “constatamos que as atividades da Cruz Vermelha estão fora do mandato definido pelo direito internacional e do acordo com o Governo do Sudão”. Agora ela trabalhara junto a projetos de interesse do próprio governo. Além disso, proibiu que a Cruz Vermelha entre nos estados de Kodorfán do Sul e Nilo Azul. É, não sei por que fiquei atônita.

Soube de uma ONG chamada SOS *Children's Village*, que funciona como um orfanato, onde haveria ex-crianças soldados. Antes de viajar, liguei nos telefones disponíveis no site, sem qualquer resposta. E-mail então, só com milagre. O jeito foi conferir pessoalmente.

Consegui o endereço deles com a própria Cruz Vermelha. O lugar fica bem longe. Na bairro de Alsalama, periferia de Cartum. Muitos mandaram eu ter intenso cuidado ao chegar naquela área. Lá, existe muito pouca coisa além de deserto e dos muros que cercam a “vila das crianças”. À beira de uma rodovia, no portão de grades escuras, o letreiro enferrujado quase não destacava, SOS *Children's Village*. ▼

Na portaria perguntei por Yahya Hamad, o senhor que indicaram ser a pessoa “certa”. Andamos por uma estradinha de terra. Uma tentativa de gramado, que não cresce porque o relevo desértico ganha a briga, cerca o caminho. O terreno é grande, 3 km² guardam pequenas vidas, não por serem pequenas mesmo, mas porque parece não caber tanto nos corpos miúdos daquelas 150 crianças. Pela fatalidade a que estão sujeitas todas as coisas nesse mundo, elas não tinham nem roupa, nem caderno, nem pai, nem mãe. Órfãos de um passado, que ninguém quer contar para eles e, se pudessem, não se arriscariam a continuar um futuro.

Yahya tem 35 anos de passado e, não bastassem os três filhos que tem de sangue seu, decidiu cuidar dos outros 150 que rascunhavam em seus sonhos o desenho de um pai. Ele ama crianças, pena não cabem mais no orfanato.

Ao contrário do que dizia o site desatualizado, não há mais nenhum ex-menino soldado na vila. Já há alguns anos aquela unidade não recebe mais nenhum deles. Muitos são órfãos de soldados mortos pelos conflitos. Outras crianças são encontradas nas ruas, mesquitas ou deixadas no serviço de assistência social do governo. A *SOS Children's* as buscam sempre que tem vaga.

Elas podem ficar na vila até os 14 anos de idade. Depois têm de trabalhar, esquadrinhando outra forma de seguir a vida. Há ressalva para mulheres. Elas não podem alugar casa se estiverem solteiras. Não é de bom tom. Só saem do orfanato se conseguirem um casamento. Para isso existe uma casa especial, onde vivem quatro moças que já passaram dos 14 anos de idade. Uma estuda medicina. As outras estão no ensino médio. Aprendem a cuidar da casa com certa independência. Cozinham, lavam e passam. Até que o “príncipe” as resgate. Um homem que seja honesto e trabalhador. Se possível, que seja bonito, e que

preste suas contas a Alá cinco vezes ao dia, como manda a tradição. Está bom.

Outras 146 crianças ainda podem esperar com calma. Elas são distribuídas em 15 casas diferentes e recebem os cuidados de mães voluntárias. Mulheres já adultas, às vezes até com filhos, que fugiram da violência doméstica, perderam ou nunca tiveram um marido. Cada uma é responsável por sete crianças. Trocam fraldas, compram leite, comida, ajudam no dever de casa, fazem cafuné para o menino dormir. Zelosas, não enxergam a vida sem as crias a sua volta. “Quando vão embora dá aperto no coração. Mas sei que logo vem chegando mais”, diz uma das mães mais antigas no orfanato. Com 50 anos de idade, há três perdeu o marido para o conflito de Darfur. Lá mesmo ouviu falar na SOS *Children’s Village*, lá mesmo decidiu que era isso o que faria até o fim de sua vida. Trouxe consigo a filha. “Também quero seguir o mesmo caminho”, diz a moça.

Na casa ao lado, vivem Zahara e outras três crianças. Zahara ficou com o menor número de filhos, pois um deles carrega uma paralisia cerebral, o menino Safieddin. No dia em que o encontraram, a nova mãe ficou de coração partido. Os pais biológicos não suportaram a dor de colocar no mundo tal criança assim malfeita. Entregou-a às ruas.

Zahara, cujo nome significa aquela tem que sorte,





Safieddin e
sua mãe

tratou de demonstrar um sentimento incomum. O menino visto como defeituoso e inválido, como evidência de pecado cometido pelos pais. Zahara teve coração tão maior que sobreleva o estorvo social que a rodeia. Carrega o pequeno nas costas. Leva para hospital. É necessário acompanhamento todas as semanas. Custa caro. São 300 dólares mensais e 24 horas diárias. E ainda tutela um casal de pequenos. Safieddin agora tem sete anos. Zahara terá de zelar por ele até que chegue o último dia de algum dos dois. “Pode até ser que o dele venha primeiro, vou esperar”. E se vier o seu primeiro?, pergunto. “Temos Alá. Ele é quem sabe os caminhos.”

Das meninas que vão crescendo, boa parte se interessa em continuar a labuta. E não é tão somente por falta de opção. É gratidão. A trabalhadeira, para que as crianças tenham a melhor vida possível, é muita. Era início de julho quando o período escolar começou e as crianças estavam havia mais de duas semanas sem material. Problemas burocráticos entre as papelarias da cidade de Cartum e a restrita verba concedida pelo escritório central da ONG.

Fomos eu e Yahya procurar alguma empresa que aceitasse a parceria, vender mais barato e em grande quantidade. Conseguimos uma na populosa Omdurman, a segunda maior cidade do país. Fica colada a Cartum, só não se confunde porque o rio Nilo se encarrega de fazer a divisão das duas. Ali, no meio de uma feira. Entre bananas, chás e bugigangas, uma papelaria resolveu ajudar. Mais de 300 cadernos, livros didáticos, lápis de cor.

Ao chegar com tudo na caçamba da caminhonete da ONG, crianças surgiam de todos os lados, gritando, pulando e tendo de ser barradas para não subir no carro, tamanhas eram a curiosidade e alegria. “*Tahíran! Tahíran!*”, elas cantarolavam. “Até que enfim! Até que enfim!”.



Yahya, na verdade, é contador. “*I’m just an accountant*”, sempre diz. É ele quem cuida do dinheiro que entra e sai, e visita bancos várias vezes ao dia. Mas não consegue ficar só nessa função, porque falta gente e porque lhe sobra vontade. Ele é, também, o braço direito do diretor da vila. O “pai” oficial, Mohamed Ezzedin, ou Mr. Ezzedin, como prefere ser chamado.

Mr. Ezzedin passou 15 dos 45 anos de sua vida dedicado a projetos sociais. Chegou a ser mantido refém por milícias rebeldes no sul do Sudão. Era tudo o que eu queria ouvir. Mas só prometeu uma longa conversa para quase uma semana depois, quando finalmente teria tempo.



Horas a serem desperdiçadas eram o que não existia. Enquanto isso, dei continuidade ao plano atrevido de entrar no estado do Nilo Azul. Estava decidida a pegar o ônibus para a famosa Ad-Damazin.

O dono do hostel, acostumado com regras para estrangeiros, me alertou que seria impossível sequer sair do estado de Al-Cartum, onde estávamos, para qualquer estado do sul, ainda mais o Nilo Azul. Sem chances. “No primeiro *checkpoint*, mandarão você voltar”, disse com convicção. Ele não foi o único. Por vezes, pensei em ser racional e não ir.

Por outro lado, todos os outros sudaneses, quaisquer com que eu conversasse, não entendiam por que eu duvidava. Por que não poderia visitar a região senhora de um dos maiores conflitos humanitários do mundo? “E por

que não?”, foi o que mais ouvi deles, “pode ir comigo se quiser”. Até mesmo um funcionário aposentado da ONU, sudanês, disse que autorização sequer seria necessária. Por vezes, pensei em ser irracional e ir.

Dois dias buscando por respostas. Alternei entre pesquisa, especulações, apoio de ONGs, embaixada, o que fosse. Nada me dava certeza. Cheguei à conclusão de que só haveria uma forma de descobrir o que realmente acontecia longe da imprensa não manipulada daquela cidade.

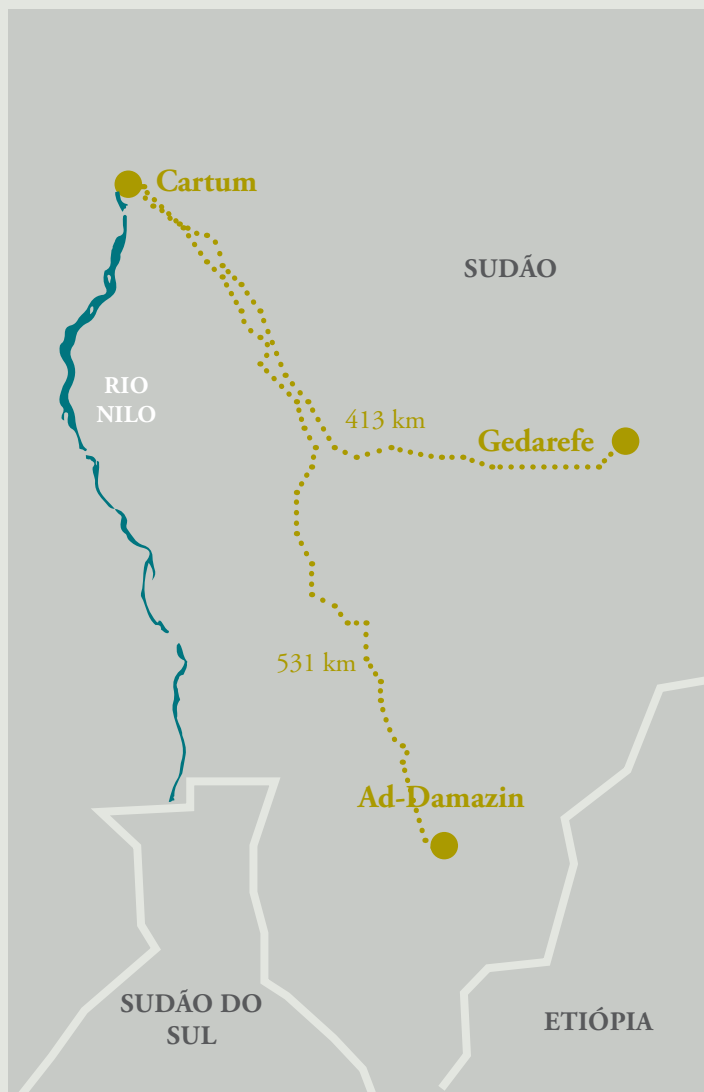
O plano era ir sozinha mesmo. Nesses dias que se passaram, Yahya estava sendo um companheiro. Frequentemente sentávamos em um dos melhores restaurantes de Cartum, feito para estrangeiros. Tomávamos duas bolas de sorvete, sempre que íamos lá. Uma de manga, outra de chocolate. Sempre. Era o que dava para pagar. Ali, ele decidiu que iria comigo se fôssemos em um fim de semana. Poderíamos dizer que éramos casados, o que facilitaria arranjar motivos para uma brasileira estar em terras tão impróprias.

A pouco mais de uma hora de Ad-Damazin existe um parque que já recebeu muito mais turistas antes de o conflito se avivar, em 1983 (hoje se pode visitá-lo, desde que escoltado). Nossas justificativas se alternavam entre dizer que fomos visitar esse parque ou jurar que fui conhecer a terra natal de meu querido esposo. Bem, era esse o plano. ▼

A mãe Jamila e duas
de seus sete filhos



17 Ad-Damazin



96

No dia seguinte partimos cedo. Compramos as passagens na hora. Preparei um lanche para comer no caminho. Yahya me presenteou com uma pulseirinha nas cores da bandeira do Sudão, “que é para dar sorte”. Peguei uma canga com o Cristo Redentor estampado nela e a transformei em véu, assim teria mais chances de passar pela polícia.

O que o dono do hostel disse repetidas vezes, ecoava. “Você será barrada no primeiro checkpoint.” Sentia mais ansiedade que medo, e acharia um saco ter de ser interrompida novamente, como fui na Etiópia. Estava disposta a tentar.

O ônibus não estava dentro da luxuosa categoria do último que usei para chegar até Cartum. O banco em que Yahya se sentou estava com o assento quebrado. Teria passado todas as seis horas de viagem sentado no chão, não tivéssemos colocado minha mochila e a pequena sacolinha plástica que lhe servia de mala para preencher o buraco da poltrona.



Seguimos por uma paisagem monocromática. O deserto não nos deixou em momento algum. O marrom das águas do Nilo Azul às vezes dava o ar da graça, destoava e nos fazia companhia, depois ia embora. Os pequenos vilarejos,

que deixam qualquer um intrigado em saber “como pode existir vida aqui”, é que desabrocham aos montes.

Nesse mesmo nada, o primeiro *checkpoint* policial. Quieta. Não olhei para o lado de fora. Sequer movia os olhos. Os policiais notariam apenas uma mulher com véu e, melhor ainda, com um homem do lado. A vistoria se contentou em ficar do lado de fora. Foram menos de cinco minutos. Pareceram horas. O motorista ameaçou acelerar. Já quis sorrir em alívio. Mas um policial, de longe, gritou. Voltei a ficar imóvel. Meia dúzia de palavras com o motorista. E ele finalmente acelerou de vez. Pronto. Pude soltar a respiração. O triunfo serviria ao menos para refutar o dono do hostel ao dizer que seria barrada.

Parávamos o tempo todo. Subiam e desciam passageiros, no meio da estrada. Indo e vindo para os inúmeros remotos vilarejos. Eu sempre quieta. Em uma dessas pausas, Yahya apontou o dedo para minha janela e disse assombrado: “Aqui é a cidade das bruxas. Há muitas mulheres malvadas preparando feitiços”. Eu ri. Se pudesse pararia ali mesmo para conferir. Brinquei com ele. “Peça para parar. Vamos descer.” Ele arregalou os olhos, recuou para trás. “Mas são bruxas!” Comecei a rir e ele ficou aliviado. Pior que uma mulher sem véu, só uma mulher bruxa.

Tentando mostrar ser uma boa menina, continuei coberta pela canga, apesar do calor e do vento, já que não dava para fechar as janelas se quiséssemos respirar. Mais uma checagem. De novo imóvel, sem olhar para fora. Se algum policial observasse bem meu rosto, viria que não era sudanesa. Bendito véu. Aceleramos de novo. De novo pude respirar. Foi assim cinco vezes até abeirarmos Ad-Damazin.



O ônibus diminuiu a velocidade. A estrada deserta se popularizou. Encheu-se de gente, comércio, carrinhos de comida, e de *rickshaws*. Chegamos.

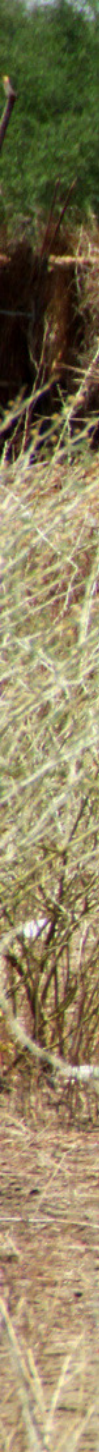
Mal podia acreditar. Ao menos diria que pisei ali.

Tirei o véu para que pudesse ver melhor. Parece ridículo, mas tinha a sensação de que ele me atrapalhava ouvir, enxergar, cheirar, pensar. Foi só consumir o ato libertinoso para todo mundo comentar. Ao contrário da capital Cartum, a completa ausência de estrangeiros ali faz com que o *frison* seja ainda maior quando alguém dessa raça aparece. Muitos, na verdade não entendiam por que havia, ali, uma mulher sem véu. Ainda da janela do ônibus, homens sorriam olhando para mim, comentavam, cochichavam. O maior falatório. Tudo em árabe. Yahya quis me poupar de entender o que eles diziam. Até hoje sou curiosa para saber, mas não há caravana de camelos que faça ele me contar.



Já eram cinco da tarde quando chegamos. Meu companheiro tratou de negociar um *rickshaw*, e fomos logo à procura de um hotel. Coloquei a canga na cabeça novamente, que era para evitar os mais bisbilhoteiros. Desceu ele mesmo. Esperei no “táxi”. Ele voltou com uma carinha de decepção. Disse o preço, 180 libras sudaneses. Cinco vezes mais caro do que pagava no hostel de Cartum, mas não era esse o problema. “Pediram autorização. Sem carta, sem vaga.” Fiquei preocupada. Mas esse, segundo o “taxista”, era o melhor hotel da cidade. Um mais simples haverá de ter menos burocracia, pensei. Nem que paguemos a mais por isso. Engano meu.

Já estava escuro quando chegamos ao hotel. Yahya desce novamente. Há vagas. Pede para que eu desça. Boas notícias. Conversamos com o recepcionista. Era barato, 60 libras sudanesas para cada um. Bem melhor que o primeiro. E o lugar não parecia nada mal. Na entrada, uma área de terra, com banquinhos brancos feitos de ferro, desses bem ornamentados que se colocam nas tradicionais casas de praia ou de fazenda. Tudo combinando com as paredes do hotel, que também são brancas. À direita a recepção. À frente, os quartos ocupam os





três andares do prédio. À esquerda, um restaurante feito de palha, bambu, mesas de madeira e chão de terra. Tem lá, à sua maneira, seu aconchego. Tinha até um casal em lua de mel hospedado ali.

O recepcionista chamou o dono do hotel. Nosso caso era especial. Yahya começou a explicar a versão do conto de fadas que tínhamos combinado em fazê-los acreditar. O dono retrucou que seria muito difícil sem que eu tivesse uma autorização. Meu “marido” poderia ficar, já que não há impedimento algum para sudaneses. Perguntei, que nem desentendida, o porquê dessas regras. Ele tão só respondeu, “esse estado passou por vários problemas. É questão de segurança”. E desatinou a ligar para o oficial de segurança para que ele mesmo autorizasse. “Eu ligo para ele, vocês explicam, e pronto, ele concede a autorização. Quase nunca recebemos estrangeiros que não sejam de outros países africanos. Não sei. Mas ele sabe o que fazer”. Não gostei da ideia. Sem autonomia para discordar, era o jeito.

O oficial demorou a atender. Estava em algum compromisso, “ele sempre atende”, diziam. Enquanto isso, apesar de todos falarem inglês, Yahya e o chefe do hotel insistiam em conversar em árabe. O homem, sentado atrás da mesa amadeirada, na cadeira marrom, cujas espumas amarelas já escapavam para o lado de fora. Yahya, no sofá cor de vinho, bem de frente à mesa. Eu, em uma cadeira, quase à parte da cena, à direita da pequena sala, já zangada. Yahya disse que o moço do hotel só queria ajudar, e que se contássemos para ele o que realmente fazíamos ali tudo sairia melhor. “O próprio oficial de segurança pode ajudar você a encontrar material para sua pesquisa sobre ‘crianças soldados’”, tentava me explicar.

E não posso lhe lançar julgamentos. Foi bem treinado para acreditar nas fábulas de um governo de fé que peleja por seu povo. Sequestro de criança é coisa de milícias da oposição. De que forma uma estrangeira poderia explicar que tudo que a TV, jornais, rádios e seus amigos contam e seus pais lhe ensina-

ram é mentira?

Não entendeu. Tamanha foi a falta de entendimento, que ele continuou a conversar com o homem em árabe e, em um minuto em que me distraí, ouço Yahya proferir a expressão “*children soldiers*”. Crianças soldados. Sinto que enxerguei tudo em câmera lenta quando ouvi as duas palavras mais impronunciáveis do Nilo Azul serem absorvidas como sentença anunciada, assim que chegassem aos ouvidos que jaziam do outro lado da mesa, os do dono do hotel. Deve ter sido o calor, pensei. Não acreditava. Olhei com olhos enfurecidos. Sequer adiantou, Yahya estava chateado por eu não entender sua atitude que brotou da melhor das intenções. Respondeu a meu desgosto com confiança, “ele vai te ajudar, você vai ver”. Um a zero para Al-Bashir e seu poder de manobrar mentes.

Depois de ouvir nada além do que precisava, o dono do hotel somente disse, “vamos esperar o oficial de segurança.”




Chegávamos às oito da noite quando finalmente o oficial respondeu. Ele não iria mais. Permitiu que dormíssemos no hotel, e, ao cantar do galo do dia seguinte, ele estaria na porta do nosso quarto.

Àquele ponto não conseguia mais me preocupar em como escapular do interrogatório. Por fim iria comer, porque nem almoço tivemos, e capotar.

O recepcionista nos pediu a certidão de casamento. Eu disse que não tinha comigo, já que no Brasil não temos o costume de dar esse tipo de satisfação. Pediu para checar essa informação no passaporte. E no meu passaporte não há, “porque não damos esse tipo de satisfação”. Depois de certa encenação, em que o indignado esposo se chateia com a teimosa mulher ocidental que não presta atenção aos costumes islâmicos, combinamos que ele iria dormir em outro quarto sem pagar a mais por isso.

A fachada do hotel prometia algo melhor. Mas já estava onde queria,





não tive direito de reclamar. O quarto tem camas e ventiladores de sobra. Um deles funciona, às vezes. No banheiro, o sanitário não tem descarga, mas há um balde do lado para que você mesmo jogue água e não reclame da estrutura. O chuveiro, um cano de pvc marrom de onde sai água congelante. Mas, se sai água e se faz um calor de 50 graus, quem precisa de mais?

Voltamos para o lado de fora e o chefe do restaurante, como se adivinhasse meus desejos, apareceu. Trazia os cabelos curtos molhados, pois acabara de tomar banho. Corpulento. Assumidamente gordo. Sim, porque ele o afirma ser com muito orgulho. “Afiml é de comida que eu vivo”, diz e cai na gargalhada. Seu cavanhaque lhe traz personalidade. O bigode negro destaca o tom branco da pele, que não engana a ninguém que um dia tenha andado por esses rincões. Ele não é sudanês. “Claro que não! Sou egípcio”, diz, vaidoso.

Dib não é seu verdadeiro nome. A seu pedido, o nome Dib surge da junção de dois deuses da mitologia egípcia. Um é Deus das viagens, estradas e da eloquência. Outro, Deus dos submundos e dos mortos. Na falta de um nome mais apresentável, você verá que este contorna bem as linhas andarilhadas pelo forasteiro. ▼

Dib era homem bem-sucedido da cidade do Cairo. Com virilidade de conquistador, conheceu uma moça “primorosa”, como ele mesmo lhe adjetiva. Ele aprendia cada vez mais a dominar a arte das iguarias na culinária árabe. “Conquistei com o paladar.” Ela aprendeu a cuidar da casa. A se cuidar. “Ela é muito branca, gostava de usar véu escuro, dizia que ressaltava a cor da pele. Estava sempre de batom”, Dib ia recordando com voz vagarosa, como se desenhasse a imagem dela em sua mente. “A maquiagem delineava seus olhos como nos rostos dos gatos. Ela me conquistou com os olhos”. Também pudera o casal de filhos que tiveram juntos. Lindos.

Os negócios dele foram crescendo. Precisou de um sócio. Sozinho seria difícil. A família agradecia sempre a Alá. Só uma família devota como essa poderia ter tantos triunfos. “*Allahu Akbar*”. Deus é grande. O caçula aprendia com dedicação os primeiros versos do Corão antes mesmo que lhe fossem ensinadas as primeiras letras do alfabeto. A mais velha já dominava as leis de Deus. Frequentava a escola mas era em casa que a mãe lhe ensinava tudo o que é indispensável, se a moça quiser arranjar um marido bom. É claro que ela quer.

Dib abriu, junto a seu sócio, mais de cinco restaurantes por toda Cairo. Com o sucesso, os dois tinham projetos de encomprar esse número. Mas alguns pormenores os impediam. De alguma forma o orçamento não fechava. Apesar de tantos restaurantes, a renda não era suficiente. Estranho. Segundo as contas que Dib, bom de números, fez ainda de cabeça, com um pouco mais de esforço abririam no mínimo mais dois, tranquilamente. Os cálculos finais não batiam. Uma noite Dib se cansou. Refez todas as contas. Restabeleceu as metas. Fez o detalhamento de todos os gastos. Comparou com o dinheiro que

entrava. Matutou. Pensou. E cismou. Irrompeu-se uma suspeita. Havia uma fraude. Alguém desviava dinheiro. Quem? Listou todos os funcionários. Quem teria acesso? Quem estava nas datas onde havia desfalque? Quase uma noite inteira acordado. Semanas de sondagem. Um dos mais chegados funcionários descortinou o que faltava a Dib enxergar. Um dia e uma madrugada depois, descobriram. Era o sócio.

Na mesma madrugada, Dib não precisou de mais certeza. Foi até a casa onde o sócio vivia sozinho e lhe cravou duas balas 38 no coração. Resolveu a contenda.

Mas a vida sucumbiu ao avesso. Quando viu o que havia feito, seu corpo sacolejava todo da raiva que ainda não passara. “Ora, sou como qualquer árabe. Tenho sangue quente”, justificaria para sempre. A mesma fúria deu lugar ao medo. Saiu fugido na manhã do mesmo dia. Sequer pôde se despedir dos filhos. Seu corpo inteiro suava. Assim como sua enquanto me conta a história, durante o jantar.

Ele abre a pasta na qual carrega todos os seus documentos. No fim de toda a papelada, ele encontra uma folha, e me entrega, ao revés. Viro para ver o que há atrás da face branca. É a foto de sua mulher. Exatamente como ele a descreve. Olhos escuros cuidadosamente delineados, boca vermelha contornada com batom. Um véu negro envolvia muito bem sua face. A blusa cor de rosa iluminava a pele muito branca, e combinava com o véu, deixava as maçãs do rosto ainda mais coradas.

Passo um tempo com os olhos cravejados na foto. Ela é realmente como ele a descreve. Dib entrega outra foto. Um casal de crianças muito bem engo-

madras. O menino, cabelos negros, de fios grossos como os do pai. Os olhos também tão negros quanto. A pele clara, suave como a da mãe. Tinha sete anos. “Hoje deve ter 16. Ela, 22. Quantos anos você tem?” Respondi que tinha 21. “Ela deve estar parecida com você. Ela tinha um... um jeitinho de conquistar tudo o que queria, mas doce, com muita ternura. Deve conseguir um bom para marido”.

Outra foto. Agora os três estão reunidos. Mulher e filhos, há 12 anos não têm notícias de Dib. Nem um rastro. Nem um telefonema. “Preferi ir de vez. Nunca vou poder voltar. Então é mais fácil assim. Ad-Damazin é um bom lugar para se viver. De todos que passei, estou melhor aqui. Posso falar minha língua, com umas estranhezas, é claro, mas as pessoas aqui me receberam muito bem. Só não sei por quanto tempo vou poder continuar. Poucos sabem o que fiz. Cinco anos vivendo nas bordas do Nilo Azul. Gosto daqui. Conheço cada um que põe os pés nesse hotel. Cada um da feira ali do lado. E conheci muitos que já não estão mais aqui. Depois que aqui virou parque de diversões do exército sudanês e dos rebeldes, muitos foram embora. Mas ainda dá para ficar. Não sei se por muito tempo. Homens são tolos. Como eu. Fazem besteira como fiz lá. Como fazem aqui.” Ele aponta o dedo, balançando o rosto para mim, como quem diz “vou te contar”, e continua. “Nada traumatizou mais esse povo daqui, como o ataque. Ad-Damazin corria inteira. Foi ali no centro, na avenida principal. Dois grupos rebeldes transformaram isso aqui.” E você?, perguntei. Ele continuou em tom de causo. “Chego tarde em casa, tinha me preparado para dormir. Escutei um estrondo enorme. Parecia um raio. Mas depois me dei conta que raios não fazem ruídos assim. Muito menos um atrás do outro. Eram metralhadoras. Enquanto tudo tremia por causa dos estrondos, tudo virou gritaria. E só. Saí na porta. A rua era breu. Vi um ou outro correndo por culpa da curiosidade. Mas o céu brilhava. Dava para ver a direção dos tiros. Iam e viam. ‘Por Alá!’ Pareciam estar longe. Fiquei dentro de casa, espiando pela janela. Eu

e dois vizinhos. Decidimos que estávamos muito longe, e não deveria ser mais perigoso fora de casa. Não sei quanto tempo durou. Pareceu ser a noite toda. Mas deve ter durado pouco mais de duas horas. Depois eles se mandaram para a periferia de Ad-Damazin. Roubaram todos os comércios aqui e correram para os vilarejos aqui em volta. Pegaram tudo que podiam. Muitas pessoas nunca mais voltaram. Uns porque foram para o lado de Alá, outras porque acharam lugar melhor. Quando morava no Egito, eu via passando na televisão. Como é mesmo o nome deles? Ah, refugiados!”



Na manhã do dia seguinte fui espiar a vida em Ad-Damazin. Se o oficial de segurança fosse chegar junto ao canto do galo. Levantamos bem antes que o primeiro cantasse.

Yahya recebeu uma ligação de sua família e não pôde mais ficar. Eu mesma pedi para que ele não se preocupasse. Depois do golpe do “ah, ela está fazendo um trabalho sobre crianças soldados aqui”, preferia ficar sozinha. Mais fácil cuidar de um para locomover, entrevistar, conseguir informações, fazer amigos e ser ajudada. Nos veríamos de novo em Cartum, quando voltasse em breve.

Da porta do hotel, rumei à direita e segui na direção que me levaria à avenida que corta a cidade. O epicentro de um bomba que não precisou de efeito químico para mudar a vereda de mais de 105 mil pessoas, só no estado do Nilo Azul. Ad-Damazin é centro da disputa.

A rua movimentada, mais de carroças do que de carros, é onde a maioria dos 186 mil habitantes precisa passar todos os dias para comprar comida, levar crianças à escola, trabalhar. Onde tudo acontece.

Quando não há regalia de ser patrão de um animalzinho de carga, eles mesmos assumem o posto e desembestam a puxar carroça Ad-Damazin abaixo. Gente que abarrota as costas com sacos extremamente pesados, e maiores do

que elas mesmas. Da mesma raça que vi na cidade de Assosa há alguns dias, levando como podiam e não podiam mercadorias para os campos de refugiados. Está ali a origem. O mesmo jeito de andar. Não é porque não são refugiados que seus passos não se apoiam em calos. A força é natural. É ofensa dizer que não.

Nunca vi tanta banana em uma esquina só. Havia também laranja e manga, em quantidades menores. Barraquinhas feitas de uma madeira frágil espalhadas pelas calçadas naturais, construídas pela própria areia clara do deserto. Ruas e calçadas se misturam. Como os carros são poucos, em algumas partes só se vê o asfalto depois que alguma charrete, ou um *rickshaw*, trata de esparramar a areia que cobre o betume.

Tem pilha, bateria, carrinho de brinquedo, boneca sem cabeça. Saquinhos com bolacha recheada, arma de brinquedo, fuzil de brinquedo. E muito soldado de verdade. Ad-Damazin é militarizada. Onde se vai tem alguém com o uniforme verde, de olho no seu braço e na câmera que você carrega. Nem ouse arrojá-lo um clique. “Se aqui fosse lugar para se tirar foto, isso estaria cheio de turista e não de soldados”, disse um feirante que só saiu de Ad-Damazin no dia em que teve de correr porque queria viver uns dias a mais. Correu para um vilarejo vizinho e ficou na casa de uns parentes até a algazarra terminar. Depois voltou.

Mais do que em Cartum, ali definitivamente ninguém tem acesso a qualquer outra língua. Só quem trabalha diretamente com as poucas ONGs autorizadas é que conseguem proferir simbólicas sílabas em língua estrangeira. Mas quem disse que isso era um problema para se fazer amigos nas terras censuradas? Poucas vezes recebi tantos sorrisos. Quiçá, mais olhares curiosos. Mas ainda assim, muitos sorrisos. Às vezes não conseguíamos dizer nada além de um “olá”, mas sentíamos amigos. Mais do que sorrisos, olhares sinceros. De gente que sabe mais de como se dispara um fuzil do que como se liga um computador.

E há muito não sabe o que é paz. Habitaram-se. O grande ataque, como é conhecido o dia da disputa no centro da cidade, entre o exército sudanês e grupos rebeldes, foi o divisor de tempos. Em setembro de 2011. Desde então, as invasões ficam sempre ali, à beira. Nas periferias. Esqueceram o que é dormir sossegado. “Hoje vivemos com um pouco de paz, mas pode ser qualquer dia”, essa frase ecoa. Se paz é a ausência de qualquer risco de guerra, dorme-se preparado para endurecer os pés na estrada.

É normal andar cinco minutos além das bordas do centro movimentado e ver casas com marcas de tiros. Como a maioria são feitas de bambus ou capim, é fácil encontrar onde elas foram atingidas. Algumas sequer ficaram de pé. Outras foram reconstruídas ao lado de umas furadas pelas balas. É normal passar por casas abandonadas quando se vai comprar pão pela manhã. É normal nunca ter notícias dos filhos que fugiram e assustar-se com qualquer barulho mais alto nas ruas da cidade. É normal sorrir. Estão sempre sorrindo.

O calor usurpa a energia de qualquer desacostumado que ande por aquelas lonjuras. Estava difícil caminhar. O sol já apontava lá no alto do firmamento. Os ponteiros se aproximavam das 12 horas, e meu corpo beirava o desmaio. Voltei para o hotel e sentei sob uma sombra, àquela altura, a melhor que já vira na vida. Nem cinco minutos de trégua e o oficial de segurança aparece. Pele morena clara, um bigode que, de tão volumoso, atrapalhava concentrar no que ele dizia. Foi gentil, à medida que disparava perguntas repetidas. “Onde está seu marido? Se você conseguir informação sobre esse tipo de... ‘coisa’ que você procura, o que vai fazer com ela? Por que você está aqui? Por que veio até aqui? Para onde seu marido foi? Por que você está aqui?”. Fosse o que fosse, qualquer explicação não adiantaria e não adiantou. Sem autorização, sem arbítrio.

Apostei nos horários de ônibus. O último para Cartum saíria em uma hora. Não havia tempo, argumentei. E prometi que tomaria o primeiro do dia seguinte. Incrédulo, ele repetiu as mesmas perguntas. Em alguns momentos du-

videi ou da sua inteligência, ou da atenção que ele dava ao que eu dizia. “Onde está sua autorização? Por que você está aqui?”. As mesmas perguntas. Olhava, analisava meu passaporte. Fazia ligações. Por fim decidiu. “Você até pode ficar aqui, mas sem sair do hotel. Meu assistente ficará aqui de olho em você. Sair do quarto, só para pedir comida. Nem um centímetro para fora deste portão. Ah, e você não tem permissão para falar com nenhum estrangeiro. Muito menos com algum que trabalhe nas ONGs. Ou você pode pegar o último ônibus hoje. Você decide.”

Apesar de uma brasileira mantida em prisão domiciliar onde “o profeta perdeu as barbas” ser uma ótima estratégia para chamar a atenção do mundo para o Sudão, a decisão que tomei foi um pouco mais individualista, nem por isso mais tranquila. Decidi, com dor no coração, que ia embora. O oficial saiu. O plano era ir embora antes que ele voltasse. Colocar a câmera de um jeito fácil de pegar na mala e chamar um *rickshaw*. No caminho até o terminal, faria fotos da cidade. Um funcionário do hotel ficou a me vigiar. “Você vai me prejudicar se for agora. Espera, o oficial quer te acompanhar para ir em segurança”, pedia ele. Recusei. Disse que era livre, que nada me impediria. O *rickshaw* ameaçou arrancar. O funcionário tentou barrar. “Ela não pode ir”, disse. Discutimos novamente. O *rickshaw* entrou no meio. “Levo ela até o terminal e pronto. O que ela pode fazer?” Em meio à confusão, o próprio motorista perdeu a paciência com eles, e arrancou o rickshaw, a toda velocidade, aproximadamente 70 km/h



Minutos antes de o último ônibus sair, não havia mais vagas. Seria desculpa para ficar. Enquanto os funcionários conversavam aos gritos, estilo árabe, negociando se dava ou não para eu ir, encontrei uma mulher que falava muito bem inglês. “Você estava aqui no dia em que a cidade foi invadida?”, perguntei às pressas para ela. E todos gritavam ao lado, “para onde a senhora vai?”, “Cartum!

Cartum! Cartum!”. “Sim, meu pai é médico”, ela respondeu. “Precisava ver como ficou essa cidade.”

Nesse mesmo segundo o oficial de segurança reapareceu e pegou meu passaporte. E todos ainda à minha volta: “Ronaldinho!”, “para onde a senhora vai?”, “passagem para Cartum!”. Na mesma hora o homem de bigode volumoso conseguiu uma vaga para mim no ônibus que, há dois minutos, estava lotado. Um inocente teve de ir sentado no chão, ao lado do motorista, por minha culpa. O passaporte foi devolvido só quando entrei no ônibus. Deviam estar aliviados. A moça do bom inglês, que ainda sonho em entrevistar, sumiu de vista.

No caminho, são visíveis as casas afetadas pelos conflitos. Abandonadas, desmoronadas, para sempre marcadas. Metáforas de um conflito que nunca terminou. Deve ser por isso que não se pode visitar Ad-Damazin. Talvez a memória de quem mais sofre com as hostilidades não valha uma marca de tiro em uma casa de pau a pique. Voltei para Cartum. ▼

Policiais gritam
dizendo que é
proibido fotografar







Na saída de Ad-Damazin

Yahya ficou perplexo quando soube o que acontecera. “Por que não pude ficar lá? Então é verdade mesmo que não podem ir estrangeiros ao Nilo Azul?” Mr. Ezzedin finalmente sentou-se conosco, no escritório do orfanato, e explicou por que não estava nenhum pouco surpreso.

Fizemos uma outra viagem. Dessa vez peregrinamos no tempo e voltamos nove anos no passado. Estamos em maio de 2005. Ezzedin tem 45 anos e trabalha em um programa especial criado pela ONG Norad (Agência Norueguesa para Desenvolvimento e Cooperação). Seu trabalho é simples de descrever. Ele vai até acampamentos de milícias. Pergunta quantas crianças têm ali. E convence os líderes a deixar elas irem à escola. Que bom seria se simples assim fosse.

Em maio de 2005 Ezzedin acabara de se mudar de Cartum para a cidade de Malakal e se prepara para mais uma missão. Desde 1983 essa região é palco de uma incansável peleja para que o sul do Sudão se torne independente. O governo, que fica no norte, não quer perder território. Juntos, os inimigos transformaram o Alto Nilo em um verdadeiro cabo de guerra para ver quem é que fica com o pobre estado de muito petróleo.

Em meados desse maio de 2005, Ezzedin sai bem cedinho e se junta à equipe das Nações Unidas que trabalha integrando ex-soldados à vida em sociedade, a DDR (Desarmamento, Desmobilização e Reintegração). Seguem Mr. Ezzedin e outros três. Pegam o carro por uma estreita estrada de terra até a beira do rio Nilo Branco. Dali não tem outro jeito, mais duas horas de barco para chegar próximo aos campos onde milícias se camuflam, no vilarejo de Khorflus.

Eles entram no barco e vão Nilo Branco abaixo vigilantes a qualquer movimento vindo das margens. As altas árvores poderiam esconder povos acos-

tumados a viver sem lei. Mas sua valentia não é de toda insana. Mr. Ezzedin tem apoio de um dos líderes daquela milícia, conhecido pela região, John Both. É contando com a ajuda de “meia dúzia de gatos pingados”, membros desses grupos, que ele desbrava a selva em busca de criança treinada para matar.

Os dedos da mão chegam a doer de tão fixados na borda do pequeno barco a motor. Mr. Ezzedin enfrenta as águas do Nilo como quem se aproxima do *front* de batalha pronto para se defender. E é para lá mesmo que ele vai. Para a linha invisível que divide crianças bélicas de uma sociedade cujo sonho é retirá-lhes tudo que eles têm. Um fuzil.

Ele sonha com a permuta mais improvável do Alto Nilo. Trocar arma por livro. Quiçá, apenas utopia. Talvez se tornasse personagem de algum *Indiana Jones* de Hollywood se sua história não fosse africana.

Sentado em um dos bancos de metal do barco, seus músculos ganham forças quando percebe uma mudança de movimento no fluxo das águas. Ao olhar pro lado ele avista uma outra embarcação. O susto o bambeia. Um barco com três ou quatro homens. Jovens soldados armados. Ao menos não havia crianças. O medo de encontrá-las ali não era só por que elas são treinadas para matar. Mas porque são crianças. Mr. Ezzedin tinha outros planos para elas.

Azar ou sorte, eram jovens na embarcação que agora os perseguem e pedem para que a equipe encoste o barco logo adiante. À margem havia um *checkpoint* organizado pelo grupo, escondido floresta adentro.

“Quem é o líder? Quem é o líder?” Eles gritam. Já de fuzil encurralado nas costas, Mr. Ezzedin é empurrado para dentro de uma cabana fechada. Dois soldados se prostam à porta. Um homem fardado entra. Em seu uniforme há duas estrelas fixadas no ombro, que remete ao cargo de tenente, de acordo com patentes dos militares. É alguém importante ali. Outros tantos soldados sem uniforme vigiam os companheiros que ficam do lado de fora. Começou às 10h da manhã, uma maratona de tortura e questionário sem hora pra terminar.



Mr. Ezzedin

Um rapaz vestido de camiseta larga e calça jeans entra na cabana. Cinco vergões marcam sua testa. A dele e a de todos os rebeldes dali, pois é a marca da tribo Dinka, a maior do sul do Sudão. Ele inicia a sindicância. “De onde vem? O que fazem ali? Com autorização de quem?” Mr. Ezzedin carrega até hoje a mesma paciência que disse utilizar no inquérito rebelde. Responde tudo com calma. O camarada parece não entender. “Que tal projeto seria esse?” Nenhum outro soldado conhecia. Mr. Ezzedin tenta explicar algo que, para eles, não faria o menor sentido. Algumas pauladas com cacetetes de madeiras deveriam lhe servir. O gemido lhe subiu à boca na primeira tacada que suas costas foram obrigadas a suportar. Sem qualquer brecha para sair da cadeira de madeira bamba onde está sentado, ele aguenta firme. O soldado permanece alguns minutos parado e sai sem qualquer explicação. “Confusos, não estavam preparados para lidar com aquela situação. Sabiam táticas de guerra, sabiam matar, mas não entendiam o que eu fazia ali”, contaria ele nove anos depois.

Um outro jovem soldado entra na cabana. Mr. Ezzedin responde às exatas mesmas perguntas que o primeiro havia lhe feito antes. O suor lhe escorre pelas temporas. Àquele tempo, ele ainda não usava os delicados óculos que hoje lhe trazem ar de experiência intelectual. As perguntas são insistentes, ele fornece insistentes repostas. Ao menos seis soldados passaram por aquela cabana com a mesma função. Mr. Ezzedin não conquistou sequer meia hora sozinho. E o dia varava.

Cabeça abaixada, queixo rente ao peito, e mais um soldado chega enfiando a ponta de um fuzil entre as costelas de Mr. Ezzedin. Eles acreditam que a equipe da DDR veio diretamente das forças do governo para sacaneá-los. Descobririam segredos, e mais tarde invadiriam para destruí-los. “Você tem poder!”, gritam os rebeldes. O semblante de Mr. Ezzedin não dá margem para dúvidas. Ele veio do norte. Um grupo rebelde que luta para destruir o norte não erraria.

A paciência dos dois lados se esvaindo. Em seu relógio de pulso, tem a

impressão de ver os ponteiros funcionarem da maneira mais lenta que fosse possível. Uma hora. Duas. Oito horas. Sabia-se que não era mais um interrogatório qualquer, um *checkpoint* policial (rebelde, no caso), ou qualquer processo burocrático obrigatório desses em que se preenchem as fichas para que possamos entrar em território alheio. Era sequestro.

Mr. Ezzedin só carregava a certeza de que Deus tomaria alguma providência. Que outro homem, por aquelas terras vermelhas de sangue, teria objetivo tão altruísta? A solução deveria de aparecer. Em alguns dias, alguém em Malakal se daria conta da ausência da equipe. Algo seria feito. “*Bismillah*.” Em nome de Alá.

Horas até um silêncio pairar nos arredores da cabana. Do lado de fora, o som do motor de uma embarcação qualquer urge ao fundo. Mr. Ezzedin levanta a cabeça. Mesmo sob o forte cansaço de quase oito horas amarrado a uma cadeira, com dois fuzis fitando seu peito, ele sente que o decreto está a caminho. Alguém grita lá de fora. “Este não é o homem!”. Um jovem tão negro e magro quanto os outros, olhos amarelos ao fundo. De testa marcada pelos cortes característicos da tribo Dinka. Era um deles. Esse é John Both. Ele entra na cabana, reconhece Mr. Ezzedin. John sabia do projeto da Norad, sabia que estavam em missão de paz. Sabia que tinham permissão para estar ali. Alguns minutos de conversa. E o rapazinho, tão magro, cujo poder era uma arma e cinco vergões na testa. John Both é um deles. Porventura, de coração mais manso, mas de autoridade respeitável.

John soltou Mr. Ezzedin. Explicou aos colegas que tudo bem, era um acordo. E os outros três da equipe DDR, que esperavam, incapazes, do lado de fora, puderam respirar. Em pouco tempo iria escurecer, e eles precisavam partir. Voltaram para Malakal com promessa de retornar para o trabalho. E assim ele o fez. Durante seis anos. Até que seu trabalho, por motivos “de forças maiores”, foi interrompido.

Falta de investimento e interesse das autoridades em exercer um trabalho do qual é difícil perceber retorno. “Você quer tirar da criança todo o poder. O fuzil é tudo o que elas têm. Eles podem até ir pra escola, mas são agressivos. Não estão felizes ali. O que o estudo vai trazer para eles? Não há universidades. Ser alfabetizado não garante emprego por aqui. Serão como qualquer outro na vida miserável, essa mesmo que você vê à nossa volta. Quem tem mais poder? Eu, um mero diretor de um orfanato. Ou eles, que têm arma e ideologia capazes de controlar os passos de uma população inteira? Dependemos de política para ‘remar contra a maré’. É receita para não dar certo”, resta-lhe lamentar.

Em um único ano, Mr. Ezzedin já chegou a levar 1.200 “mini-soldados” para a escola. “Às vezes conseguíamos 200, outras vezes 500. Eram muitas crianças. Algumas eles tentavam esconder. Mas está sempre na cara que são crianças.” Desde que o trabalho terminou, em 2009, a recuperação de crianças soldados no Sudão quase inexistente. Mantém-se à míngua. Algumas empresas daqui, outras acolá. Elas contornam o próprio governo insano de Al-Bashir para fazer com que milhares de crianças levem a vida que consideramos “normal”.



John Both, o rapaz que resgatou Mr. Ezzedin da emboscada, esteve no meio da leva de crianças que receberam diploma de adulto dos 10 aos 14 anos de idade. Ele viveu com a família até quando ninguém mais tinha para onde correr da guerra separatista. No dia em que precisou partir, não carregou sequer uma mala. Não havia roupas, nem objetos. E não havia sonhos também. Se pudesse só jogaria bola nos campos de terra de Malakal. “Você simplesmente não tem escolha. Fui para o exército porque precisava defender minha família. Se você não vai, eles vêm”, diria John em junho de 2013, quando o encontrei na capital do Sudão do Sul, Juba. ▼

Mr. Ezzedin sugeriu que eu procurasse John Both e outras ex-crianças soldados que ainda vivem na cidade de Malakal. “Lá existe uma equipe da *SOS Children Village* para te ajudar. Será mais tranquilo. Você só precisa pegar o voo de Cartum para Malakal.” Como se tudo o que passara em Ad-Damazin não bastasse, estava surpresa e feliz em conhecer a realidade de uma das zonas fronteiriças mais perigosas do mundo. Conheceria essa região através do lado do sul, sob uma visão diferente da que obtive sobre Ad-Damazin, no norte. E não imaginava que poderia ser tão fácil chegar lá. Apenas com um voo de pouco mais de duas horas. Estava perfeito. Busquei no site da *Sudan Airways*, a principal companhia aérea da região. O voo estava barato em relação ao que eu imaginava ter de pagar, não mais mais que 511,00 libras sudanesas. Pronto, era só procurar uma agência de viagens porque o site não tem qualquer opção de compra *online*. Nem este nem qualquer site acessado de dentro do Sudão. O embargo econômico feito pelos Estados Unidos e a proibição de uso de qualquer cartão das bandeiras estrangeiras impedem que os sudaneses façam qualquer compra pela internet.

O visto, que ficaria pronto em um ou dois dias, saiu 50 dólares mais caro somente por ter sido feito no território inimigo do norte. Mas tudo bem, valeria a pena. Em frente à embaixada sul-sudanesa, homens vindos do sul trocam dólares, euros e libra sudanesa. Uma tragédia, se comparado ao câmbio oficial, mas a salvação para quem não tem mesmo outra alternativa, já que não há casa de câmbio em canto algum do Sudão do Sul. Nas ruas esburacadas onde ficam essa e outras embaixadas, agência de turismo lucram vendendo passagens para todos os destinos africanos. E foi em uma delas que surgiu o apuro.

Um vendedor explicou que não havia um único voo de Cartum para Malakal. Para chegar até lá, só se for para Juba primeiro, e depois comprar um outro bilhete, de mais de 300 dólares. Complicado. Ainda duvidando, encontrei o escritório da própria *Sudan Airways*, que me deu o veredicto. Nada de viagens para Malakal. Os voos não existem desde quando a separação do país se tornou evidente, em 2009. E o site, assim como água, assim como energia elétrica e comida, deve ser atualizado em breve.

O jeito foi pagar bem mais caro em uma passagem direto para Juba e desistir de Malakal. O dinheiro era cada vez mais escasso e ainda teria de enfrentar um dos países mais caros do mundo. Já estava avisada de que uma







Vizinhos de Rebecca

hospedagem mixuruca em Juba não saíria por menos de 50 dólares, a diária. Restou-me confiar que encontraria um lugar barato para dormir. Lembrei de Mitiku dizendo “deixe Deus estar com você”. Deixei.



No aeroporto, enquanto esperava a hora de embarcar, sentou-se, à minha direita, uma moça toda muito bem arrumada. De pele marrom escura, cabelo tingido, quase loira. Mexia e remexia na indiscreta bolsa verde-limão que trazia no colo. Estava confusa com tantas malas que tinha. Quando finalmente sossegou e se acalmou, virou para mim, me analisou por alguns segundos e perguntou, não podendo deixar de observar o par de muletas que eu segurava:

– Você está viajando sozinha?

– Sim. E você?

– Eu também. Sozinha (silêncio). Para onde você vai?

– Juba, e você?

– Também. Você é daqui?

– Não. Sou de lá.

– Ah! Estou indo fazer uma pesquisa. Me disseram que os hotéis em Juba são caros. Conhece algum barato?

– Você não tem dinheiro?

– Bem pouco.

E com voz e postura de cantora americana de *black music*, ela disse quase cantando.

– Você pode ficar lá em casa! Vou para minha formatura. Você é bem bonita. Nem vai precisar se arrumar muito para ir na festa.

E seguimos juntas para o embarque.

Sentamos lado a lado nas poltronas que não têm assentos fixos. Seu nome é Rebecca. Ela narrava sobre o Sudão do Sul, dizia que não era tão feio

como as areias quentes de puro deserto de onde acabamos de decolar. “Juba tem mato, tem floresta. E não é tão monótono. Em Juba tem festa. Tem bebida e pessoas alegres. Você dança? Vamos dançar na minha formatura. É minha convidada especial.” O avião estava cheio de moças que viajavam só para essa tal festa. O trânsito entre um país e outro para os universitários é facilitado, já que muitos sul-sudaneses que estudavam em Cartum, e vice-versa, antes de a separação acontecer.

Pousamos em Juba e o tamanho do aeroporto é de surpreender qualquer expectativa ruim. Um único quadrado para descarregar as malas, carimbar o visto, e passar pela “sala de espera”, até sair de vez do aeroporto. Tudo em um mesmo espaço, quatro paredes, sem qualquer divisória, qualquer organização. No máximo 300 m².

Funciona assim: quando você sai da pista de pouso entra em uma grande sala. À esquerda existem duas grandes aberturas na parede, como duas janelas. Do lado de fora de uma dessas janelas, surge alguém gritando “voo de Cartum!!!”, e começam a jogar as malas pelo buraco. Esteira para descarregar bagagem seria muita pompa.

Aí se inicia o desvario. Os passageiros desandam a brigar por espaço no quadradinho onde malas e caixas não param de ser jogadas. Um único ventilador tem de dar conta de manter o oxigênio no lugar. Rebecca me procura. Já está escorrendo suor pelas têmporas e pelo buço. A camisa de um outro passageiro também já está encharcada. Fico ali no meio sem ter para onde escapar. Não havia qualquer milímetro de espaço sereno. O plano era aguentar firme, espremida, até o tumulto passar. Um funcionário pergunta qual, de tantas bagagem jogadas ali no meio, seria minha mala. Apesar de parecer piada tal pergunta, tento explicar como ela é. É claro que ele não encontrou.

Quem conseguir pegar a mala em meio à peleja tem de carregá-la até a revisão. Um balcão de madeira espichado, ao lado da janela, onde três fun-

cionários apalpam as bagagens e escrevem, com giz (desses de quadro negro), um “ok”. Pronto. Aí é só ir para a outra aresta do quadradinho, onde fica a imigração. Três pequenas cabines, uma do lado da outra. Na frente dela, os passageiros, na ausência de fila, guerreiam para ver quem é autorizado a entrar primeiro.

Eu ainda esperava, tentando me desviar de caixas e malas colossais, quando um outro funcionário se propôs a me ajudar. Dessa vez, consegui avistar ao longe minha mochila. Ele me ajudou a levá-la até o balcão, onde o fiscal só deu uma piscadela, e carimbou com o giz cor-de-rosa o “ok”. Quase pronto. Um passageiro, então muito solícito, sugeriu que eu passasse por um cantinho mais tranquilo, “passe por aqui, mais fácil pra você!”. Aceitei a sugestão, já que era o lugar com menor probabilidade de ser atropelada pelas singelas equipagens dos colegas de voo. Mais uns cinco passos e me dei conta de que estava saindo do aeroporto. E sem carimbo no visto. Bom, se a intenção fosse entrar ilegal, estava fácil. Mas voltei para me regularizar. Me esforçando para conquistar o direito ao carimbo em frente a alguma cabine da imigração, encontro Rebecca, em puro suor, me procurando aflita. “Estava preocupada com você! Vamos que meu irmão está ali fora!”

Subimos em uma caminhonete cabine dupla dirigida por um amigo de Rebecca. Aproveitamos um pouquinho do que há de ruas asfaltadas na cidade, viramos à esquerda, pela avenida principal, e entramos no bairro de Buluk.

Daí pra frente é uma larga rua de terra. Cheia de barranco e corredeiras, difíceis de atravessar mesmo sobre uma *pickup*. Bem no meio da passagem, há uma pequena feira que só para quando o escurecer impede que tudo aconteça. Açougue a céu aberto, mercearias, farmácia, eletricitas e muita, muita criança.

Estacionamos em frente à casa de Rebecca. Um casebre simples. O pai estava à porta, sentando em uma cadeira de fios azuis, segurando no colo um radinho velho, à pilha. Um senhor que aparenta ter metade dos anos que já viveu.

Ela o cumprimentou, disse que ficaria ali por dois ou três dias e só, não conversaram mais. Achei estranho. Mas deixei passar.

Assim como nas casas dos vizinhos, o portão de Rebecca é feito de bambu. Ela me conduz para dentro. O espaço é muito sucinto. Uma área bem pequena, feita de chão batido, separa a cozinha e o banheiro do restante da casa. Ela abre a porta de madeira emperrada. Entro e espero em uma salinha, enquanto Rebecca guarda suas malas no quarto. Eles vivem em apenas dois cômodos. Uma sala retangular, onde cabem uma cama, que serve de sofá durante o dia, e duas poltronas, além de uma mesinha de centro e uma estante. Tudo apertadinho. Logo em frente está o quarto, onde há uma cama de casal e outra de solteiro. E uma única janela que não é aberta há tempos, pois fica nem a um palmo de distância do muro de concreto que delinea a casa ao fundo. Do lado de fora, eles aproveitam o bambu que constrói o portão da casa para fazer um puxadinho. Essa é a co-



Rebecca Houssein cozinhando à noite

zinha. Tijolos empilhados, com carvão e lenha ao meio constituem o fogão. Um banquinho de madeira fica logo ao lado que é para quem estiver cozinhando não sofra tanto por ter que ficar agachado. Uma mesa serve de armário. Pronto. Nada além. Ao lado da cozinha, feita de tijolo e rebocada com cimento grosso, estão duas portinhas, uma ao lado da outra. São os banheiros. Um para banho, onde não há nada além de um balde comprido de metal, que exerce a função de chuveiro. E no outro fica o pequeno orifício no chão, o vaso sanitário.

Converso um pouco com Rebecca, seu irmão e o amigo. O pai permanece do lado de fora. Falamos sobre coisas práticas. Como poderia trocar dinheiro e comprar um chip com acesso à internet 3G para o celular. E, principalmente, onde ficam os escritórios da ONU e de outras ONGs, espalhadas pela cidade.

Almoçamos tomate com queijo, ovo mexido e pão, carinhosamente preparados pela nova amiga. Depois de sair para fazer reconhecimento de território, volto e finalmente tenho oportunidade de conversar com Masir, o pai de Rebecca. ▼

Vizinho de Rebecca



Ele tem 65 anos. No rosto não se vê nenhuma ruga. Seus passos são mancados, produto de muito trabalho. O corpo robusto esconde uma leve barriguinha, “sempre trabalhei sentado”, defende-se; e agora veio o sedentarismo. Mas a vida até que dava para ser melhor. Masir Houssein é aposentado da ONU. Trabalhou por mais de 20 anos como motorista em operações das Nações Unidas por todo Sudão. É especialista em sobreviver da guerra, como qualquer ser vivo com mais de dois anos de idade naquelas terras maláricas. Mas ele sabe bem. Puxou a inseparável cadeira de fio azul, onde se prosta por praticamente todo o dia, e sentou-se perto de mim, do lado de dentro de casa. Começamos conversando em clichê. “Está quente hoje. Há dias não chove. Há muitos mosquitos aqui...”

Durante os dias que passei anteriormente na aridez do Sudão, todos tiravam vantagem do clima desértico. “Você vai pro Sul? Cuidado, lá tem muita malária.” Eram bêbados e malária. Tudo o que mais ouvi da lábia dos inimigos do norte. Masir confirmou, não sobre os bêbados, mas sobre o risco de malária. Foi ao mercadinho, duas esquinas à esquerda, depois de um buraco que, faça chuva faça sol, está enlameado. Comprou o repelente ideal para que eu pudesse me defender das fêmeas *Anopheles*, as que, quando infectadas, carregam consigo a culpa da malária. Um potinho simples de tampa cor de rosa, e cheiro de creme hidratante da avó. Não me cobrou nada, era o presente de “boas vindas ao Sudão do Sul”.

Presumindo que passaria muito calor mesmo durante a noite, aproveitei para comentar de forma indireta que algo que poderia afastar os mosquitos era, talvez, de repente, utilizar um ventilador. Ele respondeu conciso: “Seria ótimo, se tivéssemos energia elétrica”. Naquele momento, o susto me trouxe à mente que pior que dormir sem ventilador sob um calor que não cedia aos 30 graus,

seria não ter onde carregar o celular, o computador e a bateria da câmera.



O Sudão do Sul inteiro funciona assim. Quem quiser ter energia elétrica tem de comprar seu próprio gerador. Até o início de 2013 ainda havia eletricidade, mas o fornecimento era todo realizado por grandes geradores que tinham lá uma certa capacidade de abastecer a capital, por exemplo. Mas com a separação e as divergências políticas, o Sudão cortou o fornecimento de combustíveis. E agora é isso. Energia garantida só para o único hospital público da cidade, e, é claro, para a casa do presidente que, por sinal, fica bem pertinho do bairro de Buluk, onde, à noite, é um breu só. Impossível enxergar um palmo à frente do nariz sem ajuda de uma lanterna. Como não há geladeira, se te oferecerem um copo d'água, pode ter certeza que al-

Masir Houssein



Menino leva água para casa.



guém vai ali na vendinha mais próxima comprar uma garrafinha de água mineral, suco, refrigerante ou qualquer outra coisa. Apenas nesses comércios dá para encontrar eletricidade, já que eles têm como custear o combustível do gerador.

Sistema de esgoto é ostentação, nem bons hotéis conseguem garantir vasos sanitários para seus hóspedes. Água, se obtém do caminhão pipa que circula a cidade durante todo o dia. Masir para o caminhão, dá 10 libras sul-sudanesas, para que o motorista passe a mangueira por entre os bambus do portão e encha o tambor de plástico azul que fica guardado ali no cantinho da cozinha. Pronto. É dessa água que se cozinha, que se toma banho, que se escovam os dentes.

As mulheres não sofrem da ditadura do véu como no Sudão. Mas vivem no imperativo das cabeças raspadas. Desde meninas lhes é prescrito que elas devem viver de couro cabeludo à mostra. É regra nas escolas. Alegam que os cabelos são tão encrespados que não se dá conta de cuidar e que “Deus nos livre de uma epidemia de piolhos”.

Virou cultura. Entre meninos e meninas, até quem não estuda é careca. ▼

Bangladesh

Esse é o apelido dela. Bangladesh. Segundo os vizinhos, criadores de tal nome substituto, ela não é negra. Tem cor de terra. Avermelhada. Cor de gente que vem de Bangladesh. O pai deve mesmo ter vindo dessas bandas de lá. Não se sabe ao certo. A mãe é sul-sudanesa. Tem mais um bocado de criança que vive na casa de Bangladesh. Alguns nem são irmãos de sangue.

Ela passa o dia em meio à menineira da vizinhança. Caçando o que fazer. Quando a estrangeira aqui chegava na casa de Rebecca, vinha um aglomerado deles gritando atrás “*Cauáia! Cauáia!*”. “Branquela! Branquela!”. Bangladesh sorria. Ela sorri muito. Mas é muito tímida e se limita a contemplar as algazarras dos amiguinhos.

Em uma tarde, sentei na cadeira de fio azul de Masir, do lado de fora de casa. A rua não tem nenhum movimento de carro. Vez ou outra passa um *rickshaw* levantando poeira. Não há nem calçada, nem asfalto. Tumulto por lá é criança correndo de um lado para o outro e mulher carregando tambores d’água apoiados na cabeça. Estava escrevendo em um caderninho quando Bangladesh foi chegando. Sozinha. Com o dedo indicador na boca, tracejou um sorriso bangelo. Gesticulei com o braço, pedindo que ela chegasse mais perto. Ela abriu mais o sorriso, sem tirar o dedo da boca. Peguei uma página em branco do bloquinho, desenhei um boneco, desses que criança compõe com pauzinhos, coloquei um rosto redondo com carinha feliz, e dei para ela. Bangladesh tirou o dedo da boca, e chegou bem perto de mim para ver melhor o desenho. Abriu, dessa vez, sorriso ainda mais largo. Logo, incumbi a ela mesma a tarefa. Entreguei-lhe caderno e caneta para que desenhasse algo. Ela se embaralhou na hora de pegar a caneta, tentou usar as duas mãos em diferentes posições. Olhou

para Masir, que observava ao lado. Balançou a cabeça em sinal negativo. Ela não sabia o que era o instrumento.

Masir explicou que Bangladesh já deveria, havia muito, estar na escola, mas a família não tem dinheiro para pagar. No Sudão do Sul, mesmo as escolas que são consideradas públicas tem de ser pagas. A mais barata custa 50 dólares ao mês. Poucas são as que têm janela, reboco e carteira. Algumas estão mais para prédios abandonados.

Opotei por intervir. Peguei sua mão e ensinei como segurar a caneta. Entreguei-lhe novamente o bloquinho, ainda segurando sua mão, fizemos juntas seu primeiro rabisco ali. Bangladesh, então, sorriu, sorriu muito, de um riso que não se podia parar.



Problema com a educação é “só mais um”. Como regalia da contenda com o norte, o Sudão do Sul é um dos vinte países mais pobres do mundo e só tem produto importado. Os estrangeiros que trabalham para ONGs e voluntários que vêm de todas as partes do mundo chegam a pagar 70 dólares por um quilo de presunto. Um quilo de arroz pode chegar a 5 dólares. Fácil de encontrar ali é ovo, tomate e bolinhos de chuva. Nas esquinas é comum crianças venderem bolinhos e ovos cozidos. O resto tem de ser importado dos países vizinhos.

Os carros, por exemplo, vêm do Quênia. Lá eles utilizam a mão inglesa no trânsito, ou seja, os veículos devem avançar pelo lado esquerdo da pista, e o volante fica do lado direito do carro. Tudo bem até você descobrir que as estradas no Sudão do Sul funcionam na mão direita. O motorista, então, tem pouquíssima visibilidade, principalmente nas ultrapassagens, além de as placas (quando há) ficarem muito difíceis de visualizar. Mas, ao que tudo indica, parece que o pessoal escapole bem dos acidentes.

Até por que, o que domina as ruas de Juba são os *ricksaws*. O eficiente meio de transporte herdou o nome tradicional, mas não os emperequetados enfeites tão comuns na Etiópia e no Sudão. São motoqueiros comuns, sem capacete, que mesmo que você não queira param para te buscar. Além de ser barato, você pode ter certeza de que viaja na garupa de grandes aventureiros. Andar em qualquer veículo que não seja um 4x4 no meio de Juba é tarefa penosa. Dá para contar nos dedos o número de ruas asfaltadas. Em época chuvosa, tudo vira lama. E na época da seca, tudo é buraco. Haja equilíbrio para motorista e passageiro.

Gringo por ali ganha dinheiro construindo o país. Extraindo água mineral, fabricando garrafinhas de plástico, erguendo casas e hotéis, além do trabalho humanitário. As ruas são povoadas por carros da ONU. São os estrangeiros que fazem o capital girar dentro das fronteiras e colaboram para que o preço de tudo seja mais alto, afinal todos recebem em dólar ou euro, e acabam pagando mais caro por produtos que deveriam ser bem mais em conta.

O povo sempre teve mais com que se preocupar. Sobrevivência é prioridade. Por anos nada se produziu naquelas terras. A contenda começou quando John Garang decidiu pôr o Exército Popular de Libertação do Sudão, SPLA, nas ruas para libertar o sul dos poderes abusivos e displicentes do governo. Tanta insolência resultou na segunda guerra civil sudanesa, em 1983. John Garang é ícone. Ele iniciou o movimento que transformaria diferentes



Bangladesh

etnias em uma só nação. Utópico talvez. Mas o sul do país vivia sufocado. Juba era a terceira cidade mais importante, porém era uma tristeza só. Esquecida, não recebia os mesmos direitos. Desde sempre foi outro país.

Com governo dedicado ao norte, o sul até poderia ser teimoso, desde que não atrapalhasse a vida lá de cima. Historicamente, o sul recebeu visitas de igrejas protestantes e católicas que foram se instalando por ali. Criou-se um país cristão, ao contrário do norte onde a maioria é muçulmana. Mais um problema para o governo de Cartum que, até hoje, desconsidera os 35% do país que não é islâmico, e impõe a toda população a lei da Sharia, baseada nas escrituras do Corão.

Além disso, as tribos Dinka e Nuer são as principais da região. Fixaram-se ali há séculos (há historiadores que relatam a presença desses povos desde o século X), e carregam feições muito distintas se comparadas ao povo do norte que, por sua vez, afirmam contudentes que não são negros, mas, sim, árabes.

Essa miúda diferença na quantidade de melanina pautou uma guerra civil. Masir se lembra muito bem de como construía barricadas dentro da própria casa. “Eram muitos sacos de areia para formar uma proteção. Vivíamos como se fosse em uma pequena caverna.” As casas se transformaram. Tudo se resumiu a sacos de areia empilhados que formaram uma estrutura oca. Por dentro, eles colocavam o que mais havia de valor: “Comida, algumas notas de dinheiro e nós mesmos”, conta.

Foi a mais longa guerra do continente. Por fim, os sudaneses do sul puderam decidir. No ano de 2005 foi estabelecida uma constituição interina para o Sudão do Sul, já com cara de país. As novas leis previram que em 2011 fosse realizado um referendo em que a população optaria por tornar-se independente ou não. Em 9 de julho do dito ano, 98,81% de um povo faminto por sossego disse que “sim”.

Vinte e um dias depois John Garang morreu. Um “acidente” de helicóp-

tero foi o culpado. Apesar de terem acusado o mau tempo de ser o cúmplice da tragédia, há muitos burburinhos sobre a real causa do acidente. O voo partiu de Uganda. Segundo o que foi divulgado pelo governo sudanês na época, viajavam apenas John e sua equipe de seis pessoas. O helicóptero chocou-se com uma montanha no sul do Sudão.

Há quem diga que o herói estava bêbado e pilotava. Há quem diga que foi armadilha da oposição. De fato o governo sudanês afirmou, no dia do acidente, que o helicóptero havia pousado com segurança em uma pequena cidade do Sudão. Somente um dia depois confirmaram a morte de John.

Teorias da conspiração à parte, ele ainda é o emblema da nação. Seu rosto está estampado em qualquer libra sul-sudanesa, a moeda do país. E está sempre emoldurado em qualquer casa ou instituição política que se preze.

Assim o Sudão do Sul se tornou o mais novo país do mundo. E, àquela época, o mais pobre também. Os seis primeiros meses foram de poucas desavenças. Mas o norte mantém interesse por zonas petrolíferas que estão no sul. E o sul, por sua vez, depende de toda a estrutura para importação do produto (o petróleo é 95% da economia do país), que está no norte.

Mas não estava de bom tamanho. Em novembro de 2013, quatro meses após minha viagem, o presidente do país, Salva Kirr (que é um Dinka – o maior grupo étnico do país), acusou o vice-presidente, Riek Marchar (um Nuer – segundo maior grupo étnico), de planejar um golpe de Estado. Pronto. O Sudão que ficou para o sul é só guerra.



De toda maneira, gostam de dançar rebolando, cantar músicas de outras culturas e países, gostam de usar crucifixo. Falam inglês por todos os lados, já que agora esse é o idioma oficial. Bebem cerveja e falam manso. É, eles não combinam mesmo com os árabes.

Mas, ali também é preciso pagar 70 dólares para se registrar como imigrante, se quiser sair do país numa boa depois. Peguei um *ricksshaw* e, depois de muita informação desconstruída, encontrei o *Aliens Registration*, ou Registro de Estrangeiros. Enquanto esperava, vi um homem alto, magro, nariz comprido, cabelo grisalho, vestido com a camisa 10 do Brasil. Quando ficamos próximos na fila, perguntei, ainda em inglês (vai que nem é brasileiro), se ele gostava do Brasil. Ele respondeu, em português com sotaque difícil de saber de onde vinha, “Ô louco, eu amo o Brasil!”.

Esse é Mohamad Saleh, viveu dois anos no sul do Brasil. Morou também na Argentina, conhece a Europa e quatro cantos do Oriente Médio. Mas é do Brasil que carrega “as melhores lembranças de minha vida”, ele mesmo conta. Fala importantes palavras do vocabulário brasileiro como “maluco”, “mulher feia”, “problema”, “merda”. Segundo ele, está em Juba porque não pode estar na Bahia, um jeito extrovertido de levar a vida que teima em não fixar em um só lugar.

Mohamad faz parte de uma equipe de seis homens que foram construir Juba. Eles vieram do Kwait e da Síria para povoar a capital de prédios. A demanda, antes de eclodir a guerra civil que agora assola o país, era grande. Além disso, eles fabricavam garrafas plásticas para armazenar água mineral. A única fonte de água tratada para mais de 10,84 milhões de pessoas, o país inteiro.

Sáimos da imigração. Mohamad e seu amigo, o sírio Adna, me ofereceram carona até a Unicef. Era a próxima parada. Lá eu buscava famílias que participaram dos programas de recuperação das crianças vítimas da guerra. De forma direta ou indireta, a Unicef está sempre envolvida. Buscava gente com propriedade para falar.

Enquanto esperava o diretor de projetos voltar do seu horário de almoço, sentei na guarita, logo na entrada, onde três simpáticos guardas conversavam. Aproveitei para carregar o celular. Não se pode perder nenhuma oportunidade.

Entrei na conversa deles. Todos muito jovens. Nenhum aparentava ter qualquer idade acima de 23 anos. Meia hora num questionário sobre Brasil, Ronaldo e escola de samba, e fui avisada de que o diretor acabara de voltar.

Bastou que eu me apresentasse para ele perguntar se eu tinha autorização especial para dirigir a palavra a ele. Pensei, “ora, já estou na sua frente, precisa de algo mais?”. Ele explicou que é necessária uma justificativa da minha universidade, autenticada pela embaixada brasileira, para solicitar o pedido para a assessoria de comunicação da Unicef (na sala ao lado), para então ele decidir se poderia falar comigo. Bom, já estava claro que não iria rolar. E eu já ficando experiente, que no caso de uma estudante, sem nenhuma empresa reconhecida por trás, seria impossível conseguir qualquer coisa com a ONU. Por fim, depois de muito insistir, com jeitinho brasileiro, e explicar toda minha história de vida, expliquei que de nada adiantaria tanto processo burocrático, se ele não soubesse responder à simples e única pergunta que lhe queria fazer. “A Unicef tem algum contato de ex-crianças soldados?”. Afinal, milhares passaram por programas de reabilitação. “Como elas vivem hoje?”, me perguntava. O diretor, já meio irritado, respondeu que sim, mas todos viviam fora de Juba. Obtive a lista de cidades. Foi o máximo que deu para conseguir. ▼

Voltei à guarita para pegar o celular. E os guardas continuavam a conversa animada. Já estava saindo, agradecendo a receptividade e simpatia, quando veio de sobressalto uma ideia. Por que não “comentar” com eles o que procurava em Juba? Eles poderiam ajudar. A proposta saiu melhor que a encomenda. E sem qualquer ironia.

Contei, de novo, tudo o que estava fazendo ali, o texto já estava quase todo decorado. E por fim perguntei, como quem não quer nada, se eles conheciam alguém que conheciam outra pessoa, que pudesse conhecer um ex-menino soldado. Então um deles, chamado Arizeti Wan, ergueu a cabeça e disse com naturalidade. “Ah, claro. Meu primo é um menino soldado.”

Nesse e em outros dois dias em que nos encontramos, Arizeti contou tudo o que sabe. O nome de seu primo é Mark. Ele vivia com toda a família, num vilarejo próximo à cidade de Rumbek, a 420 km de Juba, no estado de Lakes. O primo conta que, desde menino, Mark se interessava por arma, lutas e fardas, afinal o pai é militar e, até hoje, trabalha para o SPLA, o exército oficial do governo.

Quando a movimentação de grupos rebeldes e a guerra, que até então ficava lá no norte da fronteira, resolveu espalhar-se por todo o país, Mark não pôde ficar quieto. Os amigos também decidiram participar. Por vontade própria procuraram o SPLA e foram aceitos para trabalhar na guerra. “Eu não entendo bem por que ele quer continuar lá”, questiona o primo.

Na verdade, Arizeti, sabe sim o porquê. Sabe que é porque, para Mark, não há outra alternativa para “subir” na vida. Sabe que é a única forma através da qual ele pode alcançar o poder. Ser homem de verdade. Mark é um homem-menino, que aos 14 anos fala com a família quando bem entende.

Roda todo estado de Lakes, sem sofrer qualquer impedimento. Afinal, não é bem ele quem manda, na verdade ele não manda em nada, mas ele sente que sim. Ele tem uma arma. Por três vezes, Arizeti conseguiu falar com o primo. Mark não tem celular. Vive onde as ondas eletromagnéticas não conseguem chegar. É quando o grupo se desloca que Arizeti dá a sorte de ligar e consegue ouvir do outro lado a voz de um conhecido amigo de Mark. Ele também é de Rumbek.

Os diálogos foram sempre muito curtos. “Ele respondia que está tudo bem. Quando pergunto se ele não quer voltar, ele responde com outra pergunta. ‘Pra quê?’ Se insisto em pedir, a ligação cai.” Mark não quer pressão. Arizeti garante que ele sequer vai à escola, mesmo fazendo parte do exército oficial do governo, que tanto diz ser contra crianças fardadas.

Que Arizeti saiba, foram essas as únicas vezes que Mark falou com alguém da família. “Essa foi a escolha que ele fez. Ele quis assim. Que Deus olhe por ele.”



“Você não tem escolha. Ou você mata eles ou eles matam você.” Foi a primeira frase que ouvi de John Both, assim que começamos a conversar. O mesmo John Both que mencionei capítulos antes. Aquele que salvou Mr. Ezzedin do sequestro no norte do estado do Alto Nilo. O próprio.

Marcamos de nos encontrar em uma grande feira, ao sul de Juba. Às margens da periferia. O local é afastado, quase outra cidade. Passamos por um quartel do SPLA, e seguimos por uma estrada até encontrar a grande feira. Era o ponto de encontro. Pedi para que ele e o *rickshaw* se entendessem por telefone. Incontáveis barracas faziam a feira parecer infinita. Seria impossível encontrá-lo.

Desci da moto e esperei dez minutos, olhando a minha volta em busca de qualquer sinal. De supetão sinto alguém tocar meu ombro. Quando me viro, um jovem muito magro diz, com um leve sorriso, “Oi, sou eu, John”.

Aquele homem não parecia nem um pouco ter tido, um dia na vida, poder para soltar Mr. Ezzedin de um sequestro. A imagem de defensor destemido não se encaixava, assim como aquela calça e a camiseta, onde cabiam três dele. Os cinco vergões na testa não escondem a pele lisa, e aparência extremamente jovem. Não fosse ele jurar que tem 34 anos, eu jamais acreditaria. Assim, o semblante adolescente se desfaz quando ele começa a narrar.



Estamos no ano de 1993. John era ainda mais magro – ele garante. Foi em um amanhecer. A população de Malakal está desorientada. Não sabem para onde ir. Os militares tomam conta das ruas. Alguém iria defender sua família. “Seria eu mesmo.”

John tem 14 anos, é irmão de três meninas e dois meninos. O do meio. A mãe e o pai tratam de formar as já tradicionais barricadas para proteger a casa, na periferia de Malakal. Eles empilham sacos de areia, ferro e outros objetos grandes que possam servir na construção do novo abrigo. Um cantinho de não mais que cinco metros quadrados dentro do quintal de casa. Ali, eles guardam tudo o que há de valor, a comida. Farinha, pão e tomate são os mais fáceis. Às vezes dá para improvisar uma fogueira e cozinhar até carne. Na maioria das vezes, não dá.

“Algumas noites, parece que eles estão vindo te matar. Você não consegue fazer mais nada. Só espera.” John esperou até quando pôde. “Então eles vieram.” Abrem a porta sem cerimônia. Há algo muito maior lá fora. Um dia antes a mãe sentou a seu lado em uma noite em que a família olhava para o céu a “admirar estrelas cadentes”. São balas de fuzis e metralhadoras que voam de um lado para o outro, iluminando com faíscas o céu escuro do Alto Nilo. Ela prepara o filho. O menino já está grande e é provável que tenha de partir.

Na manhã seguinte, John foi levado por dois soldados. Entrou para o SPLA. Nesse ano de 1993, o recrutamento de crianças está no auge. Ele juntou-se a outras 174 delas. Nenhuma menor que oito anos e nenhuma maior que 16.





O time de novos recrutas ficou por um mês em treinamento, num quartel em algum canto escondido do Alto Nilo. Uma rotina como a de qualquer outro soldado. “Não interessa se você tem 8, 9, 16 anos, ali você é um homem. Se você não é, você se torna um.”

Tornar-se um menino soldado, ali, é ganhar na loteria. Além de se tornar, na verdade, um “homem” soldado, eles têm direito a estudar. É tudo o que os pais mais querem para os filhos. Por isso há tanto incentivo das próprias famílias. Eles só não sabem que, para chegar a uma sala de aula, a turma de crianças percorre um caminho injuriador. O sonho se esvai e a escola se torna o menor dos objetivos. Primeiro eles tem de ficar vivos.

Depois de dois meses em rigoroso treinamento no quartel, eles começam a caminhada. As escolas estão na Etiópia. E é para lá que eles vão. A pé. Vão à beira da estrada de terra. Algumas crianças vão ficando para trás, outras ficam doentes e precisam ser carregadas. Os sargentos acompanham. Mas são os meninos que batem na porta dos vilarejos para pedir comida. Dormir, só por alguns minutos, no meio da mata, sem requinte de cobertor. Se reclamar, é pior. Não adianta em nada e ainda leva do sargento, que pode gritar com você ou te deixar sem comida, quando não dá uma sacolejada nas suas costas com cassetete.

No percurso, John fez amizades para a vida inteira. Algumas delas duraram horas, mas foram para sempre. “Muitos amigos morreram do meu lado. Às vezes encontrávamos grupos rivais no meio do caminho e recebíamos ordens para atirar. Sem nem saber quem era. E o lado de lá fazia a mesma coisa”, ele conta. Um ruído do lado de lá, alguém atira para o alto e a batalha começa. “Nos escondíamos nos barrancos ou atrás das árvores. Mas não éramos preparados.” Ele faz uma pausa, olha para baixo. “Tinha mais de uma semana que conversamos sem parar. Eu e um garoto. Éramos companheiros. Alguém veio do outro lado. Devia ser criança também. E atirou. Abracei ele, chamei ele.

Nada. Ele morreu. E eu continuei chorando e chorando.”

Foram um mês e dois dias calejando os pés até chegarem na região de Gambela, no oeste etíope. Bem próximo onde, hoje, ficam os campos de refugiados nos arredores da cidade de Assosa. John aprendeu a lidar com a perda do amigo de uma eterna semana. Foi amparado pelo tímido Simon, que seguia logo atrás. Simon era um dos caçulas do grupo. Com oito anos recém completados, foi ele quem caminhou, na maioria das vezes calado, junto a John. Não podem e nem têm muito o que conversar.

Em Gambela, Simon, John e outros 114 meninos e 60 meninas aprenderam a escrever as primeiras sílabas em inglês, formar as primeiras palavras, a calcular as primeiras operações de somar e subtrair. Dois anos de uma rotina alternada entre treinamento militar e escola de ensino primário.

Depois disso eles tinham de voltar. Chegavam na terra natal com mérito de doutor. Prontos para serem soldados de verdade. E no exército permaneceram até o ano de 2008, quando o SPLA e o novo governo que começara a ser implantado no novo país chamado Sudão do Sul construíram programas que, como o DDR, buscam reintegrar essas crianças e adolescentes à vida na sociedade civil. ▼

Enquanto conversamos eu, John e Simon na varanda de um prédio abandonado, no meio da feira, um outro homem de cinco vergões na testa se aproxima e nos interrompe, “ou é isso, ou você morre sem nem tentar!”, disse. Este é Simon Kiir. Ele é mais velho. Em 1989, aos onze anos, já estava nos campos. E nunca tão perto da morte. Assim como qualquer menino soldado da época, ele foi para a Etiópia estudar. No caminho chegou a ficar três dias sem qualquer tipo de comida. Passou por lamaceiros, vegetações fechadas, coleciona marcas e feridas nas pernas e nos pés. Mal chegou ao povoado na região de Gambela, Kiir foi acometido por dores muito fortes. “Febre. Muita febre!”, ele conta. Farmácia era a própria mata que esconde os segredos das curas para doenças “incuráveis”.

Kiir foi estirado sobre uma cama cujo colchão era um amontoado de lençóis. Suou e queimou por dias. A enfermeira de um vilarejo vizinho, clínica geral e parteira nas horas vagas, diagnosticou. Era malária. E das bravas. O menino lançava para fora tudo o que colocava na boca. Os companheiros não tinham tempo a perder. Continuavam as atividades enquanto Kiir só se movia para vomitar e delirar de febre. Encarcerado pelo próprio abatimento, Kiir passou dois meses fincado à cama. “Eu acho que não era só malária”, diz. Ninguém soube mesmo o que era. Foi Deus quem não quis que o menino morresse, é o que todos diziam. Resta-lhe acreditar.

“Em dois meses estava pronto para o campo de batalha de novo. Fazíamos guerra e estudávamos também. Era tudo muito dolorido. Não mais a dor da febre, mas no coração. Mas nós sabemos que a vida no campo era mais segura.” E Kiir mal pode acreditar que está vivo para contar.

Depois de dois anos ele voltou para Juba e continuou a trabalhar como soldado até participar, junto a outras 20 mil crianças soldados, do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração.

O programa foi criado no ano de 2004 pelas Nações Unidas. Eles agem de modo parecido com o trabalho que antes era feito por Mr. Ezzedin, mas são menos incisivos. A DDR utiliza de publicidade e campanhas para convencer os líderes de milícias a retirar as crianças de campo. Em troca, eles ganham uma singela parceria com o governo, que varia de acordo com as negociações e interesses de cada líder.

A maioria deles chega a ir pessoalmente até o escritório da DDR em Juba, sentam-se frente a frente com o coordenador, Oluku Holt, e perguntam o que ele tem a oferecer. Como a maioria das milícias é pequena e controla regiões limitadas (um conjunto de distritos ou um estado), a ambição por um poder maior faz com que os líderes optem por ocupar um cargo de responsabilidade do governo. Os grupos se tornam, então, representantes de suas respectivas regiões.

Mas ainda há milícias “bipolares”, cujos líderes são muito jovens, confusos e com debilidades na auto-estima, ou excesso de ego. No estado de Jonglei, por exemplo, considerado um dos mais perigosos. “É quase morte certa se você pisar lá”, diz Oluku. O grande controlador de tudo é o “fora da lei” David Yau Yau. É só aparecer uma van que cruze a área em direção ao Quênia para o grupo agir. Ai do motorista se ele não parar. Atiram nos pneus, e nos passageiros, até que não reste um só.

Um dia, Yau Yau foi a Juba. Sentou-se à frente de Oluku e quis saber como é que funcionava aquela façanha toda. Saiu de lá prometendo voltar com crianças liberadas. Passaram-se alguns anos. Yau Yau voltou de novo, disse que fecharia acordo e não apareceu mais.

Kiir se encheu da vida de soldado e aceitou trabalhar para uma das em-

presas parceiras da DDR. Tem de tudo. Vagas em segurança privada, comércio, lavouras, assistentes administrativos, entregadores. Kiir conseguiu um trabalho em um pequeno comércio. John e Simon são funcionários na própria DDR.

Bem aventurados eles. Primeiro por terem feito parte do SPLA, que sempre deteve poder mesmo quando ainda não fazia parte do governo. Segundo, porque as crianças de outras milícias espalhadas por todo o país sequer foram alfabetizadas.

Para voltar às ruas das cidades como qualquer outro cidadão, as crianças precisam de muito mais do que boa vontade de chefe de milícia. “Eles ficam irritados, são arredios, estão revoltados com a nova vida sem autoridade”, explica Oluke. Algumas não encontram mais os parentes, não sabem sequer se estão vivos depois de anos sem contato. Algumas são rejeitadas pela própria família. Ou sofrem insultos e ameaças dos vizinhos e ex-amigos. Começam a instalar na vida deles, que outrora foi de sucesso e poder, preconceito e repúdio.

Essas organizações militares que, teoricamente, não fazem parte do governo, mas tem superpoder no local onde atuam dominam e se reproduzem por toda essa região africana. Mas uma delas é digna de atenção *sui generis*. É única. Os sul-sudaneses, funcionários da ONU e o Ministério da Defesa de Uganda afirmam com convicção: o governo sudanês, de Omar Al-Bashir, apoia uma guerrilha com o sucinto objetivo de dizimar as populações das etnias “inferiores”, principalmente as do Sudão do Sul. É uma das principais milícias dos cinco continentes, liderada por Joseph Kony, um dos 10 mais procurados do mundo. ▼





Kiir

No ano de 1980 a médium ex-prostituta Alice Auma recebeu um chamado do “além” para criar o Movimento do Espírito Santo, com missão de defender o povo Acholi, do norte da Uganda. Depois de seis anos se organizando, ela reuniu forças para criar o exército Lakwena, que, no dialeto luo, significa mensageiros. Alice e seu grupo rebelde travaram batalhas contra o governo ugandense pelo controle dos estados do norte do país. Em 1986 a guerrilha foi derrubada pelo governo de Uganda. Alice, que passou a ser chamada de Alice Lakwena, teve de correr para o Quênia.

Católico radicalmente praticante, Joseph Kony de-vaneia construir um governo teocrático sob os dez mandamentos bíblicos. Adequadamente inspirado pelo Movimento do Espírito Santo (*Holy Spirit Movement*), em 1987 ele se tornou líder do grupo rebelde LRA, Exército de Resistência do Senhor (*Lord's Resistance Army*, em inglês). Há quem diga que Kony e Alice Lakwena são primos distantes.

Kony está na primeira lista da Corte Penal Internacional não é à toa. Sua guerrilha é dividida em grupos e espalhou-se por Uganda, Sudão do Sul, República Democrática do Congo e República Centro Africana. Nascido em um vilarejo próximo à cidade de Gulu, no norte da Uganda, ele também é um acholi. Ele afirma receber “or-

dens do Senhor” para atacar. Conta-se que, antes de ir para qualquer batalha, Kony faz o sinal da cruz no peito e na metralhadora. Ele lutaria para defender seu povo.

Mas algo deu errado, os acholi não concordaram com a luta armada. E Kony sustenta que, por isso, tem o “direito divino” de lutar contra seu próprio povo para alcançar seu objetivo. Já que eles não respeitaram a vontade do Senhor.

Kony transformou a cidade de Gulu. Lá, não há quem não faça cara de agonia quando ouve seu nome. Essa foi a região mais atingida. Milhares de pessoas foram sequestradas para trabalhar na milícia. Crianças se tornaram aprendizes de matadores, cozinheiros e escravos sexuais. Homens se tornariam soldados sanguinários. E aquela cidade, um cenário de filme de terror.

Alice Lakwena morreu no ano de 2007, em exílio, no Quênia. ▼

Gulu era o próximo destino. Pegaria um ônibus de Juba para Uganda o quanto antes. Para isso precisava de mais dinheiro. Fiquei de receber de meus pais a mesada do mês para pagar o visto, que se compra na fronteira mesmo, e as passagens de ônibus. Como em praticamente todos os países do mundo, no Sudão do Sul há um banco de remessas internacionais chamado *Western Union*, muito popular na África. Através dele, quem foi trabalhar em outros continentes envia dinheiro para os familiares que ficaram. Já que, assim como no Sudão, ali não há caixas eletrônicos para saques internacionais.

Confiando no banco, havia decidido ficar alguns dias a mais em Juba. Logo, receberia dinheiro. Mas na hora de enviar, do Brasil para Juba, o sistema brasileiro não encontrou nenhum danado de país com esse nome, Sudão do Sul. Simplesmente não havia como enviar dinheiro. Eu estava ilhada.

Perguntei aos amigos sírios e libaneses como eles recebiam dinheiro do exterior. Deveriam conhecer alguma maneira engenhosamente estratégica, já que investiam em negócios ali. A resposta foi desenganadora. “Não há nenhuma maneira de ter dinheiro neste fim de mundo a não ser que você mesmo traga”, disse Adna.

O outro amigo, Mohamad, foi claro. “Neste inferno? Impossível. Vá para Uganda e pegue o dinheiro lá.” Esse era o problema, não havia dinheiro sequer para chegar até a fronteira. Lembrei do início de tudo e do que Mitiku, na Etiópia, dizia: “Deixe Deus estar com você”. Haveria uma solução.

Na mesma noite encontrei os rapazes novamente. Comiam, fumavam, conversavam, xingavam Juba. Mohamad e Adnan me chamaram em um canto. “Isso aqui é para você. Sentiremos sua falta.” E me entregaram duas notas de

50 dólares. A conta exata para atingir o outro lado da fronteira e finalmente sacar dinheiro. Pela noite, nos despedimos com sobrepeso no peito. Partiria na manhã seguinte. Mais amigos para trás. Fomos para o carro. Salem me levaria para casa. Na saída, um outro amigo chamado Fahad me cumprimentou. “Sentiremos saudades”, disse, e deixou escorregar para minha mão um papel enrolado. Sem luz em toda a cidade, não consegui ver o que era. Ao entrar no carro, acendi a lanterna que trazia na mochila. Era uma nota de 100 dólares.

Na porta da casa de Rebecca, Salem levantou-se do carro. Presenteou-me um último abraço, me cumprimentou, e ainda com as mãos apertadas disse: “Acho que eles só te deram dólares, você vai precisar disso”, e passou um papelinho enrolado para minha mão. Ao entrar em casa, novamente precisei da lanterna. Eram 100 libras sul-sudanesas. Deus estava comigo. ▼

Na manhã do dia seguinte já estava de malas prontas, me despedi de Masir, que estava doente de malária, e segui para a fronteira. Até a cidade de Nimule.

Um lugar pequenino, onde 45 mil pessoas vivem aglomeradas em volta da rodovia. Ali, procurei por uma ONG muito conhecida, cujo idealizador virou até roteiro de Hollywood. O filme *Redenção* conta a história de um ex-criminoso americano que muda de vida e começa a realizar trabalhos voluntários em Uganda. Depois de saber o que acontecia no norte do país, ele decidiu ir até lá, e viu crianças serem feitas de soldados, morrendo à sua frente, sobre minas terrestres. Ele resolve ajudá-las e utiliza seu conhecimento em tráfico, violência e armas para resgatar essas crianças. Assim ele cria uma ONG, a *Angels of East Africa*. Anjos da África Oriental. Crianças órfãs têm acesso a casa, comida e educação.

Artes cinematográficas à parte, a história é real. A ONG tem sede em Nimule e Gulu. Muitas pessoas dali a conhecem. Mas a festa não é para qualquer um. Depois de virar filme, se não preencher seis diferentes formulários e pagar 200 dólares, você não tem direito a fazer qualquer pergunta nem para o segurança da portaria. Liguei para o escritório sede, nos Estados Unidos, explicando que queria passar apenas uma tarde que fosse para conhecer o projeto e pronto. Um dos coordenadores, de forma muito pouco educada, perguntou se eu havia pago a taxa, respondi que “não”, e ele desligou.

A explicação é simples. Agora parte da renda deles vem de gringos que juntam dinheiro para passar férias no orfanato. É só juntar de 4,2 mil a 5,5 mil dólares e você tem direito de passar de um a seis meses (dependendo do tipo de pacote que você adquiriu) em uma casa que, em pleno Sudão do Sul, tem



energia elétrica, wifi, máquina de lavar, empregada e quatro refeições por dia, para conhecer a realidade de ex-crianças soldados. A promoção também é válida para a outra sede da ONG que fica em Gulu, Uganda.

Cansei e fui logo para Gulu. Terra dos acholi de Kony.



São apenas 130 km de Nimule até Gulu. Seria fácil se a estrada não fosse inteira de terra, se não houvesse tantos caminhões de carga, e se os carros do Sudão do Sul não fossem fabricados para andar em estradas de mão inglesa. Em Uganda os carros avançam pelo lado direito da estrada. Com o motorista sentado do lado direito do carro, a visibilidade que ele tem é mínima. Assim, o percurso é feito, com sorte, em quatro horas.

Sentei-me no banco da frente da van, perto da porta. A meu lado um ugandense concentrado na leitura de seu jornal e, à extrema direita, o motorista. Como eu era a pessoa que melhor conseguia ver a estrada, fiquei tensa por todo o trajeto. A poeira impregnava toda a van. Mas com o calor, impossível fechar o vidros. Tínhamos de engolir terra mesmo.

Curiosa, acabei dando uma espiada no jornal do amigo ao lado. Só para saber como era mesmo. Mas preferi ficar quieta, pensando na vida, contemplando a paisagem. O amigo, então, me ofereceu o jornal. Disse que não, obrigada. Não estava com cabeça para aquilo. Observei um pouco de novo, como se algo me chamasse. Olhei e vi apenas fotos de mulheres de short curto em uma página, e notícias de assalto na outra. Muito familiar. Mais uma vez deixei de lado. Ele insistiu de novo. Agradei novamente, culpando a mim mesma por

não ter aceitado. Ficamos em silêncio até chegar a Gulu.

No terminal, perguntei ao motorista se ele conhecia algum hotel por perto. Ele disse para que não me preocupasse. Depois que todos descessem procuraríamos por alguns hotéis que ele conhecia na cidade. Ótimo. Enquanto o amigo do meu lado também se preparava para descer. Finalmente perguntei a ele, “posso ficar com seu jornal?”. Ele sorriu e respondeu “é claro! Boa sorte!”. Sorri de volta e abri o jornal ao meio. Na página direita, dei de cara com uma reportagem mágica. “Encontramos a enfermeira de Joseph Kony”, dizia a matéria na seção chamada “Eu fiz isso”. Era a entrevista dos sonhos. Agora, minha saga seria encontrar essa enfermeira que escapou da guerrilha. Bendito jornal.

Encontramos um hotel muito barato, que tinha cama e banheiro. Ideal. Perguntei ao motorista onde ficava a vila de Awere, a única referência de local que a matéria divulgava, além do nome do jornalista que parecia ter ido até Gulu apurar a notícia. Acabei descobrindo que havia três diferentes lugares nas redondezas que levavam o nome de Awere. Um era um bairro de Gulu mesmo. Os outros dois eram diferentes vilarejos a 16km e 32km de distância dali.

Liguei para o escritório do jornal *Red Pepper*, em Campala, no número que estava escrito bem escondido no rodapé da última página. Disse que gostaria falar com um tal de Claude Omona, o jornalista que escreveu a matéria. Responderam que teriam de conseguir o contato e mais tarde me retornariam.



Principal alimento na cidade



Enquanto isso estava disposta a vasculhar todas as possibilidades para encontrar essa mulher. Sentei na recepção do hotel. Li e reli a matéria, em busca de qualquer outra pista. No balcão, à minha frente um rapaz de uns 20 e poucos anos quis puxar assunto. Aproveitei para perguntar sobre Kony e a cidade. “Você conhece alguma vítima dele?”, ele respondeu com o sorriso que usa até nas horas de falar de assunto sério. “Sim, claro, inclusive meu irmão foi sequestrado no meu lugar.”

Tentando manter a mesma naturalidade que ele acabara de usar, continuei a conversa. “Meu irmão foi raptado pelas tropas de Kony quando ele tinha sete anos de idade. Dois anos depois, houve uma briga e ele conseguiu escapar. Hoje, ele mora com a gente. ‘Thanks God!’ Graças a Deus!” ▼

Este é Odong Eric Layibi, recepcionista “faz tudo” de um hotel barato do centro da cidade de Gulu. A mãe morreu de aids (Uganda é o país com maior índice de transmissão do vírus HIV no mundo). Seu salário não passa de 20 mil xelings ugandenses. Pouco mais de 8 dólares ao mês. Durante a semana ele dorme em um quatinho nos fundos do hotel. E sempre que pode visita a família no vilarejo de Oding, a 16 km de Gulu.

No dia seguinte, combinamos de ir até lá conhecer a família de Odong. Alugamos uma moto pela bagatela de 16 dólares, que nos dava direito de usá-la por toda a tarde. O rapaz foi dirigindo e eu, na garupa. Nem se pudesse alugar um carro adiantaria. O caminho é apertado. Estrada de terra só no início. O restante é uma afunilada trilha, exprimida por pequenas plantações de milho, amendoim e bananeiras. Passamos pelo quintal de muitas cabanas. Cada família tem um cantinho para plantar alguma coisa, e é disso que eles vivem. No meio do caminho, crianças correram atrás da moto. Quando viram a estrangeira aqui, mesmo eu estando com a câmera escondida dentro da mochila, elas começaram a gritar, “*computer! Computer! Camera!*”.



Cheguei a Oding com perna dormente e braços trêmulos por tentar me manter equilibrada sobre a moto, durante duradouros 20 minutos em que atravessamos barrancos e buracos.

A avó de Odong sai da cabana para nos receber. O cenário é muito verde. Ao fundo grandes árvores esculpem a mata fechada. Ao redor da casa, a família planta milho e amendoim. Tudo isso somado ao verde claro reluzente do mato

que cresce em volta das plantações. A terra marrom escura que nos acompanhou durante toda a trilha se abre formando um círculo onde estão fincadas duas cabanas. Uma onde dormem os avós de Odong e seu irmão Oola. Na outra vivem o tio e quatro crianças, duas delas são primos, outras duas são irmãs por parte de pai.

Uma senhora de cabelos grisalhos, cujos cachos foram podados. Curtos, rentes ao coro cabeludo, contornam um rosto que mais parece triste do que velho. Acan Vasílade é seu nome. A mulher que pôde salvar apenas um dos netos. Sua experiência foi surrupiada pela audácia dos guerrilheiros.

Em um anoitecer do ano de 2003, o povo de Oding já estava sob aviso. Avistaram pelas redondezas os tais rebeldes, uns dias antes. Não é difícil de reconhecê-los. São homens da floresta. Não cortam o cabelo, andam de rastafári, farda verde escura, barba grande, sujos. Quando escutou os tiros no alto, Dona Acan tratou logo de mandar Odong sumir dali. O menino tinha 12 anos de idade. Com certeza não escaparia de se tornar um soldado do LRA. Enquanto isso, Oola Samuel Layibi, de 7, aguentaria a tensão junto aos primos pequenos, o pai e os avós.

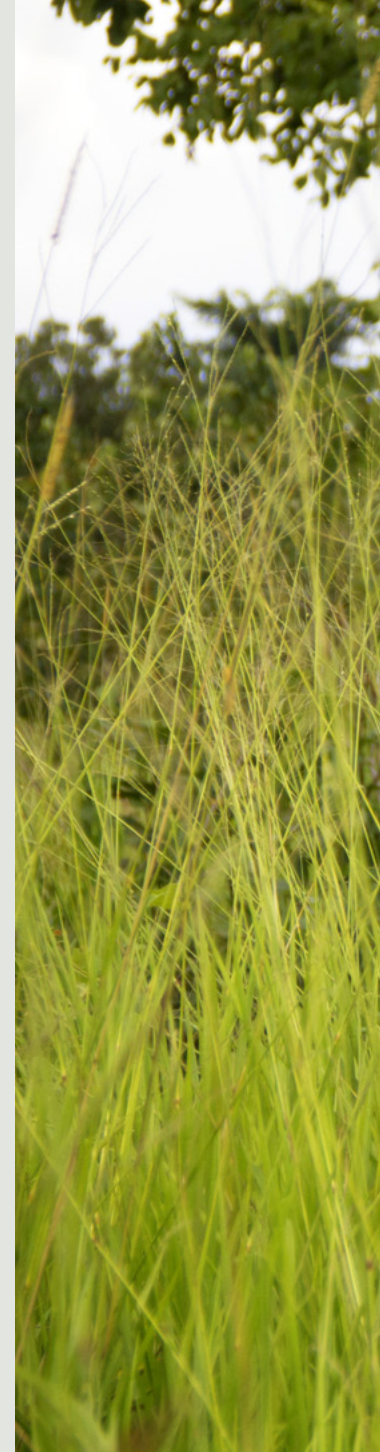
Quando os primeiros tiros ecoaram, o menino Odong obedeceu ao grito instantâneo da avó e correu para os fundos, aproveitou que o mato estava alto, já que os dias que antecederam foram de chuva. Se escondeu de modo que não ficasse tão distante. “Eu me senti um inválido. Estava lá, simplesmente escondido. Eu era o único que podia e não podia fazer nada ao mesmo tempo”, conta Odong. Agachado em meio aos tufo de mato verde, no escuro que vinha chegando com o anoitecer, ele se agoniou ao ouvir a gritaria.

“Barulho das galinhas, dos cachorros e das coisas quebrando e caindo. Minha avó gritava, meu pai também, e ouvi grito dos rebeldes. E o que eu podia fazer?”. Odong escutou um tiro. Por um minuto pensou em voltar até a cabana para ver o que acontecia. Se pudesse seria um super-herói, mas era um menino de 12 anos. O tiro o preocupava, os ruídos pareceram ficar distantes, Odong queria estar lá. O barulho foi diminuindo. As galinhas ainda cacarejavam, mas pareciam se afastar.

Ele tentou se reaproximar. Pé ante pé para que, se ainda houvesse qualquer inimigo, não o percebessem. Tentando fazer o mínimo de barulho ao ultrapassar as folhas do matagal, Odong chegou até a cabana.

Sua avó, debruçada diante de um corpo. Ele preferia não acreditar, mas já esperava que algo assim pudesse acontecer. Aconteceu com seus vizinhos e com amigos próximos. Acontece desde que Odong entende desse mundo. Seu pai estava morto, e o irmão foi levado pela guerrilha, junto com toda a criação de animais.

O menino Oola passou nove meses enfiado na mata. Um dia, no sul do Sudão do Sul o LRA entrou em disputa com o exército da Uganda. Na batalha, ele conseguiu se esconder, e foi encontrado por um soldado ugandês, que o levou de volta. Depois de passar pela DDR, e responder a milhares de perguntas, Oola foi levado para casa. ▼





Odong no local
onde se escondeu do
ataque

Dez anos depois, de volta ao mesmo lugar onde se refugiou na noite de 2003, Odong narrava, para mim, sua história. A família resolveu se mudar um tempo para outro vilarejo, mais a leste, direção oposta ao rumo que as tropas de Kony tomavam. Depois de anos distantes, eles voltaram para o mesmo quadradinho de terra em Oding.

Conversávamos enquanto Oola não chegava. Aos 18 anos de idade é ele quem cuida da pequena lavoura no quintal de casa. Estava no vizinho buscando alguns instrumentos emprestados para usar no cuidado com a terra.

Veio, ao longe, um menino de seus 1,65m de altura. Camiseta vermelha, calça marrom clara, suja de terra e rasgada nos joelhos, com coxas e panturrilhas à mostra. Seus lábios são grossos. Seu rosto largo e o couro cabeludo nu lhe dão à face um tom arredondado. Cruzando o círculo de terra que delineava o quintal, Oola vem e nos cumprimenta.

Sentou-se a meu lado, tímido, mas com disposição para falar. Na noite em que foi sequestrado desembestaram a andar no meio da mata. É o ritual. Se pararem próximo ao vilarejo que foi atacado, correm risco de as tropas inimigas do governo os alcançarem. “Dormíamos apenas três horas por noite”, conta ele. As crianças, por não conseguirem manusear armas tão pesadas, ficam incumbidas de conseguir comida e cozinhar. “Quando os grandes estavam dispostos caçávamos até elefantes. A carne era gostosa, mas a comida para as crianças era muito pouca. Passávamos fome. A gente precisava cozinhar e esperar eles comerem pra comer depois, mas eles nunca esperavam, e tínhamos que arrumar tudo pra sair andando de novo”, conta Oola.

E aí de quem ousasse comer. “Se eles te pegam comendo, mesmo uma fruta, no meio do caminho, eles te matam.”.Oola emagreceu ainda mais du-

rante os nove meses na selva. O grupo do qual fez parte não contava com a presença de Kony, nem por isso pegavam mais leve. “Acho que ninguém mais pode parar eles. Talvez Deus”, diz o menino.

O avô, Oywelo Vitorino, adoeceu trabalhando na pequena lavoura. Pisou em falso e, como não foi ao médico, o caso se agravou. Não se sabe o que ele tem. Oywelo não consegue mais andar sem ajuda. Conquistou milímetros de independência graças a uma cadeira de bambu, que utiliza no lugar de muletas. Ele impulsiona com os braços a cadeira para frente, com toda a fibra que consegue, já que ela é muito mais pesada do que as forças que lhe restam. Oywelo tarda horas para efetivar poucos passos.

Resta à avó, Acan, gastar as últimas gotas de saúde no trabalho doméstico de cada dia. Cozinhar, cuidar das novos animais, que reconquistaram com o tempo, e lavar roupa numa bacia de alumínio com água colhida a metros de distância, são as atividades que lhe ocupam todo o tempo.

Odong junta o máximo de dinheiro que consegue no hotel para comprar coisas que o campo não concebe. Já Oola, ao voltar para casa, descobriu, de supetão, a morte do pai e recebeu como herança as obrigações do avô. O tio também não tem emprego. Se não dependesse tanto do próprio trabalho, Oola estaria na escola. É sua quimera.

Em Uganda, escola pública tem de ser paga. É preciso custear material, uniformes e sapatos específicos, além de uma taxa irracional de dois dólares ao dia. Em média, estudar em uma escola primária sai de 50 a 150 dólares ao mês. Fortuna para o bolso de Oola. Aos poucos algumas instituições estão se normalizando de acordo com novas leis que permitem que o ensino fundamental seja gratuito. Mas Oola tem mais o que fazer do que se enfiar em livros. Depende dele o sustento de casa. Eles usam parte da pequena colheita e dos poucos animais que conseguem engordar para comer, e o restante, vendem ou trocam nos vilarejos ao redor de Gulu.

Oola Samuel



Já o devaneio de Odong é estudar medicina. Mas os 8 dólares que ganha por mês mal pagam suas refeições, quem dirá a faculdade que custa 800 dólares. Ganhar cem vezes mais do que seu salário parece apenas sonho. Por enquanto é mesmo.



Ao voltar para o hotel recebo uma ligação. Era Claude, o jornalista do *Red Pepper*, autor da matéria sobre a ex-enfermeira de Joseph Kony. Tratei logo de perguntar onde estaria a enfermeira mais cobiçada naquele momento. Ele respondeu “claro, posso te levar até ela”. Claude, ao contrário do que eu imaginava, morava em Gulu mesmo. Ele é toda a equipe de correspondentes do jornal no norte de Uganda.

Nos encontramos no dia seguinte, na porta do hotel. Claude é muito simpático. Impressionou-se em encontrar uma jornalista que não fosse da BBC ou da CNN, rondando aquelas bandas. “Nunca ouvi falar de jornalista brasileiro na África”, comentou ele. Nem eu. Rindo do tom irônico da resposta, tratamos logo de ir ao encontro da mulher, sem exagero, queridinha de Kony.

Esperava ter de alugar um carro, ou comprar passagem de ônibus para chegar até a tal região de Awere. Mas Claude só disse um “então vamos? Podemos ir a pé”. A ex-enfermeira de Joseph Kony vivia, não a dois dias de viagem, ou a 32 quilômetros como eu imaginava. Mas sim, a três quadras do hotel onde eu me hospedava. Três quadras e uma trilha esburacada, com esgoto a céu aberto e lá estava, em meio a um aglomerado de cabanas, Alice Adong. ▼





Oywelo caminhando

Claude tratou de avisá-la que naquele dia haveria visita. Alice botou o melhor lenço, de cor azul claro cintilante e um vestido preto e branco estampado. Ela desponta no meio do amontoado de cabanas. Vem sorridente. Em passos largos, movendo ainda mais o lenço comprido, que ganha graça com o balanço do vento.

Sua cabana é como todas as outras dos campos de refugiados ou de qualquer vilarejo do leste africano. Dois cômodos separados por um lençol. Em um canto, mais perto da porta, Alice senta-se em um banquinho de madeira. Enquanto conversamos, ela se dedica a cortar verduras para o jantar. Com uma faca pequena, pica quiabos e tomates sobre a bacia feita de argila.

Mostramos a ela a notícia que saiu no jornal. Alice não havia visto como ficou depois de pronta. Cuidadosamente, ela soltou a faca. Como se segurasse um documento de importância, ela pôs o jornal em seu colo, aparando-o com um dos braços. Com a outra mão ela acariciava a folha grande, contornando a foto de Kony, que estava em destaque na página. “O que você pensa sobre ele?”, perguntei. “Kony tinha momentos. Às vezes estava bem, sorrindo e fazendo piadas com todos. De repente parecia outro homem, se irritava e mudava de opinião em segundos, mas eu adoro ele. Gosto muito mesmo. Aprendi com ele tudo o que sei.” Alice não tem medo, nem terror, nem trauma de Joseph Kony. Alice sente gratidão.

Ela se tornou mulher de verdade no meio da selva, em agosto de 1987. Foi capturada junto a dezenas de meninas entre 14 e 17 anos, cada uma destinada a um comandante rebelde. Eles podem escolher. “*Kat woko! Kat woko!*”, “Saia! Saia!”. Alice acordou aos gritos de um soldado chutando a porta de sua

casa às três da manhã. Atordoada pelo susto, enquanto tentava se por de pé, era puxada por um dos rebeldes. Ela e a irmã mais nova. Do lado de fora da cabana, havia uma fila de moças. “Não entendi o que estava acontecendo. Conhecia todas as meninas, mandaram a gente para a mesma direção. Eu só segui.” Enquanto alguns soldados organizam a fila que não para de crescer, outros entram nas cabanas, chutam portas, atiram para o alto, e enchem as mochilas de comida, panelas, roupas e o que mais lhes possa servir. Parte do grupo tratou logo de começar a caminhada floresta adentro. Alguns rebeldes ficam minutos atrás, que é para terminar o serviço na aldeia.

Caladas, as meninas se esforçavam para seguir o ritmo da guerrilha. Tinha de se camuflar na mata já que logo as forças do governo ugandense poderiam saber do ataque. Com exceção dos rompantes dos soldados ordenando que o grupo andasse mais depressa, a jornada foi silenciosa até o amanhecer. No meio da madrugada o frio deixava o ritmo vagaroso. Sem tempo sequer de olhar para trás, elas saíram de pijama e pés descalços. Alice não se lembra quantas moças foram capturadas. “Mas éramos muitas. Todas as moças do nosso vilarejo.”

Nessa noite, Kony havia dado uma ordem especial aos comandantes. Para que eles sossegassem da vida noturna nas vilas e da prostituição, cada um teria o direito a uma esposa. Presente do chefe. Assim que chegaram a um acampamento mais seguro e oculto pelos morros e árvores corpulentas, Alice, sua irmã e as dezenas de outras meninas que lhes faziam companhia foram distribuídas entre os rebeldes.

Três dias ininterruptos durou a caminhada até que chegassem ao primeiro acampamento. Algumas paradas de 30 minutos pra comer e sentar um pouco, mas descanso é privilégio de rebelde, que só bradam ordens para que as meninas cozinhem o mais rápido possível. Eles esperam sentados, enquanto outros sobem nas árvores e calculam a distância que estão das estradas e vilarejos.

Alice e as outras correm para preparar verduras, carne e farinha que fo-

ram roubadas de suas próprias casas. “Era o tempo de cozinhar, comer e já sair caminhando de novo. Não dava tempo de preparar a comida direito e às vezes tínhamos que comer os alimentos crus.” Ela cai na risada ao lembrar o quanto eles gostavam de comer. “Era frango todo dia”, brinca.

No caminho para o Sudão do Sul, eles passaram pelo distrito de Pader, onde o exército ugandês organizou um ataque contra o grupo. Na batalha, o comandante do LRA morreu, mas outros soldados persistiram até chegarem ao campo de Balutaka. Lá, Alice encontrou a enfermeira do LRA, a senhora Molly Laker.

Molly estava acostumada a tratar as piores feridas e as doenças mais misteriosas de que já ouviram falar. O número de infecções aumentava. Soldados morriam de uma hora para outra, sem motivo aparente. Dias de febre e, de repente, morte. Com a presença de mulheres no meio do mato, tudo piorou. Crianças nasciam mortas, partos eram feitos sem qualquer proteção. Era demais para Molly.

Alice era a mais velha do grupo. Tinha 30 anos de idade e, por isso, foi obrigada a se tornar assistente de Molly. Aprendeu a curar febre terçã à base de ervas. Ajudou a criar meninos e meninas que nasciam e cresciam no mato.

Com o tempo chegavam informações. Alguém ouviu falar, nas aldeias por aí, que havia um vírus poderoso à solta. Muita gente estava morrendo, e era ele o culpado. O tal do vírus desconhecido. Uns diziam que era culpa de quando alguém espirrava, outros diziam que se pegava pelo pecado do sexo, outros explicavam que era delito das prostitutas. “Até o ano de 1995 ninguém tinha noção do que era vírus HIV”, Alice conta. Aids matava dezenas de soldados e ninguém sabia direito o que era. Kony pedia aos comandantes que parassem de sequestrar pessoas. Já havia mais gente do que os campos podiam suportar, “mas muitos faziam questão de ignorá-lo”, ela diz.

Um dia Molly contou a Alice que tinha um plano. Fugiria do campo,

junto com dois soldados. Não pôde dar detalhes. “Eu não acreditei, para mim seria impossível alguém escapar.” No dia seguinte não encontraram a enfermeira em lugar algum. Molly realmente se foi.

A partir de então Alice era a “doutora” dos campos. Era respeitada. Sabia mais do que qualquer um ali. “Era sempre ‘a doutora disse’, ‘a doutora mandou’.” O que mais lamenta é a morte da única criança, cuja vida escapou em suas mãos. A mãe chegou à cabana de Alice já em avançado trabalho de parto. Mas o bebê ficou preso na abertura do ventre da mãe e morreu ali mesmo. Alice não consegue deixar a culpa de lado. Sente-se responsável. “Muitas outras pessoas morreram por diagnósticos errados.” Alice prefere carregar a penitência por si só. Mas sabe que não havia alternativa. “Cheguei a usar caco de vidro que encontrei na terra, para separar o filho da mãe na hora do parto.” Com as mãos nuas e com ferramentas intuitivas, Alice chegava a ponto de tratar soldados apenas com lamas e galhos de plantas medicinais. Aprendeu de tudo.

Tanto se adaptou que não enxergava outra vida fora da reclusão. Kony parava por horas para explicar a ela o poder de cada planta. Ou mesmo falar sobre Deus, e até sobre família. Mas ao comandante marido de Alice, essas aulas grátis tinham outra conotação. Ele não suportou ver que sua mulher era a querida do “Deus da guerra”, e fez com que ela mesma pagasse pela insolência. Mandou que dois soldados a esturassem. “Enquanto um fazia, outro me dava pauladas”, conta. Com um cano, ela apanhou 150 vezes enquanto era estuprada. Seu marido acusou Alice de infidelidade na frente de todo o acampamento, e casou-se com outra mulher. Depois disso, ela caiu em si. Amava o que fazia. Foi contemplada com o dom divino de salvar vidas. Além das novas que ela trazia ao mundo. Mas já não podia continuar. E, daquele dia em diante, não houve uma noite que não sonhasse com a fuga.

Já era ano de 2002, quando a doutora começou a planejar o grande dia. Alice e dois grandes amigos, que estavam há cinco anos enclausurados na selva,



Alice Adong

sairiam uma hora da manhã, enquanto todos dormiam. Um deles, chamado Nyero, foi adiante. Em passos contados, ele marchava lentamente para que ninguém despertasse com qualquer barulho. Os rebeldes poderiam acordar ao menor ruído. Alice e o outro companheiro, chamado Ocan, viriam logo atrás. A luz revelava a silhueta dos galhos das árvores e alguns objetos espalhados pelo chão. Era o máximo que dava para enxergar. Nyero deu um passo largo para frente. O segundo pé, logo depois, foi o traidor. Pisou em um galho, acordando os soldados. Antes mesmo que Alice e Ocan saíssem de vez da cabana, arrastaram Nyero e lhe cravaram 100 pauladas no corpo. Por fim, o encaminharam à prisão sob ordens do próprio Joseph Kony. Alice nunca mais teve notícias dele.

“Eu orava todos os dias. Pedia a Deus para que me abrisse uma única porta. E a sorte veio.” Seis anos se passaram e uma das esposas de Kony, chamada Adokorach, adoeceu. O chefe, então, pediu para que Alice a levas-

se para um hospital em Juba. O caso parecia grave. Seria necessário operar o estômago. No mesmo dia, o campo de Aruru, onde a guerrilha acampava por aqueles dias, foi atacado pelas tropas do exército ugandense, o UPDF. Era liberdade escancarada. Alice levou Adokorach para o hospital em Juba, e aproveitou que a milícia estaria ocupada com o ataque para pedir socorro. Nessa época, ano de 2008, o exército sul-sudanês (SPLA) já governava provisoriamente a região, e trabalhava junto ao exército ugandense contra o LRA. Ela ainda passou dois dias com Adokorach internada, até que melhorasse. Depois, foram encaminhadas para Gulu, com apoio da ONG Anistia Internacional.

No mesmo ano, Alice recebeu um certificado de reconhecimento do governo de Uganda por seu trabalho de salvar vidas. E só. Desde que foi sequestrada, passaram-se 15 anos até que ela voltasse de novo para Gulu. Esperava encontrar o restante de sua família. Mas o medo que a acompanhou por todos esses anos tornou-se real. Seus pais foram mortos no dia em que ela foi levada. “Sequer tive o direito de velar o corpo”, lamenta. No bairro de Awere, alugou uma casa. Na cabana de dois cômodos remendados, vivem Alice e seus novos dois filhos. De tanto fazer parto, foi sua gratificação. Não precisou dar à luz para tornar-se mãe. Um menino é filho de sua irmã, que conseguiu escapar durante o mesmo ataque, mas não resistiu e morreu logo após o parto. O outro menino mais velho é filho de uma ex-colega de cativo, que morreu ainda em campo, de motivo misterioso.

Como certificado de governo ugandês não dá salário nem emprego, Alice teve de se adaptar à vida civil. Paga pela liberdade com seu próprio corpo. Quando afortunada, acumula 15 ou 20 dólares ao mês, para comprar o que comer e ainda pagar o aluguel da cabana, que também não se paga com certificado.

Mas Alice é direta. Não quer depender dos outros. De tanto salvar vidas, não acha ninguém que possa resguardar a sua. Todos os dias tem de sair bem

cedo para lavar roupa dos vizinhos e de quem mais possa precisar. Não importa a quantidade, Alice cobra preço único, 2 a 4 dólares, dependendo de quão abastado for o cliente. De quando em vez, consegue bicos rebocando com argila as paredes de novas cabanas que vão sendo construídas por Gulu.

Mas o que ela quer mesmo fazer o que sabe de melhor. Quer ter acesso às ervas da selva, assim como tinha, quando vivia nas entranhas da natureza, e montar uma espécie de posto de atendimento médico natural. “Posso curar até malária”, promete. Enquanto não monta sua tenda de ervas medicinais, Alice cria os dois meninos com o dinheiro que seu braços finos produzem.

Viver imersa nas grandes copas das árvores, escoltada por centenas de fuzis preparados para atirar, é bem menos vulnerável quanto andar à solta pela cidade. Alice afirma que a ex-mulher de Kony vive em Campala, e não pode nem chegar perto do norte da Uganda, tamanha seria a revolta contra ela. “O LRA é autoridade, mas depois que você sai dali, você é como todos os outros, só que pior”, diz Oyenga Noah, ex-soldado de Kony. ▼

Uma única vela ilumina a casa de Alice.



Ele deixou a mulher e dois filhos em Gulu, para ser recruta do LRA. Sequer reivindicou o direito de ficar com sua família. Mas quem foi que disse que há opção?

Oyenga já não era tão jovem e tinha responsabilidade nesse mundo. Partiu com consciência de que talvez fosse o caminho de Deus. Talvez Kony fosse mesmo o Deus da Guerra. Ouvia-se dizer que a milícia seria o próximo governo de Uganda e de toda aquela região. Dominariam tudo. Poderia ser uma saída para a miséria que já embebedava Oyenga. Os poucos trocados que ganhava fazendo bicos mal eram suficientes para por comida dentro da cabana.

Com o tempo seguindo a mesma rotina nômade, que se segue dentro dos acampamentos do LRA, Oyenga tinha certeza que nunca mais veria a esposa. Estava tudo acabado. E como não havia para onde correr, e como ele é homem, decidiu casar-se com outra mulher, que também foi sequestrada pelo grupo. O discurso de Kony e seus comandantes é convincente. E, assim como os outros soldados, Oyenga tirava forças sabe-se lá de onde para lutar em combate.

Foram inúmeras batalhas contra o UPDF. Em uma delas no ano de 1995, Oyenga mirava um soldado inimigo quando sentiu a perna direita estremecer. A cor avermelhada de sangue encharcou sua calça. O tiro o deixou imobilizado. Galhos e ervas bem presos ao joelho fizeram a contenção e em poucos dias “já estava curado”, como ele mesmo diz. Em seu grupo havia uma enfermeira, que não era Alice, mas segundo Oyenga era muito prestativa.

Dois anos depois, houve uma emboscada do exército ugandense, e novamente a perna direita. Um outro tiro. Novas semanas de passos mancos, persis-

tindo em seguir as tropas. A necessidade de manter o nomadismo, para que não fossem encontrados, era inimiga. Com ajuda de outros soldados, convertendo galhos em muletas, Oyenga resistia às longas caminhadas.

Um ano depois, em 1998, eles chegaram ao acampamento no sul do Sudão, que na época ainda não era país. Ali, eles recebiam armas. Oyenga prefere não afirmar nada, mas o porta-voz do exército ugandense, Felix Kulaygye, foi contundente em entrevistas internacionais, dizendo que “Kony sempre foi um peão no jogo de xadrez entre Cartum e o Sudão do Sul”. Mas o governo ugandense tem apoio do SPLA, para extrapolar as fronteiras e agir contra as tropas de Kony. Nesse dia, Oyenga foi atingido por uma bala em seu braço esquerdo.

Quatro anos depois, já no século XXI, outra batalha contra o UPDF, também dentro do território sudanês, superou as expectativas dos otimistas. Oyenga sobreviveu a uma bala na nuca. “Foi a natureza que me salvou. Foi Deus”, ele justifica. Curativos feitos à base de ervas era tudo a que ele tinha acesso para se medicar. Ao passar por algum vilarejo, eles saqueavam farmácias e obtinham remédios para dores e inflamações. Era o tratamento.

Logo em seguida, no ano de 2003, outra disputa com o UPDF. Um tiro no braço direito. E, em 2004, um tiro no braço esquerdo.

Oyenga vivia com seis balas cravadas no corpo. Sentia-se debilitado. E, acima de tudo, desiludido. As atividades do LRA cada vez mais se concentravam em vandalismo. “Percebi que nós nunca iríamos conquistar o poder daquela maneira.” Os grupos ficam dispersos em diferentes acampamentos, como proteção e como uma tentativa desorganizada de dominar mais territórios do





que o poder da guerrilha é capaz de alcançar. Oyenga decidiu fugir. Abandonaria novamente uma mulher, e dois meninos pequenos. Mas se diz por aquelas bandas que menino nascido no mato tem mesmo é de viver ali. Nascido dentro de uma guerrilha, os meninos foram criados para a guerra. “Seria até mais feliz do que na cidade”, pensou Oyenga.

Estava tudo pronto em 21 de janeiro de 2010. O grupo estava na República Democrática do Congo. O esquema tático se tratava nada mais nada menos do que esperar o escurecer e, quando todos estivessem dormindo, ele partiria sorrateiramente. Chegou a meia noite, só pássaros noturnos e grilos faziam ruídos. Os soldados estão sempre alerta. Ele mesmo já tratou de dar uma lição naqueles que tentaram fugir. Conhecia bem o que poderia acontecer a ele, caso falhasse. E falhou. Ou os rebeldes são espertos demais. Não importa o motivo, já era tarde e lhe restava correr. Ou então seria preso, torturado, e morto. Pôs seu corpo enfraquecido e perfurado o mais ligeiro que pôde. Os soldados, que até então eram companheiros, agora atiram contra Oyenga. Desviava de galhos, usava as grandes árvores como proteção. Virou-se para se defender e atirar com o fuzil que levava rente ao corpo, preso por uma corrente grossa. Seguia em frente, nos saltos mais altos e longos que suas pernas defeituosas poderiam alcançar. Os milicianos ficaram para trás. No escuro, atiravam sem rumo. Ainda assim, Oyenga foi atingido nas costas. Esse seria o último, disso ele tinha certeza. A fisgada que, por mais que já tenha sentido outras seis vezes em sua vida, parecia ser a primeira. O sangue lhe escorria pelas costas. Dessa vez não havia enfermeira. Estava sozinho, sem sequer saber a direção para a qual partiu.

Rasgou a camiseta que ficava por baixo da farda e arquitetou uma tipoia. Com outra parte do tecido, ele fez a contenção para o sangue parar. Guiava-se pelo tato. A bala estava alojada abaixo do ombro direito, não conseguia olhar a ferida. Melhor assim. Oyenga sabia que a mata era grande. Na verdade, é a maior floresta do continente africano. Seria ela a comandante dos próximos 60 dias.

Em poucas horas de fuga, encontrou um rio. Deitou-se de costas na água gelada para lavar a ferida. Às margens do rio, havia mangueiras. Alimentou-se de manga, mel e sementes enquanto esteve subjugado ao labirinto da grande mata. Dois meses refém de imensidão. Sozinho.

Não houve um único dia em que Oyenga descansasse. No 59º, subiu na copa de uma grande árvore e avistou um vilarejo distante. Finalmente vida humana por detrás do deserto verde.

No distrito de Yambio, na República Democrática do Congo, ele conseguiu ajuda. Doaram-lhe “*modern medicine*”, medicamentos modernos (ou simplesmente comprimidos). Era homem do mato, mas nem por isso perdeu tempo.

Oyenga reconquistou a mulher que o esperava desde 1994 e vive com ela e os dois filhos urbanos, na cidade de Gulu. Recebeu tratamento custeado pela Anistia Internacional. Retirou seis das sete balas refugiadas em seu corpo. Uma ainda resiste no joelho. “Disseram que é muito profunda e teria que amputar a perna pra tirar”, justifica. Conseguiu emprego em um órgão do governo. Anda de camisa, calça e sapatos sociais. Com esforço caminha a passos mancos as ladeiras esburacadas de Gulu. Da família do mato, ele nunca mais teve notícias. ▼



São 155 mil pessoas sorridentes nas ruas. Se quiser chegar até os vilarejos como os da família de Odong, é necessário alugar uma moto ou pagar um rickshaw. Caso contrário, se faz tudo a pé.

Para alegria de qualquer brasileiro, a comida de lá é uma delícia e muito barata. Banquete digno dos deuses para quem passou dois meses à base de injera, pão, manga e ovo. Em Gulu, tem prato feito com arroz, tomate, carne bem temperada e, como se não bastasse tanta alegria, v feijão! Um primor. E não parava só pelo almoço não. No lanche, encontram-se, nas lanchonetes mais próximas, pastezinhos de carne ou de queijo, fritos na hora, com sabor de feira de domingo brasileira. Lindo.

Tinha até vaso sanitário, só não pode chover que aí são três dias sem energia elétrica. Mas a isso já estamos acostumados. Para falar com os amigos, melhor ir no cybercafé mais próximo. Está sempre cheio e é normal não ter conexão, mas é a única saída. Estava em um deles, quando encontrei o missionário egípcio Maged. Homem com quase nada de cabelo, barba aparada e camisa social, aparenta no mínimo 30 anos de idade, mas tem 26. Vive de puro sonho. Idealiza uma mulher cristã que queira viver por aí ajudando o próximo, fundando ONGs de desenvolvimento social, orfanatos e creches. Não quer muito dinheiro

para si, e, sim, para eles, sejam eles quem quer que precise de ajuda.

Voltamos juntos para o hotel em que eu estava. Nos últimos dias, vinha me sentindo com dores no corpo e febre. Quando me viam tomando qualquer medicamento, já me acusavam de estar com malária. A virose africana. Maged se preocupou, mas lhe disse que estava tudo bem. Os espirros e uma leve dor de garganta me confortavam em saber que seria apenas mais um resfriado. Compartilhávamos também os problemas. Não sabemos nosso próprio número de telefone ugandense, não lembramos de nenhum nome de qualquer que seja a pessoa que acabamos de conhecer (“ah, esse dialeto luo”). Mas os mesmos desejos. Aprender esse dialeto estranho, fazer aulas de suaíli (língua mais popular da África), e jamais deixaremos de viajar só porque temos pouco dinheiro. Passamos horas conversando sobre planos e ideias de viagens absurdas para lugares excêntricos. Grandes amigos.

Maged estava ali para colocar seu sonho em ação. Quer ajudar as famílias afetadas pelo conflito a reconstruir suas vidas. E elas são muitas. A cidade de Gulu é assim. Preenchida por marcas invisíveis. Não se vê mais casas destruídas, ou pessoas se escondendo pelas esquinas. O que se vê são procissões a louvar Jesus e a Deus nas ruas. Pessoas contagiantes vendendo banana, suco em saquinhos plásticos, ou te oferecendo uma carona no *ricksshaw*, e muita ONG com projetos de paz. Mas basta perguntar a qualquer desses radiantes ugandenses, que cada um contará uma história diferente sobre o “*warlord*”, o Senhor da guerra, Joseph Kony.

As lembranças são recentes. Há boatos de que agora o “*Lord*” vive em terras sudanesas, onde encontra proteção do governo. Gulu e região já se sen-

tem mais tranquilas. As tropas ugandesas tiveram êxito em expulsar o LRA para as descontentes República Centro Africana e República Democrática do Congo. Os Estados Unidos oferecem 5 milhões de dólares para quem capturar o homem. Alguns afirmam com exatidão, “Kony não volta mais aqui”. Cálculos de especialistas na caçada ao top 10 da Corte Penal Internacional afirmam que o número de seus combatentes não chega a 700. Por isso, eles estariam muito mais preocupados em sobreviver do que expandir. Já que suas forças não dão mais conta do recado.

Contudo, as marcas ainda vivem. Algumas são bem nítidas. Carregadas de cicatrizes, elas falam por si. ▼



Vilarejo próximo a Gulu





Ela é uma senhora. Tem 70 anos de experiência. Dois filhos, dois netos e três bisnetos. E duas orelhas a menos. Sim, porque lhe foram arrancadas à faca, uma semana depois de as tropas do UPDF terem passado a noite pelas redondezas, durante a caçada ao LRA. Era novembro de 1992, e Atara vivia num recanto chamado Laminadera, a 12 km de Gulu.

Os rebeldes ousaram chegar às oito da manhã. “Eles não têm para quê ter medo”, diz Atara. Não precisaram nem invadir a cabana. Estavam todos do lado de fora. Atara, agachada no quintal, descascava mandioca para o almoço. Levantou-se depressa quando viu eles chegarem. Só levantou. Ao projetar o primeiro passo para longe, bateram com a arma em seu quadril. Ajoelhada no chão, um rebelde gritava em seu ouvido “o que você ouviu? Você recebeu eles aqui! Eu sei que você ouviu! Fala o que você sabe!”. E como Atara de nada sabia, bateram de novo em seu quadril, chutaram suas costas, os joelhos, e com uma faca cortaram as duas orelhas. Atara desmaiou.

Acordou em sua cabana com um curandeiro banhando em ervas seu rosto. O filho mais novo chorava em cima do mais velho, distendido no chão, sem vida.

Atara perdeu um filho e parte da audição. Nunca recebeu atendimento médico além de comprimido para dor e muita, muita erva. Nunca mais caminhou da mesma maneira. Sente dor nas costas todos os dias. E a culpa não é só da velhice, mas ela prefere acreditar que sim. Zelar pelo rancor não é a melhor maneira de seguir em frente. “Não sei nem o que pensar de Kony. Só agradeço porque ele não vem mais aqui”, diz ela.

Quando recuperou a força nos joelhos e pôde caminhar, foi direto ao túmulo do filho. Hoje, Atara conta com nenhuma lágrima no rosto. É uma mu-

lher firme. Seu gestos não passam em branco. Traços fortes, e mãos ligeiras, mas de coração sensível. Pediu desculpas pelas condições em que ela vive, não por viver assim, mas por receber uma estrangeira desse jeito. Só não poderia deixar de oferecer qualquer coisa que tivesse em casa. Havia comida. Arroz e feijão bem cozidos. Pede desculpas de novo, porque não há colher. Amassa o arroz e o feijão com as mãos. Estava delicioso. O neto me levou de volta para o hotel. Ele se vira como rickshaw para sustentar os três filhos, a mulher, e Atara.

No cenário em que o “Deus da guerra” deixou milhares de pessoas mutiladas, Atara é mais uma. Homens e mulheres tiveram lábios arrancados, mãos serradas, nariz cortado. Quando as vítimas são reconhecidas pelas autoridades, elas recebem certificado da Anistia Internacional. Isso é tudo. ▼



Essa foi a última conversa que tive com as vítimas de conflito. Um dia depois, ainda em estado febril, parti para Campala. De lá, o plano era pegar um ônibus até o Quênia (seriam dias de férias), e logo voltaria para a Etiópia. Em uma semana, de volta em casa.

Aliviada por ter colhido boas histórias, o corpo apresentou os primeiros sinais. Na tarde em que cheguei a Campala, não consegui sair do hotel. O máximo que pude foi alcançar a farmácia do outro lado da rua, para comprar mais remédios para febre. Na recepção uma moça que aguardava na fila perguntou: “Tem mesmo certeza que não é malária?”. Àquela altura já não duvidava de mais nada. Mas podia jurar que sentia uma dor na garganta. Era um alibi na hora de me confortar. Tomei mais remédios e fiquei de cama. Tinha passagem marcada para Nairóbi, capital do Quênia, para o dia seguinte. Remarqueei, não conseguiria viajar daquele jeito. As dores foram tomando meu corpo. Os efeitos do antiinflamatório e dos remédios para febre passavam em menos de duas horas. Decidi que iria ao hospital no dia seguinte, caso não melhorasse.

Achei que poderia decidir. Nem chegou a ser escolha. Às três da manhã acordei sentindo dor como nunca antes. Vomitei tudo o que tinha comido durante o dia. Precisei dar o braço a torcer. Era malária. Lembrei-me do momento exato em que fui picada pelo mosquito na casa de Rebecca. Era esse infeliz, o culpado.

O travesseiro queimava em calor, o lençol e tudo o que me envolvia também. Um dos coordenadores do hotel tinha se colocado de prontidão caso eu precisasse de alguma coisa. Sozinho de companhia, ele dorme lá mesmo, todas

as noites. Agradei porque foi ele quem foi até o terminal de ônibus mudar o dia da passagem para Nairóbi, mas iria dormir e tentar descansar. Então, não peguei seu número. Agora eu realmente dependia dele. Eram três da manhã. Reuni forças para levantar da cama e ir até a recepção. Um outro rapaz ligou para ele ainda na madrugada. Em minutos ele foi até o quarto. Sentia a boca secar. Ele pediu calma, seria malária mesmo. Mas ao contrário do que eu imaginava, não morreria ali. Ele mesmo já teve a doença nove vezes e tem mais disposição do que quem nunca pegou gripe. Não tinha como sair dali de madrugada, ao menos que tivéssemos o celular de algum taxista. Não tínhamos. O jeito era esperar até as seis da manhã para ir até o hospital. Com a boca seca, passei as três horas que se seguiram sem poder tirar a garrafa de água dos lábios. De repente vinha vontade de vomitar de novo. Colocava para fora pura água cristalina. E de novo a boca seca.

Lembrei-me de uma reportagem que a respeito de pacientes em estado terminal, sob cuidados paliativos. Eles sempre descrevem a boca seca. Muitas das vezes os parentes passam o dia todo com um pano molhado, umedecendo os lábios da pessoa. Maldita reportagem. Fiquei ainda mais angustiada. Parecia que alguém apertava forte cada centímetro do meu corpo, com intenção de machucar. Três horas perpétuas, até chegar às seis da manhã.

Com ajuda do motorista de táxi, o coordenador do hotel me carregou no colo até o carro. Chegamos em um hospital particular. Fui levada na cadeira de rodas até um quarto com várias macas. Havia poucos pacientes a serem atendidos. Uma injeção qualquer para febre me fez sentir nas nuvens. Estava com 39,8 graus. Depois de dormir um pouco, colhi sangue ao som de “aleluia”, de

um culto evangélico que acontecia dentro do hospital.

O resultado do exame ficou pronto na mesma hora. Ao me consultar com a médica, ela olhou para minha cara de apavorada e disse “fique tranquila, é apenas malária. Do tipo *falciparum*. É o mais perigoso, mas o mais comum de se tratar. Toma esses três remédinhos aqui por cinco dias, retorne ao médico em sete. E pronto”. Não sabia se sentia felicidade ou raiva de ver tanta complacência.

Voltei para o hotel um pouco melhor da febre. Tentei empurrar comida típica. Impossível. Na mesma tarde recebi uma ligação. Maged saía de Gulu para resolver problemas com o passaporte e tinha acabado de chegar a Campala. Conteí a ele que estava com malária, e no mesmo dia ele foi me visitar.

Ele me encontrou estirada na cama, sem cor e sem força para cumprimentá-lo nem mesmo com as mãos. Maged já quase havia morrido de malária, também contraída nos dias que passou no Sudão do Sul. Mas só sentiu os sintomas quando estava de volta ao Egito. Lá, como em qualquer outro país que tenha conquistado a erradicação da malária, não há tratamento eficaz para a doença. O diagnóstico é muito tardio. Maged passou à beira da morte. Ele me tranquilizava dizendo que os remédios que comecei a tomar eram apropriados, e estava no lugar certo para me tratar.

Maged ficou os quatro dias até tarde da noite a meu lado. Pegava uma camiseta usada e encharcava de água para colocar em minha testa, no pescoço e no tórax para dissipar o calor da febre. Comprava iogurte, pão e frutas, até que eu estivesse melhor.

Tanto foi o desespero que passei naquele hotel que nunca mais consegui lembrar do nome do coordenador de lá. E mal conversava com Maged. Os dois apenas estavam a meu lado. Por isso, este capítulo leva o nome de Malaika, que significa anjo em suaíli.

Praticamente recuperada, desisti de Naírobi e fui logo para a Etiópia. De

lá peguei o voo para casa.

No caminho, lembrei-me do primeiro refugiado que encontrei. Pascal.

Na tenda improvisada do campo de Sherkole tivemos o seguinte diálogo:

– Você tem pai? – perguntou ele.

– Tenho sim.

– Mesmo? – disse, surpreso.

– Sim, eu tenho.

– Você tem mãe?

– Sim. Eu tenho mãe.

– *Really?* – perguntou, ainda surpreso – Verdade? Você tem uma família?

– Ele mal podia acreditar.

– Sim. Eu tenho uma família.

– Eles estão esperando você?

– Acredito que sim.

– Quanto eles amam você?

– Acho que muito.

Pascal olhou para os outros amigos a sua volta, e virou-se para mim. Meus olhos se encheram de lágrimas. Por fim, ele disse:

– Yeah... You are so lucky. Você é muito sortuda.

No avião a cena se repetia em minha mente. E pensei nos dois meses que vivi de África. É! Eu sou muito sortuda. ▼

Texto e fotos
Jéssica Paula

Projeto gráfico e
diagramação
Ellen Rocha

Orientação
Sérgio Sá

Faculdade de
Comunicação

Universidade de
Brasília

Junho, 2014

*Agradeço a Deus por colocar anjos em cada esquina de terra africana.
E por aqueles que estão fora da África também.*

Jéssica Paula